



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



PATRÍCIA QUIRINO ROCHA

MULHERES RURAIS E PLURIATIVIDADE: CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO



SÃO CRISTÓVÃO/SE

2025

PATRÍCIA QUIRINO ROCHA

MULHERES RURAIS E PLURIATIVIDADE: CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS, como requisito à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador

Prof. Dr. José Eloizio da Costa

Área

Organização do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais

Linha de Pesquisa

Análise Regional

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

R672m Rocha, Patrícia Quirino
Mulheres rurais e pluriatividade : caminhos para a emancipação
/ Patrícia Quirino Rocha ; orientador José Eloízio da Costa. – São
Cristóvão, SE, 2025.
147 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de
Sergipe, 2025.

1. Geografia agrícola. 2. Mulheres – Condições sociais. 3.
Pluriatividade. 4. Poder (Ciências sociais). 5. Patriarcado. 6.
Trabalhadoras rurais – Euclides da Cunha (BA). 7. Territorialidade
humana. I. Costa, José Eloízio da, orient. II. Título.

CDU 911.3:631:396(813.8)

BANCA EXAMINADORA

MULHERES RURAIS E PLURIATIVIDADE: CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO

Prof. Dr. José Eloizio da Costa

Universidade Federal de Sergipe UFS
Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo
Orientador

Angela Fagna Gomes de Souza

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Examinadora externa

Fernanda Viana de Alcântara

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Examinadora externa

Diana Mendonça de Carvalho

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Examinadora externa

Carlos Alberto de Vasconcelos

Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Examinador externo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado
em Geografia de **Patrícia Quirino Rocha**.

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, com início às dezessete horas, realizou-se na sala José Alexandre Felizola do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, localizada na Didática II, 1º andar, na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão/SE, a sessão pública da defesa de Tese de Doutorado em Geografia de **Patrícia Quirino Rocha**, intitulada: "Mulheres Rurais e Pluriatividade: Caminhos para a Autonomia". A Banca Examinadora foi presidida pelo Professor Doutor José Eloizio da Costa, que abriu a sessão pública e passou a palavra para a doutoranda proceder à apresentação de sua Tese. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Carlos Alberto de Vasconcelos, Angela Fagna Gomes de Souza, Diana Mendonça de Carvalho e Fernanda Viana de Alcantara que arguíram a candidata, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, o Professor Doutor José Eloizio da Costa, na condição de orientador teceu comentários sobre a Tese apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Por fim, a banca examinadora reuniu-se para avaliação e decidiu **APROVAR** a candidata. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Tese de Doutorado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 28 de fevereiro de 2025.

Prof. Dr. José Eloizio da Costa
Orientador e presidente da banca



CARLOS ALBERTO DE VASCONCELOS
Data: 09/04/2025 18:52:38-03:00
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Alberto de Vasconcelos

Documento assinado digitalmente



ANGELA FAGNA GOMES DE SOUZA
Data: 15/04/2025 14:54:46-03:00
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Angela Fagna Gomes de Souza
Examinadora externa

Profa. Dra. Diana Mendonça de Carvalho
Examinadora externa

Profa. Dra. Fernanda Viana de Alcantara
Examinadora externa

Patrícia Quirino Rocha
-Doutoranda-

Documento assinado digitalmente



PATRICIA QUIRINO ROCHA
Data: 18/04/2025 11:16:36-03:00
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dedico à Deus que me sustentou durante todos os altos e baixos dessa trajetória, à minha família que mesmo quando eu não acreditei, eles acreditaram, aos amigos que seguraram minha mão em meio ao caos. Não menos importante, dedico às mulheres que abriram a porta de suas casas e compartilharam suas histórias de vida.

AGRADECIMENTOS

No fim dessa jornada, não sobram muitas palavras, há o enfado provocado pelo caminho árido que tive que percorrer e ao mesmo tempo o maravilhamento de ter alcançado esse objetivo, assim minha gratidão é daquelas que as palavras não podem alcançar e talvez com esse texto vocês não consigam compreender sua dimensão.

No entanto, o exercício da gratidão faz-se necessário. Dessa forma, agradeço a Deus. Por mais que pareça clichê, eu realmente não teria condições de alcançar êxito sem Ele. Então obrigada Deus, por usar alguém tão improvável como eu para transformar a história da minha família.

Nesse caminho de “doutora-se” aprendi a admirar o trivial: o ar, os pássaros, o pôr do sol, o som da chuva, as crianças brincando na praça. Foi buscando abrigo no cotidiano de uma vida simples que a tese foi escrita, assim como levam uma vida simples as mulheres que me atravessaram o caminho e que foram minhas inspirações e fonte de conhecimento.

Venho de uma família humilde e hoje sou a primeira neta de dona Elza e seu Antônio a alcançar esse grau de escolaridade, sou grata por poder inspirar minha família a acreditar nos estudos e poder transformar nossa realidade.

Com certeza a minha mãe é alguém que inspira força e me motiva a lutar pelos meus sonhos e nesses anos longe de casa era nela que eu pensava. Hoje de volta para minha cidade, olho para trás e tudo faz sentido, tudo valeu a pena. Foram 10 anos longe, sonhando com o regresso que enfim chegou.

Sou grata pelos amigos que conheci e que continuarão comigo na caminhada da vida.

Sou imensamente grata por fechar ao fim desse ciclo da minha vida, por ter persistido e encarado todos os desafios. Não teria feito sem o suporte e amparo daqueles que me amam e que de alguma forma tem apreço por mim: minha família, meus amigos e minha comunidade de fé. Não teria chegado até aqui sem nenhum de vocês, obrigada.

Sou grata inclusive pelos “não” que recebi, sem eles eu não teria vivido e realizados meus sonhos durante esses anos.

Agradeço à José Eloizio da Costa por aceitar a orientação, mesmo em meio a tantas vozes contrárias.

Agradeço, pela necessidade do ato, ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UFS, como eu aprendi com vocês.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro, ser cientista no Brasil muitas vezes significa usar nossos próprios recursos em prol da pesquisa, por isso como bolsista fui amparada.

RESUMO

Entendemos que, na atual organização socioeconômica, os gêneros não desfrutam de igualdade de direitos e as mulheres são destinadas pelo patriarcado aos trabalhos domésticos, atividades tipicamente não remuneradas, e se submetem a processos em prol da família, ao mesmo tempo em que se anulam e são anuladas enquanto sujeitos sociais. A história das mulheres mostra que essa condição se altera a partir da tomada de consciência de direitos das mulheres, pela reivindicação do acesso à educação, ao trabalho remunerado, à participação na política e na vida pública, tendo em mente que os espaços domésticos fazem parte da esfera privada. Para as mulheres que residem nos espaços rurais, sujeitos dessa pesquisa, as relações desiguais de poder entre os gêneros são intensificadas, pois nestes recortes territoriais as lutas e reivindicações do movimento feminista acontecem mais lentamente em comparação aos espaços urbanos. Nosso recorte geográfico situa-se na “periferia” do campo de penetração do feminismo: os espaços domésticos rurais. Nosso olhar volta-se para as mulheres residentes no espaço rural do município de Euclides da Cunha/BA, que buscam pela pluriatividade, além de complementarem a renda familiar, afirmarem-se enquanto sujeitos de direito e se fazerem ouvidas e respeitadas, constituindo-se um desafio diário. Assim, nossa tese repousa no entendimento de que as mulheres que habitam e trabalham no espaço rural encontram na pluriatividade mecanismo para romper com a estrutura patriarcal da unidade familiar e, dessa forma, protagonizar suas histórias. Sabemos que o território e as relações estabelecidas nele são dinâmicos, por isso há urgência em produzir teorias que reflitam a realidade. Para alcançar nossos objetivos de estudo, faremos uso da abordagem qualitativa, buscando evidenciar a realidade das mulheres sertanejas a partir dos encontros com elas: as conversas, os olhares e as risadas, registradas metodologicamente no diário de campo, nas fotografias, nas entrevistas e nos questionários gravados pelo dispositivo móvel. Dessa forma, foi possível compreender porque as mulheres tornam-se pluriativas e buscam, nas atividades remuneradas, fora do ambiente doméstico, meio para sua independência financeira e, consequentemente, sua emancipação. Embora seja cedo para afirmar que as mulheres rurais são independentes ou emancipadas, foi possível observar durante a pesquisa que a percepção delas sobre si mesmas está mudando, bem como as relações de poder nos espaços rurais domésticos.

Palavras-chave: Relações de poder; Patriarcado; Territorialidades femininas; Ambientes domésticos rurais.

ABSTRACT

We understand that, in the current socioeconomic organization, genders do not enjoy equal rights and women are destined by patriarchy to domestic work, typically unpaid activities, and submit to processes for the sake of the family, while simultaneously nullifying and being nullified as social subjects. The history of women shows that this condition changes from the moment women become aware of their rights, claiming access to education, paid work, participation in politics and public life, bearing in mind that domestic spaces are part of the private sphere. For women living in rural areas, the subjects of this research, the unequal power relations between genders are intensified, as in these territorial cuts the struggles and demands of the feminist movement happen more slowly compared to urban areas. Our geographical focus is on the "periphery" of the feminist penetration field: rural domestic spaces. Our focus is on women living in the rural area of the municipality of Euclides da Cunha/BA, who seek pluriactivity, in addition to supplementing family income, affirming themselves as subjects of rights and making themselves heard and respected, constituting a daily challenge. Thus, our thesis rests on the understanding that women who live and work in rural areas find in pluriactivity a mechanism to break with the patriarchal structure of the family unit and, in this way, to protagonize their own stories. We know that the territory and the relationships established within it are dynamic, therefore there is an urgency to produce theories that reflect reality. To achieve our research objectives, we will use a qualitative approach, seeking to evidence the reality of rural women from encounters with them: conversations, looks, and laughter, methodologically recorded in field diaries, photographs, interviews, and questionnaires recorded by mobile device. In this way, it was possible to understand why women become pluriactive and seek, in paid activities outside the domestic environment, a means for their financial independence and, consequently, their emancipation. Although it is too early to say that rural women are independent or emancipated, it was possible to observe during the research that their perception of themselves is changing, as well as the power relations in rural domestic spaces.

Keywords: Power relations; Patriarchy; Feminine territories; Women's territories; Rural domestic environments

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

ARCAS - Associação Regional de Convivência Apropriada ao Semiárido

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BAHIATER - Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa de Localização do município de Euclides da Cunha-BA.....	16
Figura 02 - Média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoa de 14 anos ou mais de acordo com o rendimento.....	37
Figura 03 - Média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoa de 14 anos ou mais segundo cor/raça.....	38
Figura 04 - Salário-hora em reais no nordeste da população urbana e rural (2019).....	40
Figura 05 - Taxa de desocupados com 14 anos ou mais, segundo gênero e região em 2024...	51
Figura 06 - Nível de ocupação, por sexo, segundo o nível de instrução - Brasil - 2021.....	60
Figura 07 - Estabelecimentos dirigidos por mulheres de acordo com o censo agropecuário 2017.....	61
Figura 08 - Mapa de localização dos povoados visitados durante a pesquisa.....	72
Figura 09 - Esquema ilustrativo da análise.....	79
Figura 10 - Esquema da exploração do material: categorização por cores.....	80
Figura 11 - Lista de transmissão do Whatsapp.....	82
Figura 12 - Carro que transporta os moradores para o povoado Serra da Mãe Inácia.....	85
Figura 13 - Povoado Serra da Mãe Inácia.....	86
Figura 14 - Mulher 5 com seu marido ao lado e segurando seu neto.....	88
Figura 15 - Participação no diagnóstico participativo no povoado das Baixas, 2023.....	91
Figura 16 - Cartaz do evento agrobaixas.....	91
Figura 17 - Mosaico de fotos da Agrobaixas.....	92
Figura 18 - Entrada da Feira Territorial da Agricultura Familiar em Cícero Dantas/BA.....	93
Figuras 19 - Presença das mulheres na feira comercializando seus produtos.....	94
Figura 20 - Presença das mulheres na feira comercializando seus produtos.....	94
Figura 21 - Produtos feito e comercializados pelas mulheres da comunidade Valéria em Heliópolis/BA.....	95
Figura 22 - Quadro do Perfil das Mulheres Feirantes.....	96
Figura 23 - Nossa recepção no quintal das mulheres.....	107
Figura 24 - Presença das mulheres na III Feira Territorial da Agricultura Familiar.....	117
Figura 25 - Carminha comercializando os ovos de galinha caipira.....	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. PODER, GÊNERO, PATRIARCADO E PLURIATIVIDADE: CONECTANDO CONCEITOS PARA COMPREENDER REALIDADES.....	22
1.1 Dominação-subordinação/exploração e as relações de poder no território.....	23
1.2 Gênero e patriarcado: uma discussão conceitual.....	29
1.3 Papéis sociais e mulheres pluriativas.....	36
ENTRE O LAR E O CAMPO: DESAFIOS E RENDA DA MULHERES NOS TERRITÓRIOS RURAIS.....	44
2. DESAFIOS E RENDA DA MULHERES NOS TERRITÓRIOS RURAIS.....	45
2.1 Trabalho doméstico.....	45
2.2 Constituição da renda da mulher rural e feminização da pobreza.....	56
2.3 Ambiente da mulher nos territórios rurais.....	64
3. ENTRE EU E AS MULHERES “FOI CHÃO”!.....	70
3.1 A ciência tem diferentes meios de procurar: escolhas metodológicas.....	71
3.2 Estar em campo continuamente, a experiência do Whatsapp.....	84
3.3 Conhecendo realidades: os encontros com as mulheres.....	87
4. O QUE AS MULHERES TÊM A DIZER? ENTRE O REAL E O IDEAL.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	133
APÊNDICE.....	140
APÊNDICE 1 - MODELO DE ENTREVISTA SIMPLIFICADO PARA LIGAÇÃO POR WHATSAPP.....	141
APÊNDICE 2 - MODELO DE ENTREVISTA COMPLETA.....	142
APÊNDICE 3 - MODELO FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DOS DADOS DA ENTREVISTA.....	144
APÊNDICE 4 - MODELO DE QUESTIONÁRIO DA COMPOSIÇÃO FAMILIAR....	146

INTRODUÇÃO



Fonte: BORGES, A mulher e o dragão. Xilogravura no papel, acervo digital.

INTRODUÇÃO

A xilogravura de Borges, intitulada “A Mulher e o Dragão”, representa, em nossa perspectiva, a luta das mulheres contra o patriarcado. Este se constitui como uma estrutura cultural profundamente arraigada e de difícil rompimento, o que, frequentemente, confere a esse embate a aparência de um confronto contra algo mítico e distópico, como um dragão.

Simone de Beauvoir ao citar Poulain de La Barre afirma que “Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, porque eles são, a um tempo, juiz e parte” (1970, p.15-16). De fato, por muitos anos a história foi contada por uma parcela da humanidade, os homens, que como veremos no decorrer das reflexões deste trabalho, estão em posição de poder, amparados pelo patriarcado e posteriormente pelo capitalismo, há muito tempo.

A partir desse entendimento, compreendemos que talvez nunca saibamos o quanto a história das mulheres é verídica. Portanto, cabe-nos garantir que a partir da entrada das mulheres na ciência, essa história seja contada por quem de fato a vivência, nós mulheres. Assim, essa pesquisa é, acima de tudo, um recorte da história de mulheres sertanejas, moradoras da zona rural.

Os estudos de gênero, com enfoque para as relações desiguais de base patriarcal, estão crescendo em todo o mundo, em distintas áreas do conhecimento, sob diferentes perspectivas e abordagens teórico-metodológicas. O que se observa na Geografia é a necessidade de analisar as relações desenvolvidas nos espaços, territórios e lugares sob a luz das relações de gênero, contribuindo para uma geografia que preze pelas múltiplas representações e vivências com/no mundo.

Sobre a importância desse tema para os estudos acadêmicos, Kuhn (2010, p.4-5) expressa:

[...] a pesquisa acadêmica tem contribuído para a reavaliação do “poder” das mulheres, buscando superar o discurso miserabilista da opressão, subverter o ponto de vista da dominação através da visibilidade dada à ação das mulheres e a existência dos seus poderes.

Mulheres e homens posicionam-se nos espaços, territórios e lugares de diferentes formas e produzem territorialidades e lugaridades também distintas. Portanto, a pesquisa de gênero na geografia reforça a necessidade de inserir as vivências pela perspectiva das

mulheres dentro da área do conhecimento, visto que o espaço geográfico “[...] é dinâmico, [...] constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações.” (Silva, 2003, p.42), construindo uma geografia que compreende que as relações espaciais não são hegemônicas.

Pesquisar mulheres é, sobretudo, um exercício de percepção das invisibilidades que lhes são impostas e que reafirma a necessidade de, como nos alerta Almeida (2013, p.45), “saber olhar o que não se vê”. É imprescindível ir além das aparências e na problematização encontrar respostas para as questões que surgem no decorrer da pesquisa.

As relações de gênero passam a ser observadas em diferentes áreas do conhecimento, pois estudá-las “[...] permitam comprender mejor las diferencias culturales de las relaciones con el espacio, que con frecuencia se observan sin tratar realmente de explicá-las, constituye, sin duda alguna, un aporte intrínseco.” (Collignon, 2010, p.205). A dinamicidade e complexidade do mundo vivido exige uma constância do olhar e sua reinvenção, abordagens que antes eram desconsideradas, atualmente ganham força e mostram que há muitas formas de se fazer geografia e que todas essas são válidas e revelam sua riqueza.

Entendemos que, na atual organização socioeconômica, os gêneros não desfrutam de igualdade de direitos e as mulheres são destinadas pelo patriarcado aos trabalhos domésticos, atividades tipicamente não remuneradas, e submetem-se a processos em prol da família, ao mesmo tempo em que se anulam e são anuladas enquanto sujeito sociais. Esta condição altera-se a partir da tomada de consciência de direitos das mulheres, pela reivindicação do acesso à educação, ao trabalho remunerado, à participação na política e na vida pública, tendo em mente que os espaços domésticos fazem parte da esfera privada.

Ao observarmos a disseminação do feminismo pelo mundo, é possível identificar que, quando a mulher burguesa encabeça o movimento, ela o faz dentro do campo de visão dos problemas que lhe atingem, ficando de fora de suas reivindicações as pautas das mulheres pobres, pretas, rurais e trans. Fato que explica a diversidade dos feminismos e a necessidade de que todas as mulheres se integrem ao movimento, pois a luta é coletiva.

Para as mulheres que residem nos espaços rurais, participantes e colaboradoras dessa pesquisa, as relações desiguais entre os gêneros são intensificadas, pois estes recortes territoriais as lutas e reivindicações do movimento feminista acontecem mais lentamente em comparação aos espaços urbanos, provavelmente porque é na cidade que o feminismo nasce,

disseminando-se posteriormente para os territórios demográficos de baixa densidade. Nossa proposta de pesquisa situa-se na “periferia” do campo de penetração do feminismo: os espaços domésticos rurais.

Sobre o espaço doméstico, sabe-se que são recortes espaciais timidamente estudados na geografia, fato que se justifica pelo aspecto “micro” inerente ao recorte, como conclui Collignon (2010) em seus estudos sobre gênero na geografia. A partir da inclusão do gênero como conceito de análise geográfica, impulsionada pela virada pós-moderna e cultural, passou-se a observar a potencialidade dos espaços domésticos para análise, o que proporcionou ampliar o campo de estudos da geografia, pois: “[...] as ciências sociais passam a questionar o racionalismo e a prática científica se abre para a diversidade, a marginalização e começa um período no qual há espaço para o cotidiano, para a fragmentação e para o diferente” (Almeida, 2013, p. 46).

Nosso olhar volta-se para as mulheres residentes no espaço rural, que buscam pela pluriatividade, além de complementarem a renda familiar, se afirmarem enquanto sujeito de direito e se fazerem ouvidas e respeitadas, constituindo-se esse um desafio diário. Assim, nossa tese repousa no entendimento de que as mulheres que habitam e trabalham no espaço rural encontram na pluriatividade mecanismo para romper com a estrutura patriarcal da unidade familiar e, dessa forma, protagonizam suas histórias.

Ao longo do texto as mulheres que contribuíram para a pesquisa, seja respondendo entrevista, nos recebendo nas residências ou indicando outras mulheres para fazer parte do universo da pesquisa, elas iremos identificar como colaboradoras da pesquisa, pois é a partir da realidade vivenciada por elas que construímos a tese.

O estudo é guiado pela abordagem de gênero no rural usando como ponto de partida a pluriatividade. Os espaços domésticos urbanos e rurais são recortes recentes na geografia, o primeiro em maior evidência em relação ao segundo. Duas possíveis justificativas para este fato é pelo difícil acesso às localidades e o bloqueio das pessoas em conceder informações pessoais. Portanto, adentrar, conhecer e analisar as relações de gêneros dessas realidades é relevante para o avanço dos estudos de gênero e da luta feminista.

A pesquisa propõe-se a contribuir com a discussão de gênero da geografia, sob o lastro das particularidades dos espaços rurais. O arcabouço teórico selecionado para guiar a reflexão

e construir caminhos possíveis de análises das relações de gênero na geografia foram centrados em: gênero, patriarcado, poder e pluriatividade e as categorias: território e territorialidades. A revisão bibliográfica realizada de forma multidisciplinar com o objetivo de produzir uma reflexão que contribua para os estudos de gênero na ciência geral, sobretudo na geografia.

Sabemos que o território e as relações estabelecidas nele são dinâmicos, (Saue, 2008a) por isso a urgência em produzir teorias que reflitam a realidade. No processo de pesquisa, pesquisador e objeto/sujeitos de pesquisa compartilham dos resultados do estudo para as transformações sociais.

Assim, nosso objetivo principal é analisar as relações de gênero estabelecidas nos territórios doméstico-rurais, com ênfase nas mulheres pluriativas e para isso pretendemos compreender as relações de poder entre gêneros vivenciadas no doméstico rural, analisar as territorialidades produzidas no cotidiano das mulheres sertanejas, identificar as diferentes atividades desenvolvidas pelas mulheres e averiguar se a pluriatividade é um mecanismo de resistência ao patriarcado e ruptura da condição de subordinação da mulher.

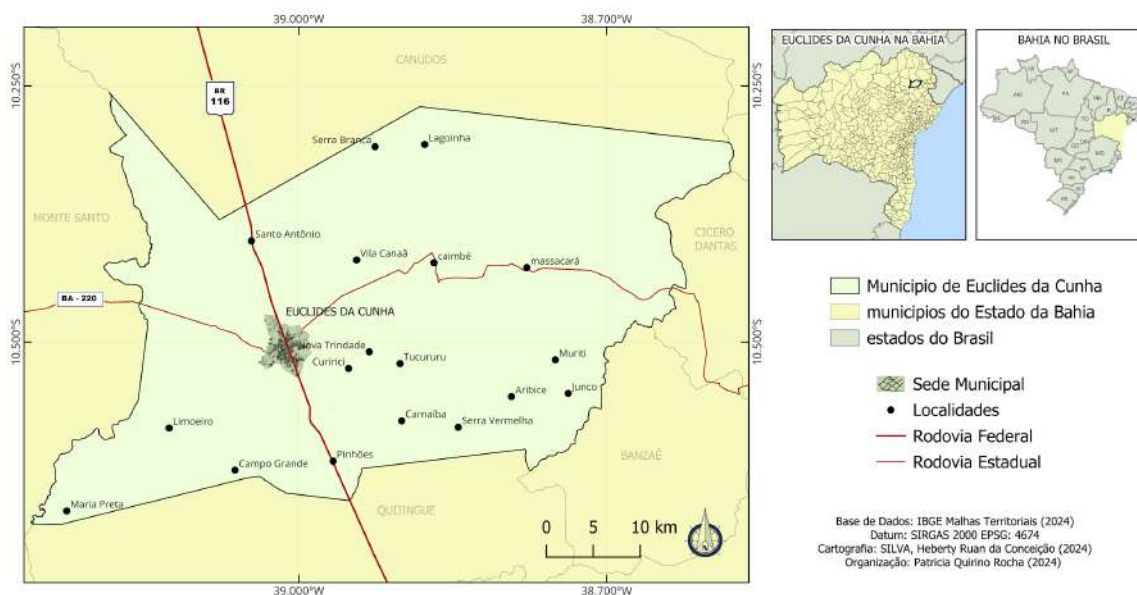
O recorte geográfico do estudo está situado no contexto dos sertões, este que abriga uma pluralidade cultural, econômica, ambiental e social de inestimada importância. Desde o período colonial, os sertões são ocupados por diferentes povos: primeiramente pelos indígenas que buscavam nas terras do interior do continente nordestino, refugiar-se da opressão dos colonos portugueses; posteriormente os africanos com objetivo similar. Os sertões foram explorados através da pecuária extensiva e que, no decorrer dos tempos, esses povos formaram as identidades mestiças da população sertaneja.

Em harmonia com a trajetória da mulher ao redor do mundo, as sertanejas também tiveram suas narrativas invisibilizadas pelo patriarcado. Pelas relações de proximidade com essas vivências, optamos por buscar nas e pelas mulheres sertanejas construir esse estudo de modo que, ao lançar luz sobre essas realidades, possamos ouvir e contribuir para a escrita de suas narrativas, por apresentar particularidades. Nesse sentido, o recorte do estudo situa-se nos municípios baianos de Euclides da Cunha, Monte Santo e Uauá.

Ao escolhermos como *locus* do estudo o município de Euclides da Cunha no sertão da Bahia, almejamos evidenciar as realidades e vivências sertanejas, acreditamos que a relação

com os territórios são conformadoras dos modos de ser, ao mesmo tempo em que os territórios são construídos pelas relações estabelecidas neles (Figura 01).

Figura 01 - Mapa de Localização do município de Euclides da Cunha-BA



Elaboração: Hebert Ruan da Conceição Silva, 2024.
Fonte: IBGE Malhas Territoriais, 2024.

Localizado no semiárido baiano e abrangido pelo bioma Caatinga, o município de Euclides da Cunha exerce papel central na microrregião homônima. Sua economia, predominantemente terciária, é caracterizada por uma ampla oferta de comércio e serviços, o que atrai moradores de municípios vizinhos e consolida sua posição como polo regional. Na agricultura se destaca a produção de feijão e milho.

Historicamente o município é conhecido por ser o local onde ocorreu a Guerra de Canudos, um dos episódios mais trágicos da história do Brasil, e tem como maior expressão cultural a feira livre, como revelou a pesquisa de Rocha (2020).

Partiremos de uma investigação de (com)vivência com essas mulheres em seu ambiente doméstico, para dessa forma compreendermos o contexto de dominação-subordinação em que estão inseridas. Eleger a pesquisa qualitativa como caminho e forma de abordar as mulheres é acreditar em sua capacidade de desvendar realidades e captar elementos para além do visível.

Para alcançar nossos objetivos de estudo, faremos uso da abordagem qualitativa com o

objetivo de realizar “[...] uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível [...]” (Chizzotti, 2003, p. 221). A partir dessa colocação, entendemos que na pesquisa qualitativa estamos nos envolvendo com pessoas que são muito mais do que objetos de pesquisa, protagonizam e são sujeitos dela.

A tese está estruturada em quatro seções além da presente introdução e das considerações finais. A primeira seção, intitulada “Poder, gênero, patriarcado e pluriatividade: interconectando conceitos para compreender realidades”, o objetivo é refletir sobre os conceitos e categorias que serviram de base para a construção teórica da tese. A seção aborda a interseção entre gênero, poder e território, com foco nas relações de poder que se estabelecem no espaço rural doméstico.

Nela argumentamos que o patriarcado, sistema histórico de dominação masculina, se manifesta de forma particular no território rural, onde as mulheres vivenciam múltiplas formas de opressão. As relações de poder, que se expressam através das territorialidades, são analisadas sob a perspectiva de Foucault (2010) e Raffestin (1993), que concebem o poder como uma estratégia e o território como uma construção social.

Na seção seguinte, a discussão central é sobre o valor do trabalho dos diferentes gêneros. Dividimos essa seção em três partes, a saber: Trabalho doméstico; Constituição da renda da mulher rural e feminização da pobreza; e Ambiente da mulher nos territórios rurais. Para fundamentar a discussão, recorreremos às reflexões de Marx e de outros teóricos sobre gênero e trabalho, apresentando os conceitos de trabalho produtivo e reprodutivo.

Além disso, discutimos acerca da mulher nos territórios rurais: sua renda, pobreza, expectativas e ambiente. Expomos que, no ambiente rural, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres podem ser ainda maiores, haja vista que, além do trabalho doméstico, algumas delas também realizam trabalhos agrícolas e não agrícolas e que muitas vezes o ambiente doméstico confunde-se com o laboral.

Na seção 3, intitulada “Entre eu e as mulheres foi chão”, percorremos esses territórios, nos aproximamos dos sujeitos de pesquisa dentro de seus territórios de vivência, conversamos com cada mulher que cruzou nosso caminho, revelando suas particularidades de “ser mulher sertaneja e rural”, que na coletividade mostram a luta das mulheres, suas relações dentro do

território e seus estratégias de sobrevivência. Também é nessa seção que apresentamos os instrumentos metodológicos elegidos durante a pesquisa.

Nessa seção, compartilhamos nossa metodologia através de esquemas ilustrativos, mosaicos de fotografias e outros registros das mulheres que colaboraram com a pesquisa e dos locais por onde passamos, para apresentar a diversidade local e os olhares das próprias mulheres para o ambiente em que vivem. Também apresentamos como a tecnologia se mostrou útil, a princípio, para ampliar o alcance do campo e facilitar o contato com as mulheres; mas após um período não se mostrou tão eficaz por uma baixa interação do público-alvo; assim, priorizamos novamente os encontros presenciais.

Avançando na tese iniciamos nossa reflexão final pelo tópico “A vivência da mulher nas entrelinhas do discurso”, analisando as disparidades entre o que foi verbalizado nas entrevistas e conversas e com a realidade presenciada. Por fim, o tópico “A luta é coletiva! perspectivas e organização das mulheres”, tece reflexões sobre as perspectivas de futuro para a luta das mulheres sertanejas, como elas se articulam em frente ao patriarcado, e mostrar como as mulheres têm calcado o caminho da emancipação.

PODER, GÊNERO, PATRIARCADO E PLURIATIVIDADE: CONECTANDO CONCEITOS PARA COMPREENDER REALIDADES



Fonte: BORGES, A vida do preguiçoso. Xilogravura no papel, acervo digital.

1. PODER, GÊNERO, PATRIARCADO E PLURIATIVIDADE: CONECTANDO CONCEITOS PARA COMPREENDER REALIDADES

Na seção de abertura da tese temos como objetivo primordial refletir aprofundadamente sobre os conceitos e as categorias analíticas que serviram de alicerce para a construção teórica desta tese. O propósito é tecer uma análise que não apenas defina, mas também entrelace essas noções, demonstrando como sua mútua influência é crucial para a compreensão das dinâmicas sociais em questão.

A seção aborda a complexa interseção entre gênero, poder e território, direcionando o foco para as micro-relações de poder que se estabelecem e se reproduzem cotidianamente no espaço rural doméstico, um lócus frequentemente invisibilizado. Na xilogravura de Borges, que abre a seção, observamos que quem possibilita os momentos de descanso e “preguiça” do homem, são as mulheres.

Na seção, argumentamos que o patriarcado, enquanto um sistema histórico e estrutural de dominação masculina, não se manifesta de maneira homogênea. Pelo contrário, ele adquire contornos particulares e se materializa de forma específica no território rural. É nesse contexto que as mulheres vivenciam múltiplas formas de opressão, que vão desde a divisão sexual do trabalho, que as sobrecarrega com as responsabilidades do cuidado, até às restrições de mobilidade e o controle sobre seus corpos e sua autonomia financeira.

As relações de poder, que se expressam concretamente por meio das territorialidades — ou seja, das práticas e representações que os sujeitos projetam sobre o espaço —, são analisadas sob a perspectiva teórica de Michel Foucault (2010) e Claude Raffestin (1993). Alinhados a Foucault, concebemos o poder não como algo que se possui, mas como uma estratégia que se exerce, uma rede permeia todo o extrato social, inclusive as relações mais íntimas.

Em diálogo com Raffestin, compreendemos o território para além de sua dimensão física, enxergando-o como uma construção social, um produto e produtor de relações. Assim, o espaço doméstico rural é aqui entendido como um território em disputa, onde as estratégias de poder de gênero são constantemente negociadas, impostas e, por vezes, subvertidas.

1.1 Dominação-subordinação/exploração e as relações de poder no território

Ao observarmos a sociedade e a forma como ela está organizada, identificamos os gêneros e como eles estão em posições desiguais nos âmbitos da vida social. O que nos leva a questionar o porquê de os homens e as mulheres receberem tratamentos diferenciados. Historicamente, os homens construíram o sistema de organização social que lhes beneficia, o patriarcado, pelo qual fazem a manutenção da dominação que exercem sobre as mulheres.

Pesquisadores, sobretudo mulheres, têm questionado o patriarcado e de qual recurso ele faz uso para manter-se na posição de domínio. Interrogam-se como os homens conseguiram a posição de dominadores, como eles se sustentam nela e quem outorgou esse direito. As pesquisas de gênero apontam para as relações de poder como elemento central investigativo, portanto buscamos refletir sobre as relações de poder entre os gêneros, partindo da análise do território rural e suas territorialidades.

E o que é o poder? Por mais que esse questionamento seja imprescindível, a resposta está centrada mais no campo das suas características do que em uma descrição exata dele. Deleuze (2005, p.79) adverte: “Não nos perguntamos ‘o que é o poder? E de onde vem?’, mas – como se exerce?”. Ressaltamos que o contexto no qual Foucault (2010) conceitua o poder está relacionado ao corpo como “tecnologia política”¹.

Sobre o corpo, o autor afirma que “[...] as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais.” (Foucault, 2010, p. 29). Dessa forma, analisaremos como o poder perpassa as relações entre os gêneros, que são corpóreas, e configuram o território pelas territorialidades das mulheres sertanejas. Dito isso,

[...] o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; [...] poder se exerce mais que se possui, que não é o “privilegio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas — efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. (Foucault, 2010, p. 29).

O poder não é passível de posseção, ele se estabelece pelas relações de forças e usa dos seus atributos para exercer-se, ele não representa os interesses dos que estão em posição

¹ Para um maior aprofundamento do tema ver Foucault (2010).

de dominação, uma vez que seu interesse é a dominação, a qual é realizada pelo e no plano concreto/material, o território, o qual abordaremos segundo as relações de poder que nele são estabelecidas.

A interseção entre o conceito de poder e a categoria geográfica território parte da concepção de Raffestin expressa em “por uma geografia do poder”, portanto, consideramos, segundo o autor, que o território:

Não se trata pois do “espaço”, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação. (Raffestin, 1993, p. 147) grifo do autor.

O território é resultado da energia aplicada nele, empregada pelas pessoas que o vivenciam e o construíram ao longo do tempo (Haesbaert ; Limonad, 2007) composto por redes, tramas e tessituras, dentre as três ressaltamos a tessitura porque ela representa as escalas de atuação do poder, ela é “[...] sempre o enquadramento de poder ou de um poder.” (Raffestin, 1993, p.154). A tessitura revela o nível de atuação do poder e seus limites territoriais.

Dentro dos limites das tessituras, as vivências no território são múltiplas e a combinação delas caracteriza e fazem do território uma expressão das pessoas que o constrói. Araújo e Haesbaert (2007) compreendem o território como categoria de análise geográfica que está intrinsecamente associada às relações de poder, nesse sentido, os autores pontuam:

Território, por sua vez, aparece ao longo do tempo e na maior parte das reflexões teóricas como conceito capaz de apreender uma das principais dimensões do espaço geográfico, a sua dimensão política ou vinculada às relações de poder, dentro das diferentes perspectivas com que se manifesta o poder. (Araújo; Haesbaert, 2007, p. 36).

Portanto, a escolha da categoria geográfica primou por centralizar o poder e suas relações desenvolvidas na base material de vivência dos sujeitos da pesquisa: o território. Salientamos que, apesar das relações de poder se efetivarem na base material (concreta), não significa que ele não exerça influência no âmbito imaterial (simbólico), visto que ao mesmo tempo que os sujeitos territorializam/constroem seus territórios também são influenciados por eles em suas identidades.

Tais influências atuam em ambas as dimensões, porque o poder é visível e invisível, observemos o que os autores argumentam:

Ainda que privilegie a dimensão política, o território carrega hoje toda a complexidade com que se constroem essas relações de poder, um poder que, mais do que claramente centralizado identificável, e também difuso, multifacetado e “rizomático” - para utilizar a expressão de Deleuze e Guattari, entendendo-se do poder mais visível e “material” das instituições formalizadas ao poder “invisível” e simbólico do Imaginário e das representações dos diferentes grupos culturais. (Araújo; Haesbaert, 2007, p.37. Grifos do autor).

É imprescindível, ao analisarmos as relações de poder no território, ter consciência de sua complexidade e pluralidade, pois possui natureza mutável que se adequa e responde a cada tipo de relações de forças. O território além de ser “palco” dessas relações, absorve-as e reflete-as nos sujeitos que o vivenciam cotidianamente.

Direcionando nosso olhar para o recorte de estudo, o doméstico rural, considerando-o um território pelo/no qual os sujeitos constroem suas representações, identidades e tecem suas formas de vida. Ele é parte do campo de atuação das mulheres, é um território que lhe foi atribuído e é marcado pela divisão de papéis, que perpetua opressão e subordinação da mulher.

Assim, a casa é, pois, um território de disputa de poder no qual os cômodos possuem funções e significados reveladores de hierarquias. Os sujeitos que protagonizam as relações de poder são definidos, na concepção de Foucault, como dominadores: os que “possuem” o poder, e os dominados: aqueles sobre os quais o poder é exercido, os antagonistas.

Sobre a territorialidade da casa, Perrot (1988, p.180) escreve:

Na casa, coexistem lugares de representação (o salão burguês), espaços de trabalho masculinos (o escritório onde mulher e filhos só entram na ponta dos pés). A fronteira entre público e privado é variável, sinuosa e atravessa até mesmo o microespaço doméstico.

Apesar da escala micro que a casa possui, é palco das relações mais íntimas desenvolvidas pelos seres humanos; é no território doméstico que os sujeitos expressam o que de fato são e desenvolvem suas relações com o outro intensamente. Por isso, Almeida (2016, p.147) considera que:

A casa é forte reflexo das práticas culturais. Na forma e o material com que a fazem, estabelecem as divisões internas e os usos do espaço, como escolhem os objetos como úteis e necessários para seu interior, definem os espaços para os membros da família e visitantes, certamente os componentes sociais e culturais são determinantes. Este espaço definiu-se como o espaço de reprodução da mulher, por excelência, sobretudo, com as atividades consideradas como da mulher: cozinhar, cuidar da ordem e limpeza do lar,

dos filhos e marido, providenciar e assegurar a saúde, educação, vestuário e segurança alimentar da família.

A casa é o elemento central do doméstico e sua organização e dinâmica revela as territorialidades daqueles que a habitam e vivenciam diariamente. As mulheres por serem quem vivem por mais tempo no ambiente doméstico, são conseqüentemente, quem gerencia e organiza-o, contudo, isso não as fazem detentoras de poder nesse território, pois é a vontade masculina que prevalece nas tomadas de decisões.

Beauvoir (1970) escreve que a classe trabalhadora usufrui da exploração da mulher, visto que o pacto patriarcal se sobressai à exploração capitalista. Observemos o que a autora escreve:

[...] a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos. (Beauvoir, 1970, p.17).

A constituição do doméstico e da propriedade privada são concomitantes, como argumentado por Engels (2013), nesse sentido, a casa é o limite territorial de vivência da mulher, definido pelo patriarca e alimentado pelo capitalismo. Contribuindo para esse entendimento Perrot escreve: “Apenas Engels destaca ‘a derrota histórica do sexo feminino’, ligada à consolidação da propriedade privada, e vê na monogamia e sua forma moderna – o casamento burguês – a chave da opressão das mulheres.” (Perrot, 1988, p. 175).

Ao subverter os limites domésticos, através das lutas feministas, as mulheres “[...] emergir da esfera privada para reivindicar na esfera pública também torna-se visível na esfera social, onde os limites entre o público e o privado tornam-se confusos.” (Silva, 2000, p. 4). As pautas e demandas da luta por igualdade de gênero abrangem territórios distintos, mas que se conectam pelos sujeitos que os territorializam.

Haesbaert e Limonad (2007) apontam a apropriação e o domínio como características fundamentais da sua construção territorial, elas estão ligadas com as relações de poder e combinados formam as tramas pelo qual o território é desenhado/territorializado. Por isso, “[...] o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder [...] que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico [...]” (Haesbaert ; Limonad, 2007, p.42).

Para entender o poder, é necessário saber que ele é movido pelas relações que se estabelecem entre dominante e dominado, é incoerente afirmar que o dominante possui o poder, porquanto pela sua própria natureza é impossível, então afirmamos que o poder permeia o dominante para ser exercido sobre o dominado.

O território, nesse contexto, é o meio de atuação das forças de poder e, ao mesmo tempo em que oferece meios para o poder se exercer, ganhar forma, pois ele também é moldado pelas relações de poder, dialeticamente, porque é, ao mesmo tempo, apropriação e domínio (Haesbaert; Limonad, 2007).

O poder é exercido pelas relações de forças e se manifesta em diferentes escalas, estando presente, principalmente, no âmbito dos dominadores, estes, por sua vez, usam dos artifícios possíveis para alcançar e se manter dominando. Deleuze ao refletir sobre o poder afirma:

A definição de Foucault parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma “relação de poder”. Compreendamos primeiramente que o poder não é uma forma-Estado; [...] Em segundo lugar, a força não está nunca no singular, ela tem como característica essencial estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação, isto é, poder: a força não tem objeto nem sujeito a não ser a força. (Deleuze, 2005, p.78).

Poder é relações de forças, consideradas no plural visto que a força existe perante as relações e, conseqüentemente, o poder. Porque as forças são sempre múltiplas e se relacionam entre si, destaca-se que nessas relações há o lado das forças afetadas e das forças que afetaram. Concomitante ao processo de afetar e ser afetado, são forjadas as territorialidades dos sujeitos territoriais visto que “Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede.” (Raffestin, 1993, p.150). Essa produção territorial qualifica o território doméstico rural e identifica os sujeitos pertencentes a essa realidade.

A territorialidade relaciona-se com as práticas cotidianas e reflete toda a complexidade da vida humana, do vivido. Raffestin (1993) escreve que a experiência humana é marcada pela produção do território ao mesmo tempo em que os sujeitos são produto do meio que estão inseridos. Portanto, quando analisamos o território observamos, primeiramente, suas territorialidades, porque elas são a face visível da estrutura territorial, e por elas é possível identificar os sujeitos.

A territorialidade se estende por diferentes escalas geográficas e perpassa a existência humana. Nesse sentido, Saquet e Briskievicz (2009, p.8) escrevem que ela:

[...] corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana.

Portanto, para compreender as relações entre os gêneros, os conflitos protagonizados nos territórios domésticos e que se reverberam por toda a sociedade, partimos da análise das territorialidades, porque elas são a expressão e o resultado das relações humanas com o meio em que vivem. Concordamos, pois com Bonnemaïson (1981, p. 256) quando ele ressalta que “a territorialidade é expressão do comportamento vivido [...]”.

Porto (2018), ao analisar a violência doméstica no Brasil, constata através dos altos números de casos de violência doméstica, que nos territórios domésticos as manifestações de violências são um instrumento usado pelos dominadores para continuar exercendo poder. No contexto da pandemia do COVID-19, Lobo (2020) chama a atenção para a intensificação da violência doméstica desse período, argumentando que as mulheres vivenciaram “[...] uma pandemia da violência[...]” (Lobo, 2020, p. 21). Dessa forma, nas abordagens de gênero, é indispensável refletir sobre o uso da violência para controle e domínio, porque esta é um dos recursos utilizados pelo patriarcado. Observemos o que Deleuze reflete sobre esse aspecto:

[...] o poder agiria por violência ou por ideologia, ora reprimindo, ora enganando e iludindo; [...] ele não opera necessariamente através da violência e da repressão quando se dirige aos corpos. Ou melhor, a violência realmente exprime o efeito de uma força sobre qualquer coisa, objeto ou ser. Mas ela não exprime a relação de poder, isto é, a relação de poder, isto é, da força com a força, “uma ação sobre ação”. (Deleuze, 2005,P.38.

A violência, em suas múltiplas formas, é o mecanismo pelo qual o patriarcado faz a manutenção da sua dominação, ela é um caminho de acesso ao poder, os homens convertem sua “vantagem biológica”, força física, em um meio de dominação. A dominação patriarcal exercida, principalmente, pela violência e pelo medo não encontra bases no campo da razão para ser exercida, isso porque é promotora de desigualdades, misoginia, extermínio humano, pobreza e racismo. Nesse sentido, Saffioti (2004, p.129) ressalta que “Efetivamente, os homens convertem sua agressividade em agressão mais frequentemente que as mulheres.”

As forças de poder são acessadas desigualmente, porque sua natureza é fluída, não se apegam ou defendem causas e interesses, não priorizam ética, não se comprometem com nada além de si. Esperar esses comportamentos das relações de poder é incoerente, porque o poder

não é necessariamente gerador de reflexões e debates, no entanto, isso não significa que as forças de poder não podem atuar nesse campo.

Desde o final do século XX, os estudos de gênero sinalizam o poder como categoria de análise, por exemplo: Brabo (2008), Castro (1995) e Mendoza; Dos Santos (2021). Com as denúncias e reivindicações dos movimentos feministas vivenciados ao redor do mundo e a virada pós-moderna e cultural nas ciências humanas, temas como a desigualdade de gênero passaram a ser objeto de estudos acadêmicos, tendo por fruto os conceitos de gênero e patriarcado para analisar as produções espaciais e históricas. Portanto, no próximo tópico discutiremos sobre esses, para fortalecimento do que nos propomos, refletir sobre os conflitos de gênero nos territórios domésticos rural.

1.2 Gênero e patriarcado: uma discussão conceitual

O conceito de patriarcado é ideológico e indispensável para análise, porque é histórico e evidencia a desigualdade entre os sexos, enquanto que o conceito de gênero também pode explicitar relações entre iguais. Autores como Saffioti (2004, p.126) defendem a diferenciação dos conceitos, pois para ela “[...] o gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias.”

O patriarcado é uma ideologia sustentada na desigualdade e que perpassa distintos tempos históricos; ele é resultado e reflexo da construção, organização e manutenção territorial. E o conceito de gênero trabalha para desnaturalizar a dominação das mulheres ao expor a base material da sua realização, o território vivido, e simbólica, as territorialidades.

O gênero é uma categoria para análise das relações sociais; Scott (1990, p.14) o define como: “uma conexão integral entre duas proposições [...] elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos, e [...] a maneira primordial de significar relações de poder”

Ao estudar as relações apenas pelo conceito de gênero, corre-se o risco de desconsiderar a historicidade do fenômeno em questão. À medida que gênero é a-histórico, tende a ser neutro e generalista, ou seja, engloba uma extensa gama de temas dos quais não consegue explicar as desigualdades de gênero sem antes recorrer ao conceito de patriarcado, porque o que situa a desigualdade entre mulheres e homens no tempo-espço é o conceito de patriarcado, assim concordamos com o entendimento de Saffioti (2004, p.145):

Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/ marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina. Neste sentido, e contrariamente ao que afirma a maioria das(os) teóricas(os), o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal [...].

Scott (1990), ao situar gênero como uma categoria útil de análise, também ressalta seu aspecto neutralizador, observemos:

O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política [...] do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. (Scott, 1990, p.6) Grifos do autor.

Estruturalmente, o conceito de gênero foi pensado para incluir, academicamente, as relações entre os gêneros como temas de estudo, removendo, intencionalmente ou não, o aspecto político da discussão. É nesse contexto que recorreremos ao conceito de patriarcado para analisar as relações de gênero.

Pela nomenclatura, patriarcado, observa-se a hierarquização dos sexos e o uso das forças de poder que perpassam as relações de gênero desse período histórico governado pelos homens, assim, é o patriarca quem domina o “cidadão de segunda categoria” (Campos, 2011): as mulheres; bem como os meios de produção, por isso “[...] a desigualdade de gênero [...] se manteve mesmo com o desenvolvimento do capitalismo, que revolucionou tão profundamente a estrutura e a superestrutura das formações sociais anteriores.” (Campos, 2011, p.29).

Scott (1990, p.3), ao explicar o uso do conceito de gênero, argumenta que:

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. [...] Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado.

Nas pesquisas acadêmicas, é possível identificar estudos feministas que, com o objetivo de evidenciar as narrativas e vivências das mulheres, excluem de suas análises a figura do homem; o resultado dessas abordagens são estudos que alienam a mulher do seu principal conflito existencial, a desigualdade de gênero, logo, é imprescindível considerar

ambos os gêneros para entender a relação que esses estabelecem entre si. Assim, concordamos com Silva (2000, p.6) quando afirma “Não basta estudar as mulheres, é preciso estudar as relações sociais entre os sexos.”

Além de analisar as relações de gênero, é necessário inscrever as mulheres na história pelo reconhecimento de sua atuação e de seu protagonismo, os quais são possíveis pelos esforços coletivos da luta feminista que vão das relações no cotidiano à produção intelectual, mediadas pelos conceitos de gênero e patriarcado, assim:

O desafio lançado [...] é [...] teórico. Ele exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais. Como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise.” (Scott, 1990, p.5)

Na sociedade patriarcal, é o homem quem domina, explora e, concomitantemente, acumula riquezas, o que proporciona a manutenção da hierarquia do patriarca. Portanto, no capitalismo, bem como no patriarcado, é a exploração das mulheres que sustenta as estruturas. Os homens colocam-se no centro da produção humana através dessas estruturas, desconsiderando a premissa de que a humanidade se realiza pelo par dialético fêmea-macho, como argumenta Beauvoir (1970, p.14):

O casal é uma unidade fundamental cujas metades se acham presas indissolavelmente uma à outra: nenhum corte é possível na sociedade por sexos. Isso é que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro.

Ao analisarmos a realidade social pela ótica do gênero, é importante considerar a multiplicidade que envolve o tema, as distintas vivências, trajetórias e corpos das mulheres. Para tal, intelectuais feministas têm chamado a atenção para a intercessão dos conceitos de gênero, raça e classe ou, para Saffioti (2004), o novo **patriarcado-racismo-capitalismo**, nomeado pela autora de nó: “O nó formado por estas três contradições [...] Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade composta e nova que resulta desta fusão.” (Saffioti, 2004, p.122).

A tríade abordada significa dizer que, quanto mais forças de discriminação a mulher sofre, mais complexa e desigual é sua realidade. Essa conexão se relaciona pelas forças desiguais de poder, uma força existe e se alimenta pela/da outra, tornando as produções territoriais mais complexas. As relações de poder, disputadas na unidade dominação-exploração, são intensificadas mediante as variantes do nó.

Ao privilegiar um segmento do nó em relação aos outros, corre-se o risco de entendê-los como processos distintos, e não são, haja vista que, como alerta Saffioti (2004, p.134), “Há uma estrutura de poder que unifica as três ordens [...]”. Assim, ressaltamos a importância de considerar a estrutura para ser consciente de que é sobre ela que a sociedade está alicerçada.

Se fosse possível corporificar os sujeitos pelos quais as forças de poder operam com maior intensidade, chegaríamos à imagem do homem branco, hétero e rico, por isso, não surpreende que das 10 pessoas mais ricas do mundo em 2022 (Rodrigues, 2022), todas são homens com no mínimo duas dessas características. Ainda sobre a importância de articular conceitos para produzir uma reflexão holística dos problemas sociais, Campos (2011, p.31) pondera:

[...] feministas chamam atenção para a necessidade de articular o conceito de gênero com outras categorias analíticas como classe e etnia, uma vez que a forma e o conteúdo da desigualdade de gênero não são iguais para todas as mulheres. No que tange ao mundo do trabalho, por exemplo, os estudos confirmam que as mulheres trabalhadoras pobres são mais excluídas que as ricas, e as negras são muito mais discriminadas do que as brancas.

Assim, observamos as dimensões do nó. Sobre a raça Saffioti (2004) pontua: “[...] o portador de preconceito está, pois, investido de poder, ou seja, habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como este as retrata.” (Saffioti, 2004, p.131).

Ao pensarmos na história escravocrata do Brasil e que, não por coincidência, na figura que explora o povo preto, entendemos que as raízes da discriminação racial no Brasil atentem um projeto de exploração desde sua formação, e a naturalização desse sentimento de superioridade vivenciada pela branquitude reafirma o poder que investe o preconceituoso. A condição social está intimamente ligada à questão da raça, expressa, inclusive, na forma como as mulheres são rotuladas, como ressalta Falci (2004, p. 203):

Entre as mulheres, a senhora, dama, dona fulana, ou apenas dona, eram categorias primeiras; em seguida ser “pipira” ou “cunhã” ou roceira e, finalmente, apenas escrava e negra. O princípio da riqueza marcava o reconhecimento social. O princípio da cor poderia confirmá-lo ou era abafado [...].

O contexto em que a autora escreve é o do processo de colonização e povoamento do sertão, contudo, miremos as categorizações e nomenclaturas que expõem as diferenciações do ser mulher. Quanto ao quesito classe, Falci (2004) delimita a organização e composição do

núcleo familiar, ou seja, a forma como a família burguesa está estruturada é distinta da classe trabalhadora. Acerca desse tema, Fonseca (2004) faz importante observação:

[...] é bem possível que o recente aumento do número de famílias chefiadas por mulheres esteja ligado, entre as camadas médias, ao movimento feminista e à nova emancipação da mulher. Projetar essa mesma explicação sobre grupos pobres, cuja alta taxa de mulheres chefe-de-família tem sido historicamente ligada à pobreza, seria um engano. (Fonseca, 2004, p.546).

A complexidade do nó influencia o acesso às conquistas do movimento feminista, pois, se por um lado as mulheres da classe média/alta lutam por emancipação, igualdade salarial, por reconhecimento da importância do seus trabalhos, por outro lado, as mulheres da classe mais baixa, em sua maioria, trabalham em condições precárias para garantir a sobrevivência da família. Nesse sentido, Mello (2004, p.49) pondera que “[...] a desigualdade é uma realidade para todas as mulheres, e pode-se afirmar que ser mulher é quase sinônimo de ser pobre, sobretudo se for preta ou parda.”

As mulheres da classe média/alta, apesar da desigualdade de gênero que sofrem, possuem elevado poder aquisitivo característico da classe pertencente, dessa forma, o trabalho para elas significa a busca pela igualdade de gênero. Quanto às mulheres pobres, a motivação é cuidar da família e garantir os direitos básicos de moradia e alimentação. A respeito dessas mulheres, Perrot (2006) descreve que, no séc. XIX na França, as “donas de casa”, além do trabalho doméstico, buscavam, na prestação de serviços, aumentar a renda familiar; dentre as atividades estavam:

[...] faxina, lavagem de roupas, entregas [...] mas também o pequeno comércio das mulheres com bancas ou das vendedoras à domicílio de artigos variados [...] a dona-de-casa tenta manter esse papel monetário que desempenhou na sociedade tradicional: trazer dinheiro para o lar. (Perrot, 2006, p. 214).

Dessa forma, a classe social define os modos de vida e, também, as pautas pelas quais as mulheres lutam, porque: “É claro que o que vale para a mulher do povo não vale para a mulher burguesa” (Perrot, 2006, p. 215). É essa também a razão de haver diferentes feminismos, pois, mesmo que unificadas pelo gênero, as mulheres vivenciam múltiplas realidades e, ao seu modo, cada uma reivindica suas demandas.

Nesse contexto, chamamos a atenção para a realidade das mulheres rurais e sertanejas, sujeitos de nossa análise, resultado das interconexões do nó

(patriarcado-racismo-capitalismo). Observemos o que Falci (2004) escreve sobre elas em seu estudo sobre as mulheres do sertão nordestino:

O isolamento do sertão, as condições locais de povoamento, as condições ambientais de clima e a formação de uma sociedade patriarcal altamente estratificada influíram nas especificidades das mulheres do sertão. Lugares diferentes, historicidades específicas podem conduzir a outros signos, outras representações do mundo feminino. (Falci, 2004, p.228 -229)

A partir da caracterização física do sertão, a autora considera as mulheres sertanejas fruto do meio, no entanto, mais do que resultado, elas são também produtoras de territorialidades responsáveis pela configuração do território. As especificidades do nó fazem com que as mulheres em sua pluralidade vivenciam realidades distintas de acordo com seu contexto socioeconômico-cultural.

Na literatura sobre o sertão, encontramos generalizações e determinismos biológicos e ambientais e, quando observamos como os sertanejas são representados, notamos a mesma tendência, seja por preconceito ou por falta de vivência no sertão; a questão é que a percepção dos “de fora”, como ressalta Almeida (2008) em seus estudos sobre o sertão brasileiro, tende a ser diferente da percepção dos “de dentro”. Esse tipo de percepção distorcida na seguinte passagem:

É a figura da camponesa, a vida inteira confinada ao ambiente da casa e subordinada à autoridade masculina, que parece capturar melhor a imagem do sertão como uma realidade aparentemente situada em algum lugar do passado, um lugar por onde os ventos de uma civilização cada vez mais globalizada ainda não sopraram. (Thayer, 2001, p.103).

O sertão é qualificado pela autora como arcaico e ausente de quaisquer traços de modernidade. Ao observarmos a posição geográfica e existencial de Thayer, compreende-se que ela é alguém “de fora” duplamente, pois não é sertaneja e nem brasileira. A democratização ao acesso à educação superior e, portanto, a reformulação do perfil do cientista brasileiro, tem enriquecido as pesquisas acadêmicas com pesquisas que penetram realidades dos “de dentro” que são intocáveis pelos “de fora”.

As desigualdades e discriminações vivenciadas nos territórios rurais e urbanos são as mesmas, contudo, no rural intensificadas, pois nessas localidades as forças de poder e o domínio patriarcal atuam com maior vigor, observemos o que Thayer (2001) escreve:

Ali as relações econômicas e de gênero ainda mantêm nítidos alguns traços da era colonial: de um lado, uma agricultura de subsistência e uma criação de gado latifundiária que parecem ainda manter relações semi-feudais; de outro,

uma estrutura familiar patriarcal, na qual o trabalho duro das mulheres torna-se invisível, enquanto sua sexualidade e sua liberdade de movimentos são altamente controladas. (Thayer, 2001, p.103).

O acesso à educação e à informação também é inferior quando comparado à população urbana, questão que torna o processo de subversão ao patriarcado no rural mais árduo e lento. Por consequência, o que percebe-se é a naturalização da exploração e a delimitação dos papéis sociais tanto pelas mulheres pobres quanto pelas ricas, pois nem mesmo o privilégio da classe alta garante a emancipação da mulher, observemos:

No sertão nordestino do século XIX, a mulher de elite, mesmo com um certo grau de instrução, estava restrita à esfera do espaço privado, pois a ela não se destinava a esfera pública do mundo econômico, político, social e cultural. A mulher não era considerada cidadã política. (Falci, 2004, p. 210).

Os reflexos dessa alienação da esfera política são sentidos até o tempo corrente, visto que, em todo o mundo, o direito ao voto feminino aconteceu posterior ao do homem e tardio, isso nos países onde o voto feminino foi conquistado, e, mais do que o direito ao voto, notamos também a dificuldade da inserção das mulheres na política (Grossi; Miguel; Sônia, 2001) enquanto representantes.

Em relação aos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres sertanejas sabemos que eles são desde os mais pesados, que exigem grande esforço físico, até os mais leves, que não necessitam de elevada força física para execução. No entanto, independente do tipo de trabalho, quando realizado pela mulher, é considerado como “ajuda” e, portanto, sem valor econômico agregado:

Mas tanto o trabalho doméstico, percebido como a ordem natural das coisas, quanto o trabalho na roça, visto como domínio masculino por causa do valor de troca produzido, ficavam invisíveis, sem reconhecimento social. Dado o papel do gênero na divisão do trabalho, as mulheres não eram definidas como trabalhadoras, apesar da natureza indispensável de sua atividade na sobrevivência da família. (THAYER, 2001, p.109).

O trabalho das mulheres é entendido como de menor importância apesar de ser ele quem garante o funcionamento da sociedade. Com o objetivo de alcançar a emancipação, as mulheres se inserem na esfera de produção dos trabalhos remunerados, buscando nas atividades não agrícolas meio de garantir, parcial ou totalmente, a renda familiar, mesmo que isso signifique desempenhar dupla jornada de trabalho, portanto, são estas relações que analisaremos no tópico seguinte.

1.3 Papéis sociais e mulheres pluriativas

Primeiramente, consideramos que os papéis são uma construção social de interesse do patriarcado, porque por eles os homens mantêm sua posição de dominadores desde a esfera privada até a pública. Dito isto, afirmamos, assim como Perrot (2007, p. 109), que:

As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível.

É invisível porque é naturalizado como responsabilidade da mulher, ao ponto das mesmas internalizarem essa falácia e não se vêem como parte do sistema produtivo, em parte porque não são remuneradas e por outro lado porque é uma construção social. As mulheres são, principalmente, esposas, mães e cuidadoras do lar, e esses papéis são idealizados para serem desempenhados envoltos em uma aura de pureza, castidade e feminilidade, também concebidos socialmente como intrínsecos ao universo feminino.

Arelado aos papéis de gênero, há a idealização dos comportamentos sociais, o que influencia no valor que a sociedade atribui à mulher mediante o quanto ela segue as normas do comportamento imposto; sobre essa questão, Falci (2004, p. 224) observa em suas pesquisas: “Como mulher-esposa, seu valor perante a sociedade estava diretamente ligado à ‘honestidade’ expressa pelo seu recato, pelo exercício de suas funções dentro do lar e pelos inúmeros filhos que daria ao marido.” A imposição desses comportamentos tem seu início na infância e perpassa todas as fases da vida.

Nos atuais moldes sociais, a existência da mulher está alinhada com o projeto criado pelo patriarcado: o de cuidadora das necessidades familiares, fazendo com que o campo de atuação da mulher limite-se à sua principal função: maternar. Essa concepção perpassa as dimensões do nó - gênero, raça e classe - e define os tipos de trabalho específicos dos gêneros, observemos:

Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos”, declara um delegado operário da exposição mundial de 1867. (Perrot, 1988, p.178)

Dessa forma, há distinção do que é considerado trabalho para mulher e para homem. Sobre o trabalho, considera-o sob duas perspectivas: a de ordem reprodutiva e produtiva, a

primeira destinada às mulheres, associada à reprodução familiar, e a segunda aos homens, relacionada ao trabalho remunerado, e o que faz manutenção dessa dicotomização é a divisão sexual do trabalho, que é alimentada tanto por homens quanto pelas mulheres.

As desigualdades de gênero são criadas e alimentadas pelo patriarcado, como argumentado anteriormente, contudo, para além do patriarcado, há outras estruturas da sociedade a serem observados, como ressalta Chartier (1995, p.43):

[...] a divisão do trabalho [...] é “produzida” por todos os discursos - da economia política, das legislações estatais, das demandas dos empregadores, das reivindicações sindicais - que enraízam numa diferença de natureza a oposição entre atividade doméstica e atividade assalariada, entre função reprodutora e trabalho produtivo, entre o lar e a fábrica.”

A partir dessas questões, podemos entender a complexidade da condição feminina. As mulheres foram, ao longo da história, designadas a um tipo específico de trabalho, o doméstico, do qual elas estão lutando para serem desvinculadas e ressignificarem sua existência e produções territoriais.

Portanto, analisar as territorialidades das mulheres rurais sertanejas pelo prisma do gênero é, para nós, o que expressa Scott (1990, p. 7), “[...] uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.” Lembrando que essas construções históricas configuram os territórios, desenham as tramas e redes territoriais.

Outra questão a ser observada é que os papéis sociais são diferenciados, há trabalho de homem e de mulher, e hierarquizados, o trabalho do homem é mais valorizado e remunerado do que o das mulheres (Hirata; Kergoat, 2007). No que tange à hierarquização dos trabalhos, ela é instituída na esfera pública e privada; no ambiente doméstico, a mulher é considerada a cuidadora e o homem o provedor; nesse sentido, Nogueira (2004, p.27), em seus estudos sobre a feminização do mundo do trabalho, constatou que:

[...] os papéis hierárquicos ainda se encontram mantidos na maioria das casas. Não são poucas as vezes que presenciamos nas falas das mulheres, que se encontram nessa nova função, o sentimento de que exercem simultaneamente os papéis de pai e mãe em suas famílias, legitimando, em grande medida, o fato de serem responsáveis pelas tarefas femininas, específicas da mulher e mãe, como também responsáveis pelas tarefas masculinas, como pai e provedor do lar.

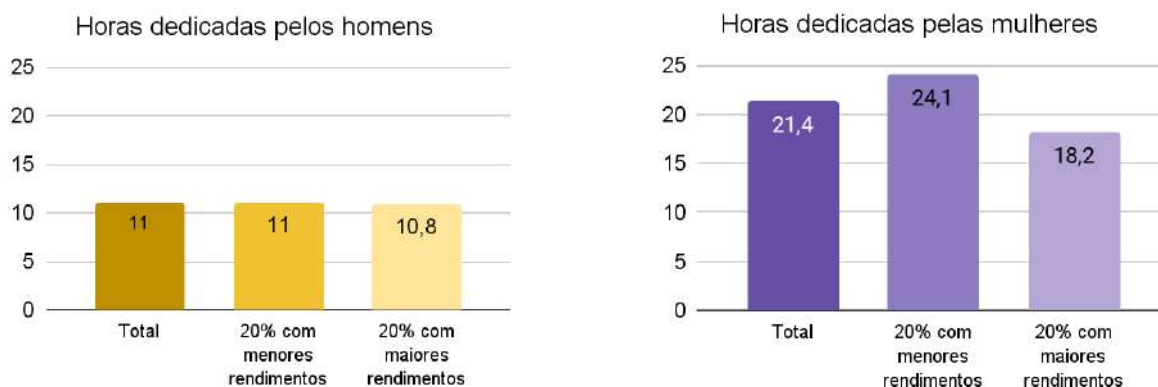
Em relação às mulheres que, além do trabalho doméstico, estão inseridas no mercado de trabalho, cabe a elas conciliar o trabalho doméstico com o profissional, inclusive em

situações em que a figura masculina da família encontra-se desempregada. Campos (2011) analisa, em suas pesquisas sobre a feminização da pobreza, o número médio de horas no trabalho doméstico e faz uma importante constatação:

Dados do IBGE mostram que, em 2007, em média as mulheres ocupadas no mercado de trabalho gastaram 22,3 horas semanais com trabalho doméstico, enquanto os homens inativos, portanto que não trabalham fora de casa, gastaram somente 13,7 horas semanais com as tarefas domésticas. (Campos, 2011, p.41)

Em 2019 os indicadores do IBGE mostraram que as mulheres continuam a dedicar mais tempo aos trabalhos domésticos do que os homens, entre a população com menor rendimento são 21,4 horas dedicadas pelas mulheres, contra 11 horas semanais dedicadas pelos homens. Quando observado o tempo gasto pela população com maiores rendimentos, as mulheres também são quem despende mais tempo com atividades domésticas, em média 7,4 horas a mais do que os homens. Observemos o Figura 02 abaixo.

Figura 02 - Média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoa de 14 anos ou mais de acordo com o rendimento

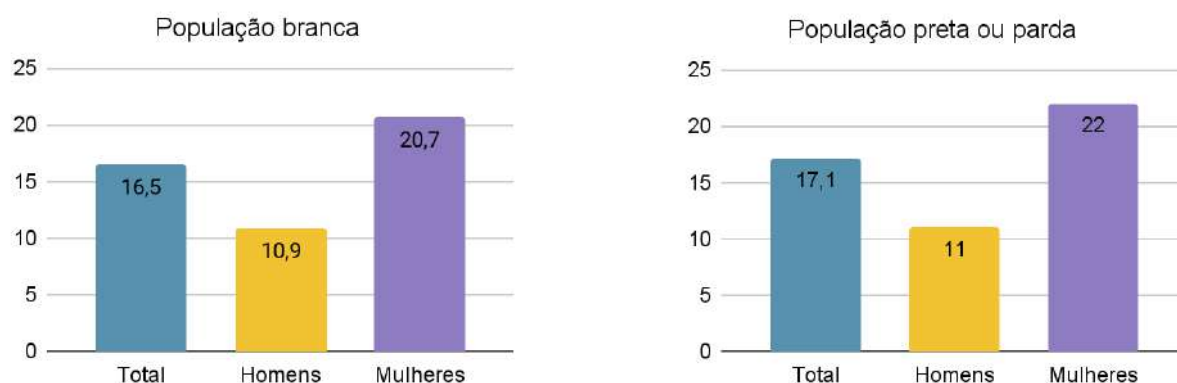


Adaptação: Patrícia Quirino Rocha, 2024.

Fonte: IBGE, 2019; IBGE, 2021.

Além da classe, o nó que conecta ao mesmo tempo que distingue as mulheres entre si é formado pela cor/raça, portanto observemos, no Figura 03, as horas dedicadas ao trabalho doméstico com base nesse elemento.

Figura 03 - Média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoa de 14 anos ou mais segundo cor/raça



Adaptação: Patrícia Quirino Rocha, 2024.

Fonte: IBGE, 2019; IBGE, 2021.

As horas semanais dedicadas aos trabalhos domésticos pelos homens pouco diferem de acordo com os critérios de análise, nesse caso a cor ou raça e a classe social, aqui representados pela informação de maiores e menores rendimentos. A diferença na porcentagem entre os homens brancos e pardos ou pretos é de 0,1%, a análise com base na classe social também revela que essa condição pouco influencia na quantidade de horas dedicadas ao trabalho doméstico, visto que a diferença entre os homens que recebem menos e mais é de 0,2% a menos para os homens com maior rendimento.

O trabalho doméstico continua sendo “coisa de mulher”, mesmo que isso implique sobrecarga-lá. Portanto, o modelo de conciliação, abordado em Hirata e Kergoat (2007), aplica-se majoritariamente às mulheres, sobretudo às pobres e pretas que não possuem condições financeiras de delegar seu trabalho a outra pessoa.

Voltando nossa atenção para as mulheres rurais sertanejas, sabemos que as vivências delas se diferem das mulheres das áreas urbanas e, portanto, não podem ser generalizadas. As famílias rurais vivenciam uma realidade onde os limites físicos entre moradia e trabalho se mesclam, e o trabalho no campo é realizado, em geral, por toda a família, porém, seguindo a lógica patriarcal, o trabalho doméstico recai sobre as mulheres.

Diante da insuficiência do rendimento com o trabalho agrícola e/ou da necessidade de adaptar-se aos novos moldes da produção agrícola, as famílias rurais buscam em trabalhos não agrícolas mecanismo para continuar morando no campo e garantir o sustento da família, essas mudanças são reflexos dos processos de reestruturação capitalista e das mudanças

sociais no rural. Dessa forma, as mulheres tornam-se pluriativas, ou seja, passam a combinar atividades agrícolas com outras não agrícolas para compor a renda familiar.

Sobre a pluriatividade, Schneider (2005) ressalta alguns fatores que contribuem para seu aparecimento, são eles: a modernização técnico-produtiva da agricultura, a terceirização agrícola, a baixa na renda decorrente da impossibilidade de concorrer com os grandes produtores e as mudanças do mercado de trabalho. São aspectos que revelam a conexão campo-cidade e que impactam diretamente na produção da agricultura familiar. Nesse sentido, Carneiro (2009) e Schneider *et al.* (2009) compreendem a pluriatividade como uma decisão coletiva para atender ao projeto de desenvolvimento familiar, sobretudo relacionado à permanência no campo:

Existe certo consenso, ainda que nem sempre explicitado, que devemos tomar como unidade de análise a família agrícola e não os indivíduos quando tratamos do tema da pluriatividade. Essa abordagem é correta, do meu ponto de vista, porque sabemos que as atividades individuais dentro da família camponesa estão intimamente articuladas aos projetos familiares, o que não elimina, certamente, a possibilidade de que essas atividades estejam em contradição com esses interesses. (Carneiro, p.179).

Pensando para além das necessidades familiares e observando a individualidade das mulheres, questionamos se a busca por trabalho remunerado não agrícola é sempre motivado pelo desejo de cuidar da família ou se faz parte das estratégias das mulheres para se inserir na esfera produtiva/remunerada, possuir independência financeira, encurtar a desigualdade de gênero e serem valorizadas pelo trabalho delas no seio da família.

Pesquisas de gênero estão apontando que o trabalho das mulheres no campo é considerado como “ajuda” (Tedeschi, 2004; Spanevello, 2019), ou seja, secundário em relação ao trabalho do homem. Entretanto, na prática, esses estudos revelam que o trabalho das mulheres é fundamental para o desenvolvimento da família, como é o caso das sergipanas produtoras de queijo coalho (Menezes, 2017).

Independente das motivações individuais para acessarem esses tipos de trabalhos, sabemos que o rendimento obtido pelas mulheres é empregado nas despesas domésticas. Dessa forma, consideramos que elas buscam participar diretamente da renda familiar e, assim, terem seu valor pessoal reconhecido.

Ao se inserirem na esfera produtiva, as mulheres começam a vivenciar outros tipos de desigualdade de gênero. Destacamos assim a precarização das condições de trabalho e o baixo

salário em relação ao dos homens. Campos (2011) aponta como justificativa para essa disparidade a naturalização do trabalho feminino como ajuda ou complemento; essa concepção começa na esfera do doméstico e se espalha por todas as áreas de trabalho.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho não significa desfrutar de igualdade de gênero, porque “Trabalhadores e trabalhadoras são inseridos no mercado de trabalho marcados por desigualdades atribuídas ao sexo. A diferença salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função é cada vez maior no País.” (Silva, 2000, p.7). Atualmente a disparidade salarial entre os gêneros continua a vigorar, visto que as estatísticas mostram que “Em 2019, as mulheres receberam 77,7% ou pouco mais de $\frac{3}{4}$ do rendimento dos homens.” (IBGE, 2021).

No que tange às vivências das mulheres rurais, as relações de desigualdade são maiores do que as mulheres urbanas. Em 2019, o FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), em sua pesquisa sobre desigualdade salarial entre áreas urbanas e rurais no nordeste, mostrou as seguintes informações do Figura 04.

Figura 04 - Salário-hora em reais no nordeste da população urbana e rural (2019)



Elaboração: Patrícia Quirino Rocha, 2024.

Fonte: FIDA, 2021.

Há diferença significativa entre o rendimento das pessoas em áreas urbanas e rurais, comparando os rendimentos entre o mesmo sexo, observamos que os homens da zona rural ganham 65,77% do rendimento dos homens da zona urbana, e as mulheres da zona rural 70,87% do rendimento das mulheres da zona urbana.

O estudo (FIDA, 2021) mostra que a população urbana de ambos os gêneros possuem historicamente rendimento superior à população rural, em 2012 a diferença salarial entre as mulheres era de \$606,00, em 2018 de \$610,00 e em 2019 de \$559,00, para os homens a diferença era de \$692,00, \$694,00 e \$672,00, respectivamente.

Gradativamente a distância salarial tanto entre os gêneros, quanto entre a população rural e urbana estão se equiparando, mediante a um conjunto de fatores que impulsionam essa mudança, como o acesso à educação, as políticas públicas de combate à fome, à pobreza e à desigualdade e, também, pelas lutas dos movimentos feministas que trabalham para conscientizar e encorajar mulheres a romperem com os espaços domésticos e ocupar diferentes espaços na esfera pública, na política, na educação e no mercado de trabalho, por exemplo.

A inscrição das mulheres no mercado de trabalho é um caminho de luta por igualdade de gênero, contudo, como o sistema é dominado pelos homens e acumula capital pela exploração da mão de obra, não proporciona e ideologicamente não poderia proporcionar a igualdade de gênero e social, porque há o projeto capitalista de exploração-dominação das mulheres, contudo em contraponto, também há a resistência das mulheres que fazem uso dos recursos oferecidos pelo capitalismo para acessar e ocupar novos espaços, territórios e lugares.

A dominação patriarcal, combinada com a exploração capitalista e a estrutura racista, resulta em condições de trabalho insalubres, longas horas de trabalho, baixos salários e, portanto, má qualidade de vida. Gênero e trabalho são categorias que estão intimamente ligadas, por isso, Saffioti (2004, p.138) escreve que:

Todos os estudos sobre força de trabalho feminina no mundo de economia globalizada revelam sua mais acentuada subordinação. Isto equivale a dizer que, quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas. [...] Não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração.

A pluriatividade enquanto meio pelo qual mulheres buscam expandir horizontes, também não consegue romper com a dominação patriarcal. Carneiro (2009, p.178) reflete que “[...] a pluriatividade, geralmente, não promove melhorias nas condições de vida da família nem uma redução da sua situação de vulnerabilidade. Ao contrário, ela pode ser responsável pelo aumento da exploração da mão de obra do agricultor [...]” Isso porque as mulheres precisam conciliar o trabalho doméstico com o assalariado.

Além de trabalharem fora do ambiente doméstico, as mulheres estão lutando para encurtar a distância que há entre os direitos entre os grupos de sexo. Isso porque, à medida que a luta feminista avança, o patriarcado e o capitalismo criam novas formas de exploração

da mulher e elevação da posição de dominador do homem, mantendo o distanciamento. Portanto, entendemos, assim como Álvares (2014, p.8), que: “A mulher que se liberta economicamente do homem nem por isso alcança uma situação moral, social e psicológica idêntica à do homem.” Pois, há uma complexa estrutura social que precisa ser superada.

ENTRE O LAR E O CAMPO: DESAFIOS E RENDA DA MULHERES NOS TERRITÓRIOS RURAIS



Fonte: GIVANILDO, Mulheres rendeiras. Xilogravura no papel, acervo digital.

2. DESAFIOS E RENDA DA MULHERES NOS TERRITÓRIOS RURAIS

Na primeira seção, abordamos o conceito de trabalho reprodutivo para situar o leitor quanto ao aspecto do trabalho doméstico na sociedade capitalista. Nesse tópico o objetivo é mostrar que esse trabalho reprodutivo é de fundamental importância para a reprodução humana, e não somente isso, esse trabalho sustenta a estrutura capitalista.

Dividimos essa seção em três partes, a saber: Trabalho doméstico; Constituição da renda da mulher rural e feminização da pobreza; e Ambiente da mulher nos territórios rurais. Para fundamentar a discussão, recorreremos às reflexões de teóricos do assunto de gênero e trabalho, apresentando os conceitos de trabalho produtivo e reprodutivo, sendo este último desvalorizado por ocorrer no ambiente doméstico e, aparentemente, não produzir resultados a curto prazo, pois se trata, em grande parte, do trabalho de cuidado realizado pela mulher na criação dos filhos que, no futuro, serão a força do trabalho.

Além disso, discutimos acerca da mulher nos territórios rurais: sua renda, pobreza, expectativas e ambiente. Expomos que, no ambiente rural, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres podem ser ainda maiores, haja vista que, além do trabalho doméstico, algumas delas também realizam trabalhos agrícolas e não agrícolas e que muitas vezes o ambiente doméstico confunde-se com o laboral; o resultado disso é uma remuneração baixa, que não contabiliza distância de casa para o trabalho (pois quando o ambiente doméstico não se confunde com o laboral, as mulheres precisam percorrer longas distâncias até chegar a um lugar propício para comercializar seus produtos), e nem considera o trabalho doméstico como digno de remuneração.

2.1 Trabalho doméstico

Ao mesmo passo em que as atividades capitalistas tomaram força, formou-se o modelo de família nuclear na qual a mulher é responsável por todo o trabalho doméstico e pela criação dos filhos. Essa construção aconteceu baseada, principalmente, em dois pontos, primeiro fruto dos conflitos entre os gêneros, como refletimos na primeira seção a partir de Beauvoir (1970) e, segundo, pelo interesse do capitalismo em apropriar-se de trabalho não pago.

Para desvendar o mundo do trabalho doméstico, partiremos da análise do conceito de família ao longo do tempo e qual o papel do sistema capitalista para tais configurações. Com

o objetivo de situar o leitor, ao mesmo tempo em que construímos uma linha cronológica dos fatos, partiremos das análises de Engels (1984) sobre a origem da família.

Sua contribuição é de suma importância, porque mostra que o modelo familiar atual nem sempre foi assim, mas está passando por alterações ao longo do tempo. A saber, os modelos apresentados por Engels (1984): “A família consanguínea” (p.37), nesse modelo a relação “marido e mulher” dava-se entre os irmãos e as irmãs, excluindo a união entre pais e filhos.

O segundo modelo foi a “família punaluaana” (p.39), a partir desse momento foi vedado o casamento entre irmãos da mesma mãe. Nesse tipo de organização familiar, a mulher era o centro, visto que nessa sociedade matriarcal, tinha-se controle de quem era a mãe da criança, a paternidade era uma incerteza, podendo a criança ser filha de qualquer homem do meio de socialização, portanto a responsabilidade paternal era compartilhada.

Por fim, houve a “família sindiásmica” (p.48), consequência da crescente proibição do casamento entre irmãos do mesmo grupo. Nesse momento, era cobrado das mulheres que tivessem apenas um parceiro sexual, enquanto que os homens não precisavam seguir essa regra. Esse foi o último estágio antes do que conhecemos hoje como família monogâmica.

Observando a evolução da configuração familiar, notamos que a mudança mais expressiva é a perda de liberdade das mulheres. À medida que o homem se torna a figura central da família, as mulheres passam a ter menos controle sobre seus próprios corpos, menos autonomia, resultando em uma redução significativa de sua liberdade

Na família sindiásmica, os homens desejam ter uma linhagem, distribuir herança, ter uma genealogia e manter os pertences deles com os herdeiros, portanto a estratégia foi diminuir a quantidade de parceiro sexual, gerando o que conhecemos como família monogâmica, concomitantemente a origem da propriedade privada.

Cabe ressaltar que a monogamia não é fruto da vontade individual de possuir um parceiro sexual, até porque as pessoas continuam tendo mais de um parceiro sexual mesmo dentro do matrimônio, a monogamia é, pois, o meio de dominação da propriedade privada, que antes era comum à comunidade.

A própria origem do termo “família” nasce com intenções bem definidas, como explica Marcassa (2006):

A expressão “família” foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sob todos eles. O primeiro efeito do poder exclusivo dos homens no interior da família, já entre os povos civilizados, é o patriarcado, uma forma de família que assinala a passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia. p.86.

A centralização da figura masculina é a principal característica dessa nova forma de organização social, abrangendo o âmbito privado e público. Portanto, se podemos sinalizar a origem do patriarcado, ou do que hoje conhecemos como tal, afirmamos que ele é embrionário no período de transição para monogamia e ao longo do tempo utiliza de diferentes meios para garantir sua soberania, dentre eles a igreja com seus valores cristãos, o Estado que usa do seu poder para manter o patriarcado e as escolas que ensinam e perpetuam os papéis de gênero.

Outra mudança significativa na sociedade que corrobora o fortalecimento do patriarcado foi a ruptura com o modelo feudal para o capitalista. Isso porque, no modelo feudal, apesar do homem ser a figura central da família, o âmbito privado e público coexistem no mesmo espaço, portanto tanto as atividades domésticas quanto as atividades econômicas aconteciam no mesmo espaço, a casa, e eram compartilhadas entre todos os membros da família. Observemos o que Hobsbawm (2008) afirma sobre esse modelo familiar:

[...]o trabalho doméstico e a produção eram geralmente uma unidade singular ou combinada, e embora isto significasse que as mulheres (...) trabalhassem excessivamente – já que faziam a maior parte do trabalho doméstico e participavam do resto do trabalho –, elas não estavam confinadas a um só tipo de trabalho. (p. 134)

A perversidade do capitalismo com as mulheres está principalmente no fato de que as isolou ao espaço doméstico, assim como constata Dalla e James “Woman on the other hand has been isolated in the home, forced to carry out work that is considered unskilled, the work of giving birth to, raising, disciplining, and servicing the worker for production” (2017, p.11). Muitas são as atribuições dadas às mulheres, contudo o reconhecimento do trabalho delas é nulo.

A sociedade capitalista é constituída por dois espaços, o privado que é a casa onde são desenvolvidas, na leitura de Max, atividades de ordem reprodutiva, e os espaços públicos, para além da casa, onde as atividades tidas como produtivas são realizadas. É nesse ponto que feministas como Federici criticam o trabalho de Max, para ela:

Una de las consecuencias de su incapacidad para ver más allá de la fábrica y entender la reproducción como un área de trabajo (y de trabajo sobre todo femenino) es que no se dio cuenta de que mientras escribía *El capital* se estaba desarrollando un proceso de reforma histórica que en pocos años llevó a la construcción de la familia proletaria nuclear. (Federici, 2018, p.12).

A família nuclear é aquela composta pela figura da mãe, do pai e dos filhos, marcada pela divisão de papéis e fundamentada na monogamia. Além disso, essa organização colabora para a manutenção do capitalismo, tendo como principais pontos o trabalho doméstico não pago das mulheres e o isolamento delas no espaço doméstico.

Há dois aspectos importantes que devemos entender, primeiro que com o trabalho nas fábricas, os homens ficaram cada vez mais distantes do espaço doméstico e segundo que o capitalismo criou duas categorias de trabalhador, o assalariado e o não assalariado. Assim, o capitalismo fez do homem o trabalhador assalariado e da mulher a trabalhadora não assalariada e dependente economicamente do homem.

Contraditoriamente, é o trabalho da mulher que sustenta a sociedade, contudo não há o reconhecimento desse fato, como afirma Dalla e James (2017, p.10): “What has been neither clear nor assumed by the organizations of the working class movement is that precisely through the wage has the exploitation of the non-wage laborer been organized”.

O capitalismo tornou a fábrica e o escritório o centro das atividades econômicas, bem como fez do homem o trabalhador assalariado da família. Enquanto a vida pública é comandada pelos homens, as mulheres em isolamento, usando o termo de Dalla, trabalham para sustentar o capitalismo. Nesse sentido, é o salário que atribui valor às pessoas na sociedade capitalista, o salário investido de poder de compra.

Então, qual é o resultado do trabalho da mulher? Dalla e James (2017) afirmam que “[...]the product of her labor, the laborer, was visible there.” (p.11) Chama atenção a reflexão da autora quando a mesma conclui que o produto do trabalho da mulher é o trabalhador, em todo o seu ciclo de vida: exceto em caso de adoção do bebê, é a mulher que o gera no ventre, que dá o primeiro alimento do seu próprio peito, que protege sua existência, que ensina a falar, a andar e a ler. Ao mesmo tempo em que mantém a casa organizada, se não a própria mulher que faz isso, ela incube outra mulher e orienta a como deve ser feito, no caso das mulheres que dispõem de recurso para terceirizar o trabalho doméstico.

As atividades que as mulheres desempenham no espaço doméstico vão além da responsabilidade de limpar e cozinhar, por isso que defendemos que o uso de máquinas não é

a solução para o fim do papel de “cuidadora do lar”, visto que elas substituem apenas uma parte do trabalho da mulher, as incumbências delas vão além de tais atividades, elas dão suporte emocional, cuidam do bem-estar da família, garantem a segurança alimentar e geram a descendência da família.

É importante destacar que a família nuclear não é o único tipo na sociedade, como mostram Souza e Peres (2002) em seus estudos, as autoras pontuam variantes da família nuclear, a saber: Nuclear Simples, mononuclear, Monoparental Simples, Nuclear Extensa, Nuclear com Avós Cuidando de Netos, Nuclear Reconstituída, Nuclear com Crianças Agregadas, Monoparental com Crianças Agregadas, Monoparental Extensa e Atípica. No entanto, ainda assim as mulheres são responsáveis pelos cuidados de manutenção familiar, o que nos permite concluir que o trabalho doméstico tem gênero.

Agora, refletiremos sobre a origem do trabalho doméstico na sociedade brasileira para mostrar que ele também tem raça. O ponto de partida para a compreensão desse aspecto situa-se no período pós-abolição, no qual a população antes escravizada estava sem moradia e meios de sobrevivência. A solução encontrada por eles foi se submeter a trabalhos já realizados antes por eles, como na agricultura e nas atividades domésticas, em troca de habitação, alimentação ou salários baixos, como é o caso do trabalho doméstico.

De um lado temos uma população branca e com recurso financeiro alto e de outro temos a população negra, desprovida de qualquer recurso financeiro, necessitada do básico para sobreviver. A primeira, acostumada a ser servida pelo trabalho escravo e a segunda, a lutar pela sobrevivência. Assim, temos a combinação perfeita para a perpetuação da desigualdade e exploração das populações pobres e pretas.

A população abastada usufruía do trabalho escravo para realizar as atividades domésticas da casa; mesmo quando o indivíduo não possuía um servo, ele podia alugar dos senhores de escravos, os quais eram chamados de “criados de servir”. Resende (2019) explica ainda que:

Com a abolição, o trabalho doméstico continuou sendo a principal prática dos então ex-escravos, sobretudo para as mulheres que reproduziam, agora de maneira remunerada, a experiência domiciliar que já tinham, mesmo que tal remuneração ainda as deixasse na condição de miséria. Essa era a principal fonte de renda para as mulheres nos centros urbanos, não apenas para as ex-escravas, mas também para as migrantes pobres que chefiavam as próprias famílias ou complementavam a renda familiar.” (p.240).

Um trabalho que no início não era pago diretamente e, após a abolição, passa a ser pago em valores baixos, fazendo com que a característica desse serviço não mude, continua sendo um trabalho explorado. A questão da precarização do trabalho doméstico está no âmago de sua origem, baseada nas relações servis e construída pela cultura patriarcal escravocrata. O que nos ajuda a compreender o entendimento que a sociedade tem de que esse tipo de trabalho não precisa ser bem remunerado.

De Paula Pereira (2011), em seus estudos, afirma que, na transição do século XX, mais de 70% dos ex-escravizados que estavam trabalhando era na função de trabalhador doméstico. Para essa população, o trabalho doméstico foi a porta de entrada para o trabalho remunerado. A autora reflete que “O fim da escravidão trouxe novos arranjos para que essas mulheres continuassem a exercer as mesmas atividades, deixaram de ser escravas domésticas”.

De fato, o que acontece é que a sociedade brasileira entende que possuir alguém que faça o trabalho doméstico é sinônimo de riqueza, além disso, criou-se a cultura de que o trabalho doméstico deve ser terceirizado, no entanto, as pessoas que usufruem desse tipo de serviço continuam a se aproveitar da fragilidade das pessoas mais pobres, com destaque para as mulheres negras.

A nova “emancipação” do escravo livre assalariado foi negado à mulher, pois ela permaneceu dependente de terceiros, nesse caso da figura masculina, contudo de forma mais brutal, porque vivencia a desvalorização em um período de alta socialização da produção capitalista. Cabe ressaltar que essa realidade persiste atualmente, pois como mostra a informação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2019 92,2% dos trabalhadores domésticos no Brasil eram mulheres.

Compreendemos que há uma intencionalidade na desvalorização do trabalho das mulheres, como argumenta Silva (2013, p. 60): “A mão de obra barata feminina é fundada pelo patriarcado, da qual este se vale, dependendo das relações culturais. O capitalismo surge e se desenvolve imbricado ao patriarcado, contudo, a cultura patriarcal não possui sempre o mesmo significado.” É de interesse de ambos a exploração e desvalorização da mulher.

Na sociedade que estava se formando, redigida pelo sistema capitalista, as relações valorizadas são as econômicas que acontecem na vida pública longe do espaço doméstico; para o capitalista o que lhe interessa proveniente desse espaço é a garantia da força de trabalho, inicialmente a masculina e, depois da invenção das máquinas, feminina e infantil,

porque as máquinas substituíram a força bruta do trabalhador, portanto abriram caminho para que mulheres e crianças, que possuem menor força corporal, ingressassem no trabalho fabril.

Nesse momento o fenômeno da desigualdade salarial acontece. As mulheres não são consideradas trabalhadoras “completas”, com a mesma força de trabalho que os homens, é nesse ponto que o capitalista se beneficia para atribuir diferentes salários entre os gêneros. Nesse sentido, é imprescindível questionar como os salários são calculados, para isso buscamos nas reflexões de Marx (1982) direcionamento para essa questão. O autor aponta três variantes como principais para essa questão: a duração, a força produtiva e a intensidade do trabalho.

O autor acrescenta outro importante aspecto para o cálculo do salário, observemos: “O que determinava o valor da força de trabalho não era somente o tempo de trabalho necessário para a conservação do operário adulto tomado em separado; era ainda o tempo de trabalho necessário para a conservação da família do operário.” (Marx, 1982, p.91). Portanto, antes das mulheres e crianças ingressarem no mundo do trabalho, em teoria, o salário do homem era suficiente para suprir as necessidades da família, é desse entendimento que o trabalho da mulher é considerado como complemento ao do marido.

Contudo, há uma incongruência, pois se o salário do “chefe da família” é suficiente, então o que motivou as mulheres a submeterem-se a situações precárias de trabalho por remuneração irrisória? Sobre esse aspecto Silva (2013, p.49) argumenta:

O contingente feminino é composto em sua maioria por mulheres mais velhas e casadas. Esse dado é muito importante, pois revela que se as “mães de família” precisaram lançar-se ao mercado de trabalho, é porque o salário do “chefe da família”, do tradicional “provedor da casa”, já não bastava para o sustento familiar. Indica, portanto, a conjuntura de crise iniciada nos anos setenta, bem como novas formas de relacionamento do grupo familiar.

Essa citação traz uma reflexão sobre o impacto econômico e social da crise iniciada nos anos 1970, que forçou uma reconfiguração da estrutura familiar tradicional. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho, especialmente de mulheres casadas e mais velhas, revela uma ruptura com o modelo em que o homem era o principal (ou único) provedor financeiro da família. A necessidade de as “mães de família” ingressarem no trabalho formal indica que o salário do homem não era mais suficiente para sustentar o lar, evidenciando o agravamento das condições econômicas.

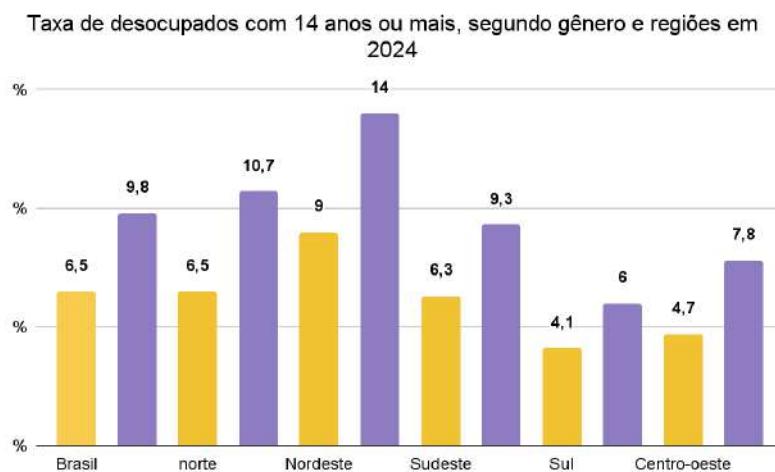
Esse movimento reflete também mudanças nas dinâmicas internas das famílias, com novas formas de relacionamento surgindo à medida que as mulheres adquiriram maior autonomia econômica. A entrada das mulheres no mercado de trabalho contribuiu para transformar as expectativas sociais em relação ao papel feminino e à divisão do trabalho doméstico e familiar. Isso aponta para um momento de transição em que, ao mesmo tempo em que enfrentavam as dificuldades financeiras, as mulheres estavam desafiando normas tradicionais de gênero e se afirmando como agentes econômicos ativos.

O contexto de crise econômica ampliou a necessidade de mão de obra, mas também abriu espaço para uma transformação nas relações de gênero e poder dentro das famílias, impactando a configuração familiar e seus valores, em um processo que ainda reverbera nas sociedades atuais. Quinze anos após os resultados da PNAD de 2009, analisados pela autora, a realidade das mulheres não passou por mudanças significativas, considerando que:

Os dados da pesquisa mostraram que as mulheres continuavam sendo maioria entre as pessoas em idade de trabalhar. No 1º trimestre de 2024, elas representavam 51,7% dessa população. Acrescenta-se que este resultado foi similar nos demais trimestres observados. A análise dos dados confirmou, no 1º trimestre de 2024, uma proporção maior de mulheres em idade de trabalhar em todas as Grandes Regiões[...]” (IBGE, 2024, p.9).

Em contraste com esse dado, a mesma pesquisa mostra que “A população fora da força de trabalho era composta em sua maioria por mulheres. No 1º trimestre de 2024, elas representavam 64,7%.” (IBGE, 2024, p.49). As mulheres também representam a maioria das “desocupadas na semana de referência”, ou seja, aquelas que não estavam trabalhando, mas estavam disponíveis para começar a trabalhar (Figura 05).

Figura 05 - Taxa de desocupados com 14 anos ou mais, segundo gênero e região em 2024



Adaptação: Patrícia Quirino Rocha, 2024.

Fonte: BGE, 2021.

Ao cruzarmos essas informações com a média de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por indivíduos com 14 anos ou mais, segundo cor/raça (tabela ?), percebemos que as mulheres estão assumindo grande parte das responsabilidades familiares. Esse fator explica, em grande medida, a elevada taxa de desocupação entre elas em comparação aos homens em todas as regiões do Brasil.

Silva (2013) questiona os conceitos usados pelas pesquisas oficiais para qualificar a população inativa, observe:

“Parece-nos que a computação desse tempo não remunerado aumentaria o chamado índice de “inativos”, e alguma coisa estaria errada estatisticamente. Representaria no mínimo, em verdade, uma contradição da vida cotidiana, não captada pelos atuais conceitos utilizados nas pesquisas oficiais.” (Silva, 2013, p.70)

A autora expõe uma contradição fundamental: as atividades domésticas realizadas, embora essenciais para o funcionamento da sociedade e da economia, não são reconhecidas como trabalho produtivo pelas pesquisas oficiais. Essa lacuna revela uma inadequação dos conceitos utilizados nessas pesquisas, que não captam a realidade da vida cotidiana, principalmente das mulheres, que muitas vezes acumulam jornadas não remuneradas de trabalho, o trabalho do cuidado.

A contradição apontada está na invisibilidade desse trabalho, que é vital, mas não é computado nas estatísticas de emprego, criando uma distorção na forma como o “trabalho” é medido e na avaliação da participação econômica da população. Assim, Silva (2013) sugere a

necessidade de repensar as categorias de “inatividade” e “ocupação” nas pesquisas, para que reflitam mais fielmente o papel que atividades não remuneradas desempenham na sociedade.

Além dessa questão, há também o fator raça e classe, que agrava as condições de exploração. Por um lado, o capitalismo consolidou a ideia de que o trabalho da mulher é apenas complementar; por outro, a herança escravocrata, ainda presente na mentalidade da sociedade brasileira, perpetua a visão de que pobres e negros estão destinados a servir.

Portanto, não é coincidência que o trabalho doméstico tem gênero, classe e cor, como aponta os estudos do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) a partir dos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT): “O trabalho doméstico no Brasil é realizado majoritariamente por mulheres negras oriundas de famílias de baixa renda.” (Pinheiro; Tokarski; Posthuma, 2021, p.70). Dessa forma, o trabalho doméstico reúne o nó - gênero, raça e classe.

Voltando à questão do salário, refletimos que ele é calculado usando como parâmetro a duração, a força produtiva e a intensidade do trabalho. Quando pensamos na remuneração da empregada doméstica, que está intimamente ligada ao contexto pós-abolição, diferente da origem do salário da fábrica, no trabalho doméstico o tempo gasto na sua execução não é levado em conta, talvez aspectos como força produtiva, a saúde do trabalhador e seu vigor tenham maior relevância para o patrão, contudo tais características são influências na contratação e permanência do trabalhador e não no salário recebido, uma vez que esse não corresponde à força produtiva do empregado doméstico.

Quando trazemos essa compreensão para o universo do trabalho doméstico não remunerado, a situação é agravada. A combinação entre trabalho doméstico e papéis de gênero produzem condições de extrema exploração das mulheres, porque como afirma Silva (2013, p.89): “O capital e o patriarcado reduziram ao máximo essas tarefas ao espaço doméstico, por meio do controle da força de trabalho feminina na família nuclear. Temos assim um tipo de atividade configurada como uma forma de trabalho que produz um valor de uso social, em virtude da atual imposição sistêmica capitalista-patriarcal.”

É no seio da família nuclear que as atividades reprodutivas acontecem e sem estas, o capital não teria atingido o atual nível de desenvolvimento. Essas atividades não são uma invenção da sociedade capitalista, elas são próprias da manutenção da vida humana, que vão desde cozinhar o alimento e limpar a residência, até trabalhos de cuidado como ensinar,

proteger e cuidar de enfermos, idosos e crianças. São justamente esses trabalhos de cuidado direto a atividade doméstica menos remunerada, como mostra o IPEA (2012).

O capital separou o trabalho humano entre produtivos e reprodutivos, e enquanto o tempo empregado nas atividades produtivas é elemento central, na esfera reprodutiva não é levado em conta. O capital paga pela força de trabalho, mas não paga pela manutenção dessa força, é como se esses elementos não estivessem intrinsecamente ligados. É nesse aspecto que Ávila (2007) critica Marx, quando afirma que:

Mesmo na análise marxista, a reprodução é tratada apenas como substrato do processo produtivo, e o trabalho reprodutivo realizado no espaço doméstico, elemento central para reprodução social, não é levado em conta. Os custos da reprodução da força de trabalho são contados, apenas, a partir do consumo dos produtos necessários à manutenção e reprodução dos trabalhadores, na organização e manutenção do espaço de convivência familiar. (p. 3).

O capital considera a esfera reprodutiva de uma perspectiva de consumo que atenda apenas às necessidades básicas e que essas sejam atendidas preferencialmente pelos bens de consumo. O trabalho de cuidado que envolve a garantia da reprodução não é considerado para a reprodução do trabalhador. Sobre esse tema, Marx (1982, p.195) questiona:

Mais quais são os **custos da produção**... do operário, quer dizer, os custos necessários para a produção ou reprodução do operário? Sem perceber a economia política substituiu esta questão pela questão primitiva. O que ela chama valor de trabalho é na verdade o valor da força de trabalho, que existe na pessoa do operário, e é tão diferente de sua função, o trabalho, como uma máquina o é de suas funções.

Os custos da produção não consideram a reprodução humana, o salário da fábrica paga o trabalho realizado, mas não paga a manutenção do trabalhador, essa manutenção é feita pelo trabalho de cuidado das mulheres que não é pago. Então há uma dupla negligência, do trabalhador que não recebe o suficiente para viver e das mulheres que são exploradas ao realizar a parcela de trabalho do âmbito reprodutivo não pago pelo capital. Portanto, é imprescindível discutir a média salarial e a negação do trabalho de reprodução das famílias.

Para isso, Silva (2013) aponta o conceito de **divisão sociossexual do trabalho** como norteador para a discussão, para alegar que a separação do trabalho não é apenas por classe, mas também pelo gênero. É também nesse contexto que a filósofa Roswitha Scholz (1996) dedica-se a entender a relação do capitalismo com o patriarcado e como estes trabalham para fortalecer a cisão dos papéis de gênero.

Atualmente, no Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas que registra os aspectos principais da população, dentre eles as pessoas que trabalham ou não, economicamente ativas ou inativas. Sobre esses dados, chamam a atenção o ponto em que as mulheres que trabalham no âmbito doméstico sem remuneração são computadas como inativas, que para o IBGE são as pessoas desempregadas e que não estão à procura de emprego.

Compreendemos que as mulheres economicamente ativas são também as mulheres “inativas”, contraditoriamente, inviabilizadas pelas estatísticas. Dessa forma, essa conceituação reforça a invisibilidade e desvaloriza o trabalho doméstico das mulheres, que precisa ser considerado como tal e, portanto, incluído nas estatísticas, pois no atual modelo, para o IBGE as mulheres que trabalham em casa são consideradas inativas/improdutivas para o sistema, quando na verdade, como acabamos de discutir, o trabalho delas é imprescindível para o funcionamento da sociedade.

Devido à responsabilidade pelo trabalho do cuidado, as mulheres dispõem de menos tempo para se dedicarem a atividades remuneradas, o que impacta diretamente suas vidas. No próximo tópico analisaremos a renda da mulher rural, à luz do conceito de feminização da pobreza.

2.2 Constituição da renda da mulher rural e feminização da pobreza

A renda da mulher rural é um tema relevante dentro do debate sobre desigualdade de gênero e a feminização da pobreza. Nas áreas rurais, as mulheres frequentemente enfrentam desafios que agravam ainda mais as condições de precariedade econômica. Entre esses desafios estão o acesso limitado à educação, oportunidades de emprego formal escassas e a concentração em atividades agrícolas ou informais, muitas vezes mal remuneradas e sem proteção social.

Historicamente, as mulheres foram associadas a uma posição secundária e subordinada ao papel dos homens nas propriedades rurais. Nesse contexto, elas são frequentemente vistas como ajudantes dos maridos ou pais nas atividades agropecuárias ou de geração de renda, embora desempenhem um papel essencial nas atividades reprodutivas e nas tarefas domésticas de manutenção da família. Dessa forma, concordamos com Spanevello quando ela reflete que:

[...] a divisão do trabalho por sexo na agricultura mostra que as mulheres – juntamente com as crianças e os jovens – ocupam posição subordinada e, geralmente, seu trabalho aparece como “ajuda”, mesmo quando trabalham

tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. [...] Assim, costumam declarar jornadas de trabalho muito pequenas, pois comparam-se às trabalhadoras urbanas que precisam sair de casa para trabalhar, enquanto no campo essa questão não é claramente distinguida. (Spanevello, 2019, p.252).

A afirmação acima revela um aspecto importante da subvalorização do trabalho das mulheres rurais: a dificuldade em distinguir e quantificar adequadamente suas jornadas de trabalho. No meio rural, as mulheres desempenham atividades pluriativas, combinando tarefas domésticas, de cuidado e agropecuárias, o que torna difícil distinguir o tempo dedicado a cada uma dessas funções.

Quando as mulheres rurais comparam suas rotinas às das trabalhadoras urbanas, que precisam sair de casa para realizar um trabalho remunerado, suas próprias jornadas podem parecer menores, pois o trabalho rural muitas vezes ocorre no espaço doméstico ou nas proximidades, não havendo uma clara distinção entre qual trabalho é da esfera produtiva e qual pertence à esfera reprodutiva.

No entanto, essa percepção ignora a sobreposição de atividades, como cuidar da casa, da família e contribuir para a produção agrícola. Na realidade, o trabalho das mulheres rurais pode ser tão extenso quanto o das trabalhadoras urbanas, ou até mais, considerando que elas frequentemente acumulam múltiplas tarefas ao longo do dia, sem uma clara divisão entre trabalho remunerado e não remunerado.

Além disso, as mulheres rurais costumam acumular a dupla jornada de trabalho: além das atividades produtivas da propriedade rural, elas também assumem grande parte das responsabilidades com o cuidado da família e os afazeres domésticos, o que limita ainda mais seu tempo e sua capacidade de se envolver em atividades que poderiam gerar maior renda. Esse cenário é agravado pela falta de políticas públicas adequadas que favoreçam a inclusão econômica dessas mulheres, como acesso a crédito, capacitação e mecanismos de proteção social específicos para suas necessidades.

No entanto, é importante destacar que a luta das mulheres rurais avançou significativamente, especialmente a partir das mobilizações iniciadas nos anos 1980 pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Essas mobilizações resultaram em importantes conquistas, como:

[...] a aposentadoria rural para as trabalhadoras (direito este, que era dado apenas aos homens) e salário maternidade. Além disso, as mulheres passaram a ser incluídas como beneficiárias no Programa de Reforma

Agrária. Mais recentemente, a partir do ano de 2000, este público passou a ser beneficiário da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e das políticas nacionais de crédito rural, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). (Spanevello, 2016, p.2).

Mesmo com esses avanços, a situação das mulheres rurais ainda é preocupante, visto que a baixa renda da mulher rural reflete-se na pobreza que, de forma desproporcional, afeta esse grupo. O conceito de feminização da pobreza ajuda a explicar essa realidade, ao evidenciar que, nas últimas décadas, as mulheres têm sido mais vulneráveis a condições de pobreza, especialmente em áreas rurais, onde a desigualdade de gênero é exacerbada por fatores sociais, culturais e econômicos. Por isso, políticas voltadas à melhoria das condições de vida e de trabalho das mulheres rurais são essenciais para a redução da pobreza e para a promoção de maior equidade de gênero nas zonas rurais.

Dentre as políticas públicas, Spanevello (2016) examina como as mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar acessam e utilizam o crédito rural, a partir do acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Ao concluir sua pesquisa, a autora pontua que:

Os resultados da pesquisa retratam que o acesso ao recurso não é, em sua maioria, uma decisão das entrevistadas, em significativa parte dos casos a decisão é dos homens. Poucas mulheres têm a chance de destinar o recurso para implementar uma atividade geradora de renda para si, ou mesmo em uma atividade já existente de sua gestão. Os casos em que esta situação tem chances de acontecer são quando a atividade não é agrícola, geralmente de processamento de produtos no âmbito doméstico, em que as mulheres detêm o domínio do processo de produção, sem concorrência com a produção agropecuária, sendo a renda destinada a adquirir bens para o conforto da família. (Spanevello, p.14, 2016).

Mesmo quando as mulheres têm acesso ao crédito, muitas vezes elas não têm liberdade para decidir como o recurso será utilizado. Essa decisão recai frequentemente sobre os homens, refletindo a estrutura patriarcal predominante nas áreas rurais, onde as questões econômicas e produtivas são tradicionalmente geridas pelos homens.

Outro ponto importante que Spanevello (2016) aborda é que, quando as mulheres conseguem direcionar os recursos para suas próprias atividades, essas atividades geralmente estão associadas a processos domésticos ou de menor escala, como o processamento de produtos alimentares. Essas atividades são vistas como não-concorrentes com a produção agropecuária, que permanece sob o domínio dos homens.

Essa situação reforça a divisão tradicional entre o espaço público (produtivo) e o privado (doméstico/reprodutivo), onde as mulheres tendem a ficar limitadas a iniciativas vistas como complementares ao trabalho agrícola principal. Assim, não há autonomia econômica das mulheres rurais no uso do crédito, o que invoca políticas que reconheçam e enfrentem essas barreiras de gênero, promovendo uma verdadeira igualdade no acesso e no controle dos recursos financeiros.

Outro elemento que intensifica a feminização da pobreza é a questão racial. No contexto latino-americano, Sueli Carneiro (2011) discute como a feminização da pobreza está diretamente ligada às desigualdades raciais, destacando que as mulheres negras enfrentam condições mais adversas no mercado de trabalho e têm menos acesso a recursos, perpetuando sua vulnerabilidade econômica.

Nesse sentido, a autora conclui que: “[...] não é mais possível negar, raça e pobreza são sinônimos no Brasil.” (Carneiro, 2011, p. 56,). Ou seja, a feminização da pobreza não pode ser analisada isoladamente, mas deve levar em conta a intersecção de raça e classe, que aprofunda a marginalização de mulheres racializadas.

Segundo o IBGE (2023), em 2022, duas em cada cinco mulheres pretas ou pardas viviam em situação de pobreza, e as pessoas pretas ou pardas representavam mais de 70% da população pobre e extremamente pobre. Entre as mulheres pretas ou pardas, os índices foram ainda mais elevados, atingindo 41,3% na condição de pobreza e 8,1% em extrema pobreza.

Nas famílias chefiadas por mulheres pretas ou pardas, sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos em situação de total dependência financeira, há uma tendência significativamente maior à pobreza. A pesquisa revela que, nesses casos, 72,2% dos moradores estão em condição de pobreza, e 22,6% em extrema pobreza, além disso, a pesquisa mostra que quanto mais crianças há no domicílio, maior a tendência à pobreza.

No campo, o censo agropecuário 2017 revelou que “[...] mulheres negras dirigem 62% dos estabelecimentos da AF dirigidos por mulheres, seguidas de 35% de mulheres brancas. [...] indígenas representavam 2% [...] enquanto as mulheres amarelas 1%.” (Hora, 2021, p.13). Compreendemos que há uma relação direta entre o abandono conjugal e a responsabilidade pela gerência do domicílio ou da propriedade.

E essa condição de precariedade faz com que a mulher venda sua força de trabalho por remuneração abaixo da média. Também há dificuldade das mulheres em se inserir no mercado formal, pois demanda mais tempo de dedicação e, conseqüentemente, longe do lar, fator que faz com que as mulheres prefiram trabalhos informais ou por conta própria. No meio rural, essa lógica da informalidade não se aplica, uma vez que as mulheres estão longe dos centros urbanos comerciais e, para se inserirem no mercado de trabalho, precisam migrar para a cidade, o que vem acontecendo desde os anos 70, como aponta Silva (2013):

Entre o primeiro recenseamento brasileiro, ocorrido em 1872, e o ano de 1970, constata-se uma **diminuição da presença de mão de obra feminina na agricultura**, de 35% para 20,7%. Trata-se de um longo período, com uma migração que pode parecer irrisória, caso se observe apenas o contingente em si, e não sua função e o contexto em que se insere. Em 1970, o Brasil é portador de um desenvolvimento industrial importante e ingressa num processo de reestruturação dessa esfera, que provocará o alargamento do setor terciário. É nesse setor que encontraremos grande parcela do contingente feminino a ocupar o trabalho de mercado. As mulheres ocupavam 68,8% do setor terciário (SAFFIOTI, 1986, p. 10), no qual é situado o trabalho doméstico remunerado. (Silva, 2013, p. 58).

Nesse período, muitas delas migraram da agricultura para o setor terciário, onde passaram a ocupar predominantemente funções de serviços, incluindo o trabalho doméstico remunerado. Elas buscam melhorar suas condições de vida por meio de trabalhos fora da agricultura, mas acabam vendendo sua força de trabalho a preços baixos, uma vez que o setor terciário, especialmente o de serviços, frequentemente representa uma extensão do trabalho doméstico que já desempenham. Vale destacar que pretos e pardos constituem 66,8% dos trabalhadores nos serviços domésticos (IBGE, 2023), justamente as atividades com os rendimentos mais baixos em comparação com outras áreas.

A transição das mulheres para o mercado de trabalho remunerado, em grande parte, manteve as mulheres em atividades associadas ao cuidado e à manutenção, reforçando estereótipos de gênero. Essa migração de função também expõe como o desenvolvimento industrial e a reestruturação econômica não garantiram uma inclusão mais igualitária das mulheres nos setores mais valorizados da economia. Ao contrário, muitas continuaram a exercer atividades historicamente desvalorizadas e mal remuneradas, agora reforçados pela concentração no setor terciário e pelo trabalho doméstico remunerado.

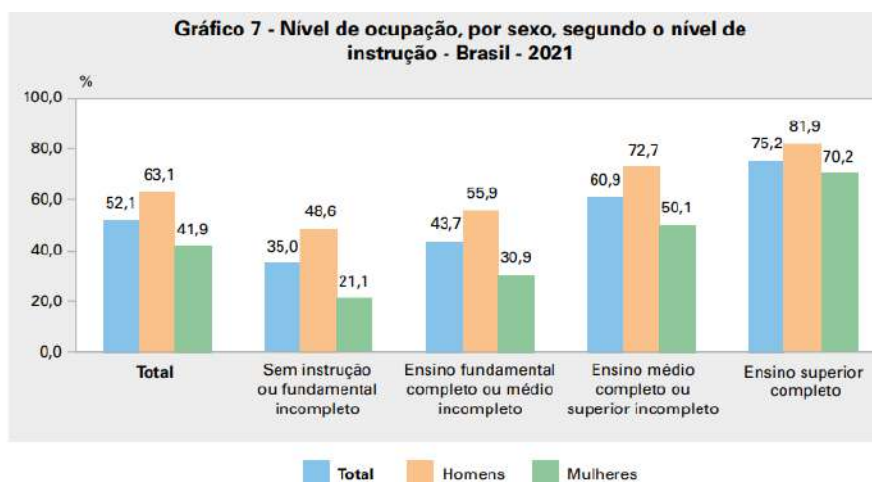
Passados 50 anos desde a pesquisa de Saffioti (1986), as pesquisas oficiais no Brasil continuam demonstrando que o mercado de trabalho permanece segregado por papéis de gênero. Como destacado pelo IBGE (2023):

[...] a estrutura produtiva brasileira ainda carrega elementos e relações trabalhistas características de economias subdesenvolvidas, como por exemplo, o grande número de trabalhadores em Serviços domésticos que, em 2021, alcançou 5,2 milhões de pessoas ocupadas, em sua imensa maioria mulheres (4,7 milhões). A Construção, atividade também caracterizada por baixos rendimentos e alta informalidade, por sua vez, ocupou 6,9 milhões de pessoas, dos quais 6,6 milhões do sexo masculino, em 2021.” (IBGE, 2023, p.21).

A menor participação feminina na força de trabalho deve ser analisada à luz da divisão de gênero das atividades domésticas. As mulheres apresentam uma taxa significativamente mais alta de realização de afazeres domésticos, tanto em seus próprios lares quanto em lares de parentes, assim como uma maior responsabilidade pelos cuidados com moradores ou parentes que não residem com elas (IBGE, 2023).

O fator escolaridade também é importante quando analisada a renda das mulheres, embora a maior escolaridade não seja suficiente para igualar sua situação em relação aos homens, ela é um fator crucial para garantir sua inserção no mercado de trabalho. Observemos no Figura 06 o comparativo entre homens e mulheres, no mercado de trabalho, de acordo com o grau de escolaridade.

Figura 06 - Nível de ocupação, por sexo, segundo o nível de instrução - Brasil - 2021



Elaboração: IBGE, 2023.

Fonte: IBGE, 2021

Observamos que, à medida que se aumenta o nível de escolaridade das mulheres, sua participação no mercado de trabalho se aproxima mais da dos homens. Enquanto para os homens o grau de escolaridade não é tão determinante para sua inserção no mercado, para as mulheres ele é essencial.

Entre as mulheres colaboradoras da pesquisa, apenas 37,5% haviam concluído o ensino médio e nenhuma possuía formação superior. Das oito participantes, duas estão inseridas no mercado de trabalho, ambas no setor terciário: uma atua na fabricação e venda de doces, enquanto a outra trabalha no atendimento ao público em um mercado varejista.

Quando falamos da renda da mulher rural, é importante analisar as informações sobre quem dirige a propriedade rural, porque essa relação é central para entender as dinâmicas de poder e desigualdade no campo, pois quando uma mulher assume a liderança da propriedade, ela tende a ganhar maior liberdade para tomar decisões sobre as atividades produtivas, o que pode melhorar seu acesso a recursos como crédito, insumos e tecnologia. O que, em teoria, pode levar a uma renda mais elevada.

Em seu estudo sobre as mulheres no Censo Agropecuário 2017, Hora (2021) reúne informações que nos ajudam a compreender o panorama dessa situação. A primeira informação é que: “O Censo Agropecuário 2017 trouxe um universo de 5,07 milhões estabelecimentos agropecuários, sendo que 81,3% (4,11 milhões) estavam sob gestão masculina e 18,7% (946 mil) sob gestão feminina, considerando todas as formas de direção.” (Hora, 2021, p.13). Na Figura 07 a seguir, é possível analisar a representatividade das mulheres por região.

Figura 07 - Estabelecimentos dirigidos por mulheres de acordo com o censo agropecuário 2017



Elaboração: Embrapa, 2020

Fonte: IBGE, 2017.

Mais de 50% das mulheres que dirigem estabelecimentos rurais no Brasil estão localizadas na Região Nordeste. Em comparação com os homens, Hora (2021, p. 13) destaca que “a região Nordeste apresenta a maior proporção de mulheres à frente de estabelecimentos,

com 23,2% do total e 24,3% da Agricultura Familiar [AF]”. Esses dados ressaltam a presença significativa feminina na gestão rural, especialmente no nordeste. Fazendo um recorte de gênero, é também no Nordeste onde as mulheres pretas e pardas são a maioria a dirigir estabelecimentos rurais (Hora, 2021).

Há alguns fatores que nos ajudam a compreender essa realidade, o primeiro, apontado pelo Atlas do espaço rural brasileiro (2020), é que “[...] a Região Nordeste detém o maior número de estabelecimentos (2.322,719) e a menor área média (30,5 hectares)”. As mulheres estão à frente, principalmente, de propriedades de Agricultura Familiar, que se caracterizam por terem menor área.

Outro fator a ser considerado é a estrutura familiar, haja vista que o modelo nuclear não é uma realidade em todas as famílias, pois muitas mulheres são abandonadas por seus companheiros, ou estão como responsáveis pela propriedade decorrente de outro fator: a migração masculina, realidade no Nordeste; dessa forma, com a ausência dos homens, as mulheres assumem a responsabilidade pela gestão das propriedades rurais e pela produção agrícola;

Merece também destaque a luta e organização das mulheres rurais, que possuem uma história significativa de movimentos sociais e de luta pelos direitos das mulheres, especialmente no campo. Organizações como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) têm sido muito ativas na região desde a década de 1980 (Butto; Hora, 2008), promovendo a emancipação feminina, o acesso à terra e o reconhecimento do papel das mulheres na produção agrícola.

Como observado, a renda da mulher rural é determinada por um conjunto de fatores que podem contribuir positivamente ou negativamente para a realidade de cada um. No caso em que a propriedade rural é administrada por homens, a invisibilidade do trabalho da mulher é mais acentuada, porque as atividades desenvolvidas por elas são comumente relacionadas ao trabalho doméstico e de cuidado, os quais não possuem reconhecimento e valorização pela família, bem como pela sociedade.

Observamos que o trabalho doméstico não remunerado e a renda feminina estão duplamente interligados. Por um lado, a dedicação das mulheres às atividades de cuidado, que vão além da simples manutenção do espaço físico da casa, ocupa o tempo que elas poderiam dedicar a atividades remuneradas. Por outro lado, é justamente o trabalho doméstico

remunerado que reforça a desigualdade de gênero, sendo uma das principais fontes dos baixos rendimentos recebidos pelas mulheres.

Há uma necessidade de uma compreensão mais ampla e contextualizada do trabalho no meio rural, especialmente em relação às mulheres, que desempenham papéis essenciais, mas muitas vezes invisíveis, na economia e na sociedade. Contudo, apesar dos desafios, os estudos aqui apontados mostram que o trabalho da mulher, dentro e fora da propriedade rural, é imprescindível para a economia familiar.

2.3 Ambiente da mulher nos territórios rurais

Pensar sobre o ambiente da mulher rural é, sobretudo, entender o território em que ela produz e está. Nesse sentido, o acesso à terra é primordial para lapidar as relações e os ambientes nos quais as mulheres estão inseridas. O censo 2017 revelou que “[...] o universo das mulheres que têm acesso à terra equivale a um percentual de 19,7% (769.672) na agricultura familiar e 15,2% (176.403) no segmento não familiar [...]” (Hora, 2021, p.17).

O acesso à terra pela herança ainda é o meio mais comum de conseguir uma propriedade e também revela a estrutura patriarcal, pois, na maioria das vezes, são os homens que herdam as terras, mesmo quando na família há herdeiras. Esse acesso não é apenas uma questão de posse de bens, mas simboliza emancipação, segurança e independência econômica, o que torna seu acesso fundamental para a igualdade de gênero. Além disso, as variações regionais e as diferenças entre mulheres envolvidas e não envolvidas na agricultura familiar mostram que o acesso à terra não é homogêneo. Observemos os dados:

“Na agricultura familiar o percentual se eleva significativamente na região nordeste em que a média de mulheres com acesso à terra é de 24,2% e o mesmo ocorre no segmento não familiar em que o percentual salta para 19%. A região sul é a região de menor acesso das mulheres à terra.” (Hora, 2021, p.17).

Entre as mulheres colaboradoras a maioria afirmou não possuir terra herdada. Mesmo entre aquelas com direito à herança, algumas não estão usufruindo da terra, pois os homens da família são quem residem no local e o administram. Essa situação reflete tanto a desigualdade na distribuição de heranças quanto os desafios que as mulheres enfrentam em relação ao uso

da terra, que geralmente segue tradições que privilegiam os homens na ocupação e gestão do estabelecimento.

Tal realidade nos faz retomar a questão da propriedade privada e sua direta relação com o patriarcado, pois como Marcassa (2006, p.87) afirma:

Se a monogamia nasceu da concentração de riquezas nas mesmas mãos, as do homem, e do desejo de transmitir essas riquezas por herança, **os filhos desse homem, simbolizando, na relação conjugal, a propriedade privada [...]**.

Segundo essa perspectiva de Friedrich Engels, a monogamia surge para garantir que os bens acumulados pelos homens sejam herdados por seus próprios filhos. Nesse contexto, o casamento é uma extensão do conceito de propriedade, no qual a mulher e a herança do homem estariam integradas num sistema de controle patrimonial.

No meio rural, a herança da terra é o meio mais eficiente de continuação do patriarcado, por isso, em sua maioria, é transmitida de pai para filho; as filhas podem até herdar alguma riqueza, mas geralmente não herdam a terra, seja decorrente de uma divisão de bens injusta ou porque essas mulheres estão casadas e entende-se que a propriedade que ela deve cuidar é a do marido, reforçando a ideia de que a terra está intrinsecamente ligada à figura masculina.

Estudos de gênero com recorte na questão agrária mostram que essas práticas não só mantêm o patriarcado, mas também condicionam a mulher a depender das estruturas familiares e do marido para a sua estabilidade econômica. Esses mecanismos do patriarcado são identificados ao redor do mundo, desde a Ásia com Agarwal (1994), em seu livro intitulado “A Field of One's Own: Gender and Land Rights in South Asia”, no qual ela busca compreender o impacto da distribuição desigual de terra sobre a emancipação das mulheres em países como Índia e Bangladesh.

Pensando na realidade da mulher latina, estudos como o de **Deere e León (2001)** e Deere (2005) examinam a relação entre propriedade da terra e empoderamento feminino na América Latina. As autoras observam que, mesmo quando a legislação permite o direito feminino à herança, os costumes e a cultura local muitas vezes favorecem a transmissão da terra aos filhos homens.

Além disso, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) também alerta para essa realidade; em relatórios sobre a desigualdade de gênero e o acesso à

terra (FAO, 2002), a organização destaca que o acesso à terra é crucial para o empoderamento das mulheres, contudo as práticas de herança tendem a privilegiar os homens, especialmente em áreas rurais, limitando a emancipação feminina no meio rural.

Nesse relatório ela aponta a seguinte análise do Banco Mundial:

Land title and tenure tend to be vested in men, either by legal condition or by sociocultural norms. Land reform and resettlement have tended to reinforce this bias against tenure for women. Land shortage is common among women. Compared to men, women farm smaller and more dispersed plots and are less likely to hold title, secure tenure, or the same rights to use, improve or dispose of land. (World Bank, 2000 *apud* FAO, 2002, p.14).

Corroborando nosso entendimento exposto até o momento acerca da mulher rural e do acesso à terra. Para sair do campo das ideias e adentrar a realidade vivida das mulheres, presenciamos em campo diálogos que exemplificam tal situação, quando o marido da colaboradora 5 afirma: “Eu ajudei ela na casa que ela não ajudou a botar nem um bolinho de barro.” (Entrevista com a mulher 5). Nesse momento ele se refere à casa, assim entendemos que a casa é parte da propriedade rural.

No Nordeste essa realidade não é diferente, apesar de ser a região com mais mulheres com acesso à terra. Um aspecto importante para a conquista dos direitos das mulheres são as redes de articulação entre as mulheres, dentre eles podemos citar o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), os Coletivos Estaduais de Mulheres das Federações de Trabalhadores Rurais dos Estados, a Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MTR).

A importância em fazer parte dessas redes é que “Ao ingressar em movimentos, as mulheres rurais criam possibilidades de se afirmarem como portadoras de um saber-poder no campo da política, que lhes proporcione também repensar seu cotidiano [...]” (Sales, 2007, p.438). Esses movimentos coletivos são fundamentais para fortalecer a luta das mulheres rurais, pois funcionam tanto como espaços de acesso à informação quanto como redes de apoio mútuo.

Na coletividade, as mulheres trocam experiências, constroem conhecimento e se incentivam, criando uma base para enfrentar desafios comuns e fortalecer suas reivindicações.

A união nesses movimentos amplifica suas vozes, contribuindo para a defesa de direitos e para a construção de uma presença feminina mais firme e autônoma nos territórios rurais.

As mulheres participantes da pesquisa do município de Euclides da Cunha, na Bahia, não costumam participar de movimentos coletivos, como os citados anteriormente. Em geral, apenas próximas à idade de aposentadoria elas se vinculam ao sindicato de trabalhadores rurais, buscando apoio na obtenção de benefícios previdenciários por meio dessa associação. Isso não significa que elas não tenham interesse em se organizar; talvez o que falte seja uma liderança feminina que as inspire e encoraje a se mobilizarem coletivamente.

Contudo, as mulheres estão organizadas dentro das possibilidades que o meio oferece, pois se fazem presentes nas feiras de agricultura familiar, nos eventos das associações e nas reuniões promovidas pela secretaria de agricultura do município. Um momento que nos fez entender essa realidade foi durante o percurso para a III Feira Territorial da Agricultura Familiar em Cícero Dantas/BA, experiência que será abordada na próxima seção.

Sobre esse momento de conversa com as mulheres dentro do ônibus, foi feito o seguinte registro no diário de campo:

Uma fala que me chamou a atenção foi a de uma mulher que estava indo para a feira porque acha importante motivar outras mulheres através do seu trabalho. Ela disse que se considera uma inspiração para as outras mulheres que vendem beiju, pois os dela são diferenciados, com recheios bem elaborados, enquanto as outras vendem beiju com coco e leite condensado, que, na visão dela, são simples. (Diário de campo, 2023).

Na feira, uma feirante relatou que incentivou sua irmã mais nova a trabalhar na feira, na época a mesma alegou não saber fazer cálculo para dar o troco, mas, com a ajuda da irmã, superou essa dificuldade. Além disso, ao chegarmos na feira, a quantidade de mulheres presentes nos surpreendeu, como registrado no diário: “A quantidade de mulheres na feira era expressiva: vendendo nas barracas ou comprando, assistindo a palestras, palestrando, indo e vindo pelas barracas, por toda parte, elas estavam lá.”

Ademais, tanto na ida quanto na vinda, as mulheres compartilham umas com as outras os problemas pessoais delas, as demandas do trabalho, relatos de outras viagens e outras histórias. Dessa forma, as mulheres no sertão apoiam uma a outra e fortalecem-se enquanto força coletiva.

Dentro dos territórios de vivências, as mulheres são fruto do espaço que habitam, e refletem-no. O que conseguimos observar no decorrer dos campos e da pesquisa é que o

território da mulher rural sertaneja é marcado pelo isolamento físico e isso impacta profundamente a vida delas, limitando tanto suas oportunidades quanto sua qualidade de vida, pois o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, acontece, em geral, nos centros urbanos, onde as possibilidades de trabalho e interação social seriam maiores. No caso do Município de Euclides da Cunha/BA, há escolas e postos de saúde nas comunidades, contudo insuficientes para atender à demanda local ou feita de forma precária.

Esse isolamento limita também as redes de apoio, fundamentais para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade, e muitas mulheres sentem-se “presas” ao território doméstico, sem alternativas para mudar de ambiente ou melhorar as condições em que vivem. Por isso, momentos como a III Feira Territorial da Agricultura Familiar ou a reunião da ARCAS enriquecem as vivências femininas. Sobre esse aspecto, registramos no diário a seguinte observação:

Eu vi as mulheres se arrumando, penteando os cabelos antes de descer do ônibus, eu vi a animação delas ao verem tanta gente, que alegria! E o comentário pós feira “foi muito bom” “tinha muita gente” Pareciam inspiradas, assim como eu e motivadas a continuar trabalhando. (Diário de campo, 2023).

O contexto rural dos sertões impõe desafios específicos e ao mesmo tempo alimenta estratégias únicas de resistência e adaptação dessa realidade. É um cenário em que as territorialidades não apenas definem as limitações, mas também incentivam a criatividade e a união como ferramentas para a superação dos obstáculos.

Na próxima seção, intitulada “Entre eu e as mulheres foi chão”, percorremos esses territórios, nos aproximamos dos sujeitos de pesquisa dentro de seus territórios de vivência, conversamos com cada mulher que cruzou nosso caminho, revelando suas particularidades de “ser mulher sertaneja e rural”, que na coletividade mostram a luta das mulheres, suas relações dentro do território e seus estratégias de sobrevivência.

ENTRE EU E AS MULHERES

“FOI CHÃO”!



Fonte: BORGES, Mulheres do sertão. Xilogravura no papel, acervo digital.

3. ENTRE EU E AS MULHERES “FOI CHÃO”!

No sertão nordestino, as pessoas criam expressões que refletem a cultura e o modo de pensar dos seus habitantes. A expressão “Foi chão” ou “é chão” nasce do contexto de uma população carente que, principalmente antes dos anos 2000, período em que os meios de transporte como carro ou moto não eram acessíveis para essa população, usava a própria força corporal para se locomover entre uma localidade e outra; essas pessoas caminhavam para realizar atividades cotidianas, como coletar lenha, buscar água ou cuidar dos animais, sendo acostumadas a percorrer longos percursos de 10 ou 20 km “a pé”, bom, essa é outra expressão que significa caminhando.

Refletindo sobre a pesquisa, ela demanda tempo para ser elaborada e nesse período há gasto de energia, força corporal e mental, assim como minha avó e mãe gastavam horas para buscar água nas cacimbas em Poço Redondo/SE, tenho percorrido um longo caminho para a construção da tese que aqui vos apresento, “é chão”!

A pesquisa qualitativa propõe inúmeras possibilidades, por este motivo é necessário demonstrar a importância do planejamento e a adoção coerente dos procedimentos. As discussões em torno desse assunto se revelam como atos de responsabilidade para com a produção do conhecimento. Em outras palavras, o planejamento é importante para toda e qualquer pesquisa e não deve ser proposto como um encadeamento a ser cumprido sem alterações, o que certamente engessa a pesquisa.

Sobre a pesquisa qualitativa, Godoy (1995, p. 21) destaca que nessa modalidade:

[...]um fenômeno pode ser [melhor] compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada”. Assinala ainda que o pesquisador precisa ir a campo “buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.

Essas colocações suscitam que vários tipos de dados devem ser coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. Outro autor que contribui para o entendimento do que é a pesquisa qualitativa é Chizzotti (2003, p.221) quando expressa:

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível [...] o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (p.221).

A partir dessa colocação entendemos que por esse caminho lidaremos com pessoas as quais serão, indireta ou indiretamente, fonte de informações apreendidas por meio do contato do pesquisador com o sujeito pesquisado. Essas informações são coletadas por meio de entrevistas, de questionários, de observações, de fotografias, dentre outros, em campo.

Neste sentido, as metodologias qualitativas para análise e interpretação do objeto de estudo devem ser planejadas e concretizadas considerando o contexto socioespacial do objeto ou área da pesquisa. Para tal, as contribuições de Pessoa (2017) e Vargas & Santos (2018) sobre as aplicações da pesquisa qualitativa na Geografia respaldam nossas investidas de encontro com os fenômenos sociais de diferentes amplitudes espaciais e temporais.

De igual modo, é importante o uso dos instrumentos de pesquisa, pois são eles que possibilitam a apreensão dos dados e informações a respeito do objeto de estudo que pretendemos estudar. Dentre a variedade de ferramentas existentes, pontuamos algumas delas que são usadas com frequência nesse tipo de investigação, são elas: o levantamento bibliográfico, a pesquisa e o diário de campo, as entrevistas (apêndice 1 e 2), o questionário (apêndice 4), a observação e o registro fotográfico. Bem como a autorização de uso de imagem e fala, concedida através da assinatura do Termo de consentimento livre e esclarecido (apêndice 3)

Sob esse viés, a escolha tanto dos procedimentos/percursos quanto das técnicas/instrumentais, para a interpretação das dinâmicas espaço-temporais, possui como palavras de ordem a coerência e o planejamento. A coerência com o objeto, os objetivos, as questões de pesquisa e a abordagem teórico-metodológica. O planejamento das atividades a serem cumpridas, para organizar o percurso e os instrumentais. Esse é um capítulo no qual estão registrados os percursos feitos e os instrumentais aplicados durante a pesquisa.

3.1 A ciência tem diferentes meios de procurar: escolhas metodológicas

O caminho de pesquisa adotado para a construção da tese foi o da pesquisa qualitativa, buscando evidenciar a realidade das mulheres do sertão partindo do fruto do meu encontro com elas: as conversas, olhares e risadas, registradas metodologicamente no diário de campo, nas fotografias, nas entrevistas e nos questionários gravados pelo dispositivo móvel.

Ao longo do texto, o leitor irá encontrar uma mescla entre reflexões teóricas e trechos das experiências e análises feitas em campo e registradas no diário, pois compreendemos que “o Diário de Campo serve para registrar o convívio com os nossos entrevistados, facilitando a

reconstrução da história dos indivíduos, nos seus diversos aspectos: econômicos políticos e culturais.” (Venâncio; Pessôa, 2009, p. 318).

Chizzotti afirma que “[...]todo pesquisador adota ou invente um caminho de explicação da realidade que investiga[...]” (2008, p.24). Não julgo que inventei um caminho, mas considero que o trilhei da forma mais intuitiva e baseada na minha caminhada enquanto pesquisadora, desde a iniciação científica na graduação até o presente momento da construção da tese.

O caminho de pesquisa é continuamente novo, mesmo que tenha elementos recorrentes em outros processos, contudo as experiências são únicas e desafiadoras. Não há como prever o que acontecerá em campo, ou saber qual nível de dificuldade teremos, ou ainda se nossos objetivos vão ser alcançados. É sempre uma surpresa.

Minha postura enquanto pesquisadora foi a de me deixar ser afetada pelos encontros proporcionados pela pesquisa, não somente porque assim conseguimos derrubar a barreira do estranhamento que esses sujeitos têm para com os de fora do seu convívio, mas também porque compreendemos que a nossa condição primeira, a humana, não é maior ou melhor do que a dos sujeitos da pesquisa e é nesse sentido que concordamos com Froelich e Zanini (2017, p.194) quando elas alertam que: “[...] a ciência passa e as pessoas ficam. Há de se valorizar os sujeitos em sua humanidade, com seus respectivos medos, gostos, amores e anseios, e a vida com seu tom agriçoce.”

Portanto, faremos uso da observação participante, definida por Pessôa (2019, p. 239) como: “[...] participação real do conhecimento da vida da comunidade, do grupo ou da situação determinada. O observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo.” Entendemos que a esfera doméstica é privada e particular de cada sujeito, portanto, nossa aproximação se dará de forma lenta e gradual, mediante a abertura dos sujeitos de pesquisa.

A escolha desse caminho metódico dar-se-á porque há possibilidade de recusa da entrevista ou de omissão das respostas, visto que o caráter investigativo da pesquisa é de cunho pessoal e íntimo. Dessarte, pela observação participante, alcançaremos respostas que estão além da linguagem verbal, são captadas pela observação da comunicação corporal.

Inspirado na maneira como Favret-Saada (2005) conduziu sua pesquisa sobre os rituais de bruxaria, buscamos, usando as palavras da autora, “ser afetada” pelo universo da

pesquisa, pelas vivências e histórias das mulheres. No início tivemos dificuldade em assimilar tal estratégia, pois compartilhamos das dúvidas da autora:

No começo, não parei de oscilar entre esses dois obstáculos: se eu “participasse”, o trabalho de campo se tornaria uma aventura pessoal, isto é, o contrário de um trabalho; mas se tentasse “observar”, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para “observar”. (Siqueira; Favret-Saada, 2005, p.157.

Tais inquietudes nos remeteram também ao entendimento de Tuan (1983, p.163) quando ele enfatiza que “As experiências íntimas, quer com pessoas ou com coisas, são difíceis de comunicar. As palavras apropriadas são evasivas. As fotografias e os desenhos raramente parecem adequados.” Por isso, a imersão no objeto de estudo pela vivência é essencial, buscamos decifrar elementos cotidianos que revelam territorialidades apreendidas além das palavras.

Compreendemos que manter contato com o cotidiano das mulheres é fundamental para obter respostas para as questões que inquietam e motivam enveredar pelo doméstico/rural, uma vez que “[...]a interação direta com as pessoas na sua vida cotidiana pode auxiliar a compreender melhor suas concepções, práticas, motivações, comportamentos e procedimentos, e os significados que atribuem a essas práticas.” (Chizzotti, 2008, p.65).

O trabalho de campo, nesse sentido, é imprescindível para a aproximação entre pesquisador e sujeitos pesquisados, pois como aponta Suertegaray (2002, p. 2) “Pesquisar pressupõe reconhecer para intervir. [...] A pesquisa de campo é o conhecimento feito através da vivência em transformação.” O campo tem suas especificidades de acordo com o tipo de olhar do pesquisador, compreendendo que o olhar diz respeito ao caminho metodológico escolhido. Quando observamos o objeto/sujeito, buscamos compreender o que se apresenta aos nossos sentidos por meio das vivências e formas de perceber o mundo vivido do outro.

Para Villagrán (2010, p. 229), há alguns instrumentos que são mais relevantes na investigação de gênero, ela destaca: “las entrevistas, la etnografía, los grupos de discusión, el análisis del discurso [...] objetivo de otorgar voz a muchos actores silenciados, submergidoss en el “murmullo” de una visión unilateral y unívoca del espacio geográfico.” As entrevistas serão o meio pelo qual buscaremos entender o cotidiano das mulheres e os tipos de relações que são estabelecidos nele.

Ouvir as experiências das mulheres em seu contexto familiar, relatadas nas conversas, é indispensável para a apreensão do mundo vivido delas. A entrevista “[...] é uma técnica

muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano.” (Gil, 2008, p.110). Para tal finalidade, faremos uso da entrevista semi estruturada, composta por questões que auxiliem na compreensão das relações de gênero desses espaços.

Diante da extensão das áreas a serem estudadas e da população residente, fez-se necessário recorrer ao uso de amostra, esta, por sua vez, consiste em entender o universo da pesquisa a partir de uma parcela. A amostra foi composta por mulheres das localidades rurais, pela técnica “bola de neve” (Gil, 2008), a qual consiste em selecionar os sujeitos através da indicação de alguém que conhece o objeto de estudo, após a primeira entrevista, a mulher abordada indica outra pessoa para colaborar com a pesquisa. Em outras palavras, o método de amostragem bola de neve é baseado em referências de sujeitos iniciais para gerar assuntos adicionais, daí o nome “bola de neve”.

A seleção da primeira participante para a pesquisa foi realizada por meio de indicação de contato pré-existente, permitindo a validação inicial do roteiro de entrevista e do questionário. Concluída a etapa de coleta de dados com esta colaboradora, solicitou-se a ela a indicação de outras potenciais participantes que preenchessem os critérios estabelecidos. Entretanto, a participante informou não dispor de contatos que atendessem aos requisitos.

Dessa forma, foi necessário identificar outra colaboradora em potencial. Em contraste com o método de recrutamento inicial, baseado em indicações prévias, a participação subsequente de uma colaboradora ocorreu de forma aleatória, durante o uso da biblioteca municipal. A inclusão dessa participante foi um momento crucial para o estudo, visto que, a partir dela, tornou-se possível abordar a maior parte das colaboradoras que compuseram a amostra da pesquisa.

Assim a ordem de inclusão das colaboradoras na amostra da pesquisa foi enumerada de 1 a 8, sendo que com a colaboradora 1 foi testado o roteiro de entrevista e questionário e com a colaboradora 8 foi feita a entrevista simplificada por ligação via Whatsapp.

Quanto ao tamanho da amostra, compreendemos que, se buscamos conhecer uma realidade, significa dizer que ela é desconhecida e, por isso, é incoerente definir números de entrevistados previamente, antes mesmo do primeiro contato com o universo de pesquisa. Na pesquisa qualitativa, o número de pessoas a ser entrevistado é relativo, pois o que importa é a qualidade dos dados coletados, ou seja, se eles são suficientes para responder aos questionamentos e alcançar os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, foi feita a amostragem

por saturação, quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição (Gil, 2008).

Outro instrumento metodológico utilizado é o diário de campo usado para “[...] registrar o convívio com os nossos entrevistados, facilitando a reconstrução da história dos indivíduos, nos seus diversos aspectos: econômicos, políticos e culturais.” (Venâncio; Pessôa, 2009, p. 318). É a memória e as percepções de quem pesquisa registrada no papel. O esforço de registrar as percepções do campo justifica-se pela necessidade de consultar essas informações posteriormente, pois a memória do campo pode ser esquecida ou até mesmo confundida com outras vivências, portanto esse instrumento funciona como uma espécie de extensão da memória humana.

Os registros fotográficos também compõem o arcabouço metodológico da pesquisa e por isso merecem atenção, pois há situações em que eles são feitos aleatoriamente, sem critérios, objetivos e precauções necessárias para o uso adequado dessa ferramenta. A fotografia deve ser usada com a consciência do seu real poder de contribuição, porque, quando bem feita, agrega à pesquisa elementos que pela escrita não seria possível captar, pois ela também é uma forma de análise e para isso é “[...] necessário que ela seja eficiente na tarefa de recolher e transmitir informações: uma fotografia malfeita é como um texto mal escrito cujo sentido escapa ao leitor.” (Guran, 2012, p.74).

Como se inserir de forma a fluir junto com o universo de pesquisa, sem ser estranho, sem forçar respostas, conversar esperando tudo, inclusive o nada, e que este nada responda também quem são aquelas pessoas, seus problemas, suas questões, conflitos, medos e sonhos. É esse o desejo primeiro da interação com as mulheres abordadas.

As entrevistas foram realizadas com mulheres oriundas de três povoados do município: Serra da Mãe Inácia, Formiga II e Fazenda Baixas. Com exceção da primeira entrevista, que foi realizada na Biblioteca Municipal, as demais entrevistas foram feitas nas residências das mulheres. Na Figura 08 a seguir, é possível identificar as localidades onde os trabalhos de campo foram realizados.

Figura 08 - Mapa de localização dos povoados visitados durante a pesquisa



O primeiro campo, realizado no dia 15 de Outubro de 2022 no povoado Formiga II, denominamos “campo teste”, pois buscamos verificar se o roteiro de entrevista e o questionário eram adequados para nossa proposta e, principalmente, se por meio deles seria possível alcançar nossos objetivos de pesquisa. Portanto, partindo da indicação de uma mulher que se enquadrasse nos critérios de residir na zona rural e trabalhar com atividades agrícolas e não agrícolas, ou seja, mulheres pluriativas.

Na ocasião conversamos com a *Colaboradora 1*, 26 anos, casada, 2 filhos e Ensino Fundamental incompleto² e a partir desse encontro foi possível entender como os instrumentais metodológicos funcionam para a presente pesquisa e também compreender a realidade concreta das mulheres rurais sertanejas. Quando cheguei na casa dessa mulher, era perceptível o clima de desconfiança, principalmente porque não compreendia o objetivo da visita e, por isso, durante a entrevista perguntou novamente o porquê daquelas perguntas, revelando que a abordagem precisava ser melhor colocada.

No nosso caminho de pesquisa, aproximamo-nos do universo de pesquisa pela vivência do cotidiano dos sujeitos. Para isso, ancoramo-nos nos princípios das imersões etnográficas, cujas metodologias são ideais para aqueles que desejam compreender e vivenciar o universo do outro, da perspectiva de um nativo, ou pelo menos a tentativa de ser um deles.

Partimos do entendimento que o princípio fundamental da etnografia é a sua “[...] interação direta com as pessoas na sua vida cotidiana pode auxiliar a compreender melhor suas concepções, práticas, motivações, comportamentos e procedimentos, e os significados que atribuem a essas práticas.” (Chizzotti, 2008, p.65).

Bebemos da influência do método, mas não o vivenciamos em sua plenitude, uma vez que “[...] a etnografia deve ser entendida como a descrição de uma cultura.” (Fino, 2008, p.43). E esse processo demanda tempo longo de convívio, o qual não tivemos.

² Com o objetivo de resguardar a identidade dos sujeitos da pesquisa escolhemos referenciá-las como “Mulher” seguido do número de acordo com a abordagem de cada uma, sua idade, status civil, número de filhos e escolaridade.

Mesmo que não tenhamos realizado uma imersão etnográfica, nossa intencionalidade foi nos aproximarmos das mulheres das comunidades rurais; como explica Chizzotti (2008, p.72): “O pesquisador introduz-se no grupo, ocupando um lugar inexistente, ou ‘acultura-se’ ao grupo, participando dele como um membro natural[...]”. Experiência que pude vivenciar durante os trabalhos de campo, sendo confirmada pela fala, principalmente das mulheres: “A Patrícia parece estar com a gente há anos, sinto como se ela fosse uma de nós, alguém que já conhecemos” (*Mulher 3, 40 anos, casada, 3 filhos e Ensino Fundamental*).

A fala em questão aconteceu no campo realizado entre os dias 26 e 27 de outubro de 2023. Na oportunidade fui convidada a participar do diagnóstico comunitário da comunidade das Baixas, realizado pelos técnicos da Associação Regional de Convivência Apropriada ao Semiárido (ARCAS), que atuam na comunidade buscando soluções para os problemas por ela enfrentados.

O objetivo nesses campos foi a aproximação com as mulheres da comunidade, desenvolvendo vínculos de confiança e abrir os caminhos para posteriormente realizar as entrevistas e as visitas às casas das mulheres. Nesse sentido, logramos êxito, diante da fala acima mencionada e também pelos contatos que estabelecemos não só naquele momento, mas posteriormente através das redes sociais.

Por mais que tenhamos ciência que há uma distância entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa, há de se ter o entendimento que há limitações de tempo. O período que passamos na localidade era de em média 6 horas durante cada campo de espaço, pois não são todos os ambientes da casa que podemos adentrar, nem podemos percorrer todas as casas da localidade, e também a compreensão é limitada, uma vez que a mensagem que o falante deseja transmitir nem sempre cumpre o seu objetivo.

Nesse sentido, compreendemos que nossa interação com as mulheres rurais se aproxima metodologicamente da pesquisa “**observante participante**”, pois segundo Fino (2008, p.4), essa é “[...] uma investigação que se caracteriza por um período de interações sociais intensas entre o investigador e o sujeito, no meio destes, durante o qual os dados são recolhidos de forma sistemática.” Seguindo a ramificação da pesquisa participante do tipo ativa, ou seja, a participação vai além de observar, há partilha das atividades feitas em comunidade. E, como argumenta Chizzotti (2008, p. 70): “[...] tendendo não só a manter uma observação participante, mas também discutir as observações do participante.”

Desapegando de qualquer noção de neutralidade científica, compreendemos que desde a nossa presença na comunidade até os momentos das entrevistas estamos interferindo no cotidiano das mulheres e provocando novas reflexões acerca da condição delas de mulher. Desde o momento de espera pelo transporte para os povoados até chegar na casa das mulheres, procuramos entender o que é ser uma mulher rural, pela observação dos modos de vida expressos no cotidiano.

Em campo os instrumentais são testados e aperfeiçoados, como é o caso das entrevistas e dos questionários. Na preparação para o campo na III feira da agricultura familiar, ou seja, um local movimentado, a observação foi importantíssima, porque essa ação pode eliminar perguntas do roteiro, fazendo com que o pesquisador ganhe tempo na entrevista e não canse o sujeito, sobrecarregando-o de perguntas. Nesses momentos, foi observado o que elas vendem, como organizam os produtos e a banca, a aparência dos sujeitos que pode revelar marcas da personalidade e história, e também como se comunicam com os fregueses.

Além disso, alguns questionamentos sondam a mente do pesquisador, tais como: O que devo perguntar? Como fazer com que o entrevistado converse com você, com fluidez e sem gerar desconforto ou até mesmo enfado pela quantidade de perguntas ou pelo tipo delas? Como conseguir atingir o cerne da questão sem ser invasivo ou insensível ao outro?

É um desafio realizar entrevista em um local público e movimentado com as pessoas que estão trabalhando, sem atrapalhar ou causar qualquer transtorno para a vendedora ou para o funcionamento do espaço em geral. Portanto, é importante se questionar: O que é de suma importância ser questionado? Em relação a nossa pesquisa os temas norteadores foram trabalho, conflitos de gênero, renda, jornadas de trabalho, trabalho doméstico, dificuldades enfrentadas, realizações e perspectivas do futuro. Para que as perguntas sejam assertivas é importante questionar-se sobre a razão e o objetivo de cada uma.

Quanto às entrevistas realizadas nas visitas às casas das mulheres, apesar de seguir os cuidados descritos, nos deparamos com alguns percalços na realização delas. Observamos que o roteiro precisava de adaptações, de acordo com os critérios da amostra que as participantes contemplavam ou não. Por exemplo, quando a mulher não trabalha em atividades agrícolas e não agrícolas, concomitantemente, naquele momento, ou quando a terra em que ela trabalha não é da família, mas de terceiros.

Outra questão que foi levantada durante o campo foi a necessidade de adaptação do vocabulário, pois mesmo o roteiro sendo redigido em uma linguagem não formal, algumas participantes tiveram dificuldade em compreender as perguntas que estavam sendo feitas. Portanto, modelamos nossa linguagem para o mais próximo possível do que elas estão acostumadas, e na maioria dos casos funcionou, pois as respostas eram compatíveis com a pergunta.

Ressaltamos, pelas palavras de Godoy (1995, p.27) que:

Procura-se, em trabalhos de caráter qualitativo, realizar várias entrevistas, curtas e rápidas, conduzidas no ambiente natural e num tom informal. [...] Embora nas entrevistas pouco estruturadas não haja a imposição de uma ordem rígida de questões, isso não significa que o pesquisador não tenha as perguntas fundamentais em mente.

Talvez o simples fato de o sujeito analisar a situação como uma entrevista, e que de fato é, seja fator que acarrete nervosismo e o impeça de responder às perguntas da forma como gostaria. Nesses casos, a conversa informal sem consulta ao roteiro, seja em papel ou no aparelho de celular, mostrou-se mais eficaz.

O caso mais marcante desse tipo de situação foi com a *Mulher 4, 47 anos, solteira, 11 filhos, analfabeta*, que teve dificuldade na compreensão das perguntas e também na formulação das respostas, sendo necessário a filha reformular as perguntas para a mãe compreender e, em outros momentos, a mesma também respondia às questões pela mãe, sem que a mesma discordasse do que estava sendo dito ou acrescentasse alguma informação.

Outro aspecto da realização das entrevistas foi a presença dos maridos, que circulavam pelo espaço, mostrando interesse em fazer parte da entrevista, pois em diferentes momentos respondiam as perguntas que eram direcionadas a elas. Como foi o caso da entrevista na casa da *Mulher 5, 58 anos, casada, 5 filhos, analfabet*, a registrada no diário:

Sobre o roteiro e a entrevista, o que aconteceu foi que o marido queria responder a entrevista, no primeiro momento pensei que ia ter dificuldade de conversar com eles, que ele ia ser ríspido comigo ou mal educado, mas não. Eu era a novidade ali e ele só queria falar. Ele não escondeu seus ideais e valores, é machista, acredita que mulher só serve para fazer filho e mais de uma vez disse que a mulher nunca ajudou com nada, se referindo ao trabalho produtivo que gera renda, ou seja, é através do trabalho dele que o dinheiro chega até a família. Quando ele saiu, enfim tive a oportunidade de conversar melhor com a Mulher 5 e com a filha dela, de certa forma agora vejo que foi bom esse quebra gelo com o José, porque depois que ele saiu elas começaram a contar a versão delas da história. (Diário de campo, 2023).

Nesse cenário de entrevista, o roteiro da entrevista também foi alterado, primeiro porque havia uma desconfiança por parte do marido quanto a nossa presença na casa deles e segundo, porque quando ele se ausentou as mulheres começaram a contar as histórias segundo as vivências delas. Então, mentalizamos os principais temas: trabalho doméstico e conflitos de gênero; e quando eles surgiram na conversa, estimulamos seu desenvolvimento.

Diante da extensão das áreas a serem estudadas e da população residente, fez-se necessário recorrer ao uso de amostra, esta, por sua vez, consiste em entender o universo da pesquisa a partir de uma parcela. Pois como explica Gil (2008 p. 89):

De modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo.

A **amostra foi composta por mulheres** das localidades rurais, pela técnica “**bola de neve**” C, a qual consiste em selecionar os sujeitos através da indicação de alguém que conhece o objeto de estudo; após a primeira entrevista, o entrevistado indica outra pessoa para ser entrevistada. Em outras palavras, o método de amostragem bola de neve é baseado em referências de sujeitos iniciais para gerar assuntos adicionais, daí o nome “bola de neve”.

Quanto ao tamanho da amostra, compreendemos que, se buscamos conhecer uma realidade, significa dizer que ela é desconhecida e, por isso, é incoerente definir números de entrevistados previamente, antes mesmo do primeiro contato com o universo de pesquisa. Na pesquisa qualitativa, o número de pessoas a ser entrevistado é relativo, pois o que importa é a qualidade dos dados coletados, ou seja, se eles são suficientes para responder aos questionamentos e alcançar os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, foi a **amostragem por saturação**, quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição (Gil, 2008).

Sabemos que, em pesquisas de natureza qualitativa, como o próprio nome sugere, a qualidade é mais valorizada do que a quantidade. Além de focar na qualidade, também buscamos “sentir” o universo da pesquisa, conforme Siqueira e Favret-Saada (2005) relata sua experiência de “ser afetada” no/pelo contato com o mundo do outro, ela relata: “Nos encontros com os enfeitados e desenfeitadores, deixei-me afetar, sem procurar pesquisar, nem mesmo compreender e reter.” (Siqueira; Favret-Saada, 2005, p.158). Viver o momento sem a urgência de seguir o roteiro de observação, estar aberta aos imprevistos, preparada para estar despreparada e seguir o ritmo da vida do outro.

Para registro das situações vivenciadas, fizemos uso do diário de campo posteriormente às visitas, preferencialmente no mesmo dia do retorno ou no dia seguinte, pois a memória é limitada e pode ser perdida ou alterada ao longo dos dias. Outro recurso usado foi a fotografia, que busca captar os momentos, as paisagens e as pessoas pela imagem congelada.

Cabe ressaltar que nem sempre a fotografia é aceita pelos sujeitos da pesquisa, por motivos como vergonha, desconfiança e até mesmo não gostar de ser fotografado, como foi o episódio vivido e registrado no diário de campo: “Teve vergonha de ser fotografada, porque estava bagunçada, disse que até mandaria uma foto para meu whatsapp, mas daquele jeito não ia sair em foto não. Ela é uma mulher vaidosa.”

Guram (2012, p. 77) nos orienta que “A fotografia, enquanto extensão da nossa capacidade de ver, constitui-se naturalmente em um instrumento da observação participante na busca de dados antropológicos.” Ou seja, a partir da cena captada é desenvolvida reflexão acerca dos sujeitos/objeto de estudo de como eles representam, organizam e classificam as suas experiências no território, no vivido.

Nesse contexto, escolher ser afetado abre um canal de comunicação com os “de dentro” peculiar dessa condição, que apenas um observador não poderia captar. A primeira experiência de tentar ser afetado ocorreu na participação na “III FEIRA TERRITORIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR” realizada no município de Cícero Dantas/BA, um dos 18 municípios pertencentes ao território de identidade Semiárido Nordeste II.³ Os encontros que essa feira proporcionou serão relatados no tópico 4.3 intitulado “Conhecendo realidades: encontros com as mulheres”.

Quanto ao sentido de estar em campo e dos instrumentos necessários para a realização dele, adotamos também a postura de “ser afetado” pelo universo de pesquisa, como já mencionado. Inicialmente houve estranheza de não ter em mãos um roteiro de entrevista e não saber exatamente o que esperar daquele encontro. Mas buscamos confiar na escolha metodológica e esperar os resultados. Nesse momento, a observação e o registro fotográfico foram os principais instrumentos de trabalho de campo.

³ O Território de Identidade Semiárido Nordeste II localiza-se na região semiárida da Bahia e possui uma população de 407,9 mil habitantes. A extensão total é de 16,3 mil quilômetros quadrados, sendo composto por 18 municípios: Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto.

Jeanne Favret-Saada, em seu artigo original intitulado “Être Affecté” (Favret-Saada, 1990), compartilha a experiência de investigar os rituais de bruxaria usando como metodologia o desapego aos instrumentos tradicionais e priorizar estar presente no local, aberta a todas as experiências possíveis, buscando se integrar à comunidade como se fosse uma local. Nesse sentido, ela faz a seguinte orientação:

Nesses momentos, **se for capaz** de esquecer que estou em campo, que estou trabalhando, se for capaz de esquecer que tenho meu estoque de questões a fazer... se for capaz de dizer-me que a comunicação (etnográfica ou não, pois não é mais esse o problema) está precisamente se dando, assim, desse modo insuportável e incompreensível, então estou direcionada para uma variedade particular de experiência humana – ser enfeitiçado, por exemplo – porque por ela estou afetada.” (Siqueira; Favret-Saada, 2005, p. 159-160, grifo nosso).

Se for capaz de esquecer que por algum momento você foi aquele estranho que bateu à porta, se fomos capazes, então teremos conseguido ser um “de dentro”. Talvez a autora tenha usado a expressão “se for capaz”, porque esse exercício é difícil de executar, pois a primeira intenção é pegar um papel, um gravador e começar a questionar e investigar as pessoas.

A vivência de Jeanne em campo possibilitou compreender que há elementos do universo investigado que não se revelam pela observação de um pesquisador; há nuances da vida do outro que apenas as pessoas daquela realidade compreendem, por isso, ela buscou fazer parte da comunidade para além de uma pesquisadora. E é nesse sentido, de querer captar o máximo possível, que buscamos no decorrer dos trabalhos de campo, em primeiro lugar, ser com eles, compartilhando momentos, para então, posteriormente, com a abertura dada pelos sujeitos, questionar os porquês e para quê.

Para organizar o material coletado nas pesquisas de campo, usamos a análise de conteúdo de Bardin que é, segundo ela:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 1977, p. 42).

A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que permite a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação, ela é segmentada em três fases e subdivididas em etapas, como mostra a Figura 09:

Figura 09 - Esquema ilustrativo da análise



Adaptação: Patrícia Quirino Rocha, 2024.

Fonte: Bardin, 1977.

Segundo a autora, há cinco tipos de análise de conteúdo, das quais a que mais nos aproximamos foi a **Análise de Enunciação**, essa modalidade busca compreender as nuances do que é comunicado entre o emissor, o sujeito da pesquisa, e o destinatário, que nesse caso são os pesquisadores. Trata-se das estratégias discursivas usadas pelos sujeitos, como o uso de palavras, tons de voz, estilos de linguagem e formas de argumentação. Considerando o contexto da conversa e da vivência do emissor, as mulheres rurais.

A análise das modalidades enunciativas pode revelar as intenções do emissor, como tentar persuadir, informar ou entreter. Em relação às mulheres rurais, ao relatarem suas histórias buscavam minimizar os relatos de exploração, violência, desigualdades e disputa de poder que perpassam o íntimo de sua família.

Tal aspecto é nomeado por Bardin (1977) como “Responsabilidade Enunciativa” e refere-se à maneira como o emissor se posiciona em relação à verdade ou à validade do que está sendo dito. Isso pode incluir a análise do uso de citações, referência a outras fontes, ou declarações de opinião versus declarações de fato, iremos explorar melhor tal aspecto na quinta seção “Entre o real e o ideal”.

A Análise de Enunciação examina todos esses aspectos para entender não apenas o que está sendo dito, mas como e por que está sendo dito, e como isso pode ser recebido e interpretado pelos destinatários.

Quanto ao tratamento dos dados, realizou-se a padronização temática de acordo com o tema que é abordado em cada seção da tese. Assim, cada seção é representada e separada por cor, o que visualmente auxilia na organização e facilitou a construção da tese, pois ao avançar na escrita das seções, aquele material cujo tema não se aplicava àquele momento da escrita era facilmente detectado no banco de dados pela semiótica.

Dessa forma, as cores amarelo, verde, azul, laranja, lilás e rosa correspondiam ao objetivo de cada seção, portanto não separamos os arquivos por temas das respostas, optamos por manter as transcrições das entrevistas e os fichamentos dos textos em seu documento original e colorir as falas e citações de acordo com o objetivo de cada seção, como observado na Figura 10 a seguir.

Figura 10 - Esquema da exploração do material: categorização por cores

Introdução	2ª seção	3ª seção	4ª seção	5ª Seção	Considerações finais
Objetivo: elementos de reflexão introdutória	Objetivo: Compreender as relações de poder entre gêneros vivenciadas no doméstico rural;	Objetivo: Refletir sobre o trabalho doméstico.	Objetivo: Apresentar as escolhas metodológicas e como foram aplicadas	Analisar as territorialidade s produzidas no cotidiano das mulheres sertanejas	Objetivo: elementos de reflexão conclusiva

Elaboração: Patrícia Quirino Rocha, 2024.

Além dos instrumentos de pesquisa tradicionais, expostos nesta seção, buscamos alternativas metodológicas que nos ajudassem a ter um alcance de pesquisa maior, como foi o caso do uso das tecnologias através do aplicativo Whatsapp; tal experiência será descrita com mais detalhes na seção seguinte, considerando as potencialidades e limitações da mesma.

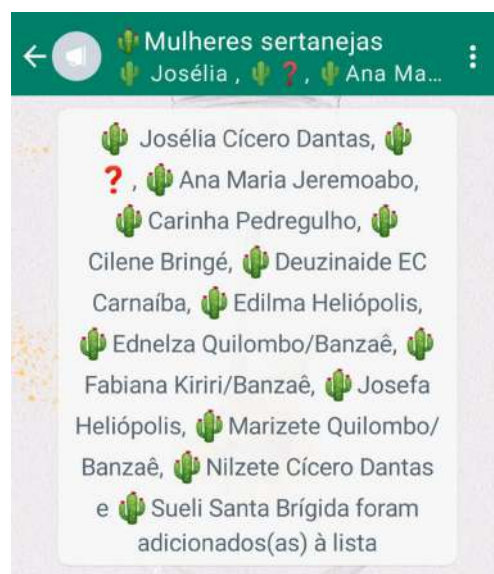
3.2 Estar em campo continuamente, a experiência do Whatsapp

A tecnologia com todos seus adventos tem se tornado uma espécie de “campo” de pesquisa para a comunidade científica, ganhando destaque o uso do aplicativo whatsapp como meio de comunicação para alcançar os sujeitos da pesquisa, possibilitando ao pesquisador romper os limites espaciais, visto que é possível abordar pessoas de diferentes localidades simultaneamente. Dessa forma, a tecnologia é uma extensão do pesquisador ou, como nos alertou McLuhan (2016), uma extensão da humanidade.

No campo realizado na III feira da Agricultura Familiar em Cícero Dantas/BA, como já sinalizado, escolhemos não levar roteiro de entrevista e abordar as mulheres à medida que fomos avançando pelos corredores das feiras e que as oportunidades foram aparecendo. Nesse caminhar, a diversidade de sujeitos de pesquisa, as mulheres rurais, e a pluralidade de lugares que elas representavam era explícita e por isso decidimos coletar o contato de whatsapp delas para entrar em contato posteriormente, pois aquela era uma oportunidade única de expandir o universo da pesquisa a baixo custo financeiro pelas entrevistas pelo aplicativo.

No dia 11/10/2023 foi criada a lista de transmissão “mulheres sertanejas” (Figura 11) com o contato das mulheres que conheci na feira da agricultura familiar. Antes disso, salvei o número delas na minha agenda. Para facilitar visualmente a identificação desse grupo, usei o emoji⁴ de cacto à frente do nome delas; a escolha justifica-se pela importância que o cacto tem para a nossa vegetação e também é símbolo do povo sertanejo.

Figura 11 - Lista de transmissão do Whatsapp



⁴ Os **emojis** e emoticons são representações gráficas usadas para transmitir uma ideia, uma emoção ou um sentimento.

Elaboração: Patrícia Quirino Rocha, 2023.

Fonte: Captura de tela do telefone, 2023.

Registramos o número de telefone de 13 mulheres dos municípios de Heliópolis, Banzaê, Santa Brígida, Cícero Dantas, Jeremoabo e Euclides da Cunha, 6 municípios do total de 18 que fazem parte do território de identidade Semiárido Nordeste II. Esses registros foram de suma importância, pois os recursos financeiros da pesquisa são limitados, o que significa que fisicamente não seria possível visitar todos esses municípios, mas com o uso do whatsapp foi possível abordar as mulheres das demais localidades além de Euclides da Cunha/BA, nosso recorte inicial.

Com o uso dessa ferramenta, estamos continuamente em campo (Félix, 2014), pois a qualquer momento os sujeitos da pesquisa podem responder a mensagem. Além disso, a tecnologia amplia a abrangência da área de estudo da pesquisa e possibilita que as mulheres compartilhem comigo fotos e vídeos feitos por elas mesmas, enriquecendo a pesquisa pela visão dos “de dentro”. Assim, como reflete Heimbach (2020, p.92) “[...]o material empírico é produzido em diferentes lugares e a comunicação é estabelecida de forma sincrônica ou assíncrona possibilitando aos sujeitos da pesquisa participarem em horários que lhes forem convenientes.”

Com o objetivo de organizar o material coletado, elaboramos uma lista no word/drive contendo: o número de telefone, o nome, o município e povoado pertencente, além disso fizemos algumas anotações primárias sobre o que vendiam e o que viesse a ocorrer na abordagem, como, por exemplo, as mulheres que são lideranças da comunidade pertencente.

Enviamos a mensagem pela lista de transmissão; escolhi fazer isso no formato de áudio, para que fosse acessível a todas independentemente se são alfabetizadas ou não e assim evitar constrangimento. Além disso, a mensagem de voz carrega as emoções e a tonalidade da voz do locutor, portanto, consegue captar melhor a intencionalidade.

A tecnologia e o mundo virtual também tem suas limitações e foi justamente isso que constatamos ao enviar a primeira mensagem por esse canal de transmissão, pois do total de 13 mulheres, nenhuma delas respondeu a mensagem de áudio. Além dessa tentativa de “campo online”, concomitantemente estávamos realizando as pesquisas de campo tradicionais e, por isso, nesse momento concentramos nossos esforços na realização das entrevistas e visitas físicas.

Ao retornar para os contatos do whatsapp tivemos alguns retornos, dentre eles o da *mulher 15, 49 anos, casada, 2 filhos, Ensino médio completo* do município de Heliópolis/BA, que trabalha com seu marido na produção de doces de leite e goiaba. O modelo de entrevista para chamadas pelo whatsapp foi a do tipo simplificada (apêndice 1).

Esse formato de entrevista remota esbarra em algumas problemáticas, uma delas é a autorização de uso e publicação dos dados fornecidos pelo entrevistado. A autorização pode ser assinada eletronicamente, ou em outros casos, enviada por email ou pelo chat do whatsapp, impressa a cópia, assinada pelo entrevistado, escaneada e enviada de volta.

Em relação ao nosso público-alvo, mulheres rurais, nem todas são alfabetizadas, outras possuem baixo nível de escolaridade e além disso, com ou sem escolarização, a população da zona rural, do recorte geográfico da pesquisa, é limitada quanto ao uso das tecnologias no geral e ao acesso à internet.

Portanto, o advento da tecnologia é uma ferramenta que pode auxiliar as pesquisas, contudo dependendo da área e dos sujeitos do estudo, o retorno pode ser satisfatório ou não. No que tange a nossa experiência, a expectativa não foi superada e devido ao findar do tempo da pesquisa, escolhemos fechar nossa amostra de sujeitos e trabalhar com o material coletado até o momento. Os registros desses encontros serão detalhados no tópico a seguir.

3.3 Conhecendo realidades: os encontros com as mulheres

O trabalho de campo, sobretudo nas pesquisas qualitativas, têm uma centralidade tanto pela questão metodológica de observar e coletar informações em campo e confrontar a teoria, quanto numa perspectiva existencial de dar sentido ao “fazer pesquisa”, pois o encontro com as múltiplas realidades e seus sujeitos ampliam horizontes que vão além do roteiro de entrevista e observação, o trabalho de campo é, pois, o coração da pesquisa.

Nesse sentido, Demo (2012, p.33) explica que:

O analista qualitativo observa tudo, o que é ou não dito: os gestos, o olhar, o balanço, o meneio do corpo, o vaivém das mãos, a cara de quem fala ou deixe de falar, porque tudo pode estar imbuído de sentido e expressar mais do que a própria fala, pois a comunicação humana é feita de sutilezas, não de grosserias. Por isso, é impossível reduzir o entrevistado a objeto.

Para tal, o diário de campo foi uma ferramenta essencial da pesquisa; nele foram registradas as primeiras impressões dos lugares e das pessoas, os detalhes que chamaram atenção, os modos de falar, as expressões corporais das mulheres enquanto estavam sendo

entrevistadas, inquietações e reflexões despertadas em campo. A maioria dos registros foram feitos no retorno dos trabalhos de campo, constituindo-se em uma fonte rica de informações e, portanto, alguns trechos do diário de campo estão presentes no corpo da tese.

As mulheres da zona rural estão por toda parte da cidade, foi o que constatamos no decorrer da pesquisa, pois podem ser encontradas em qualquer lugar, como foi o caso da *Mulher 2, 26 anos, casada, 2 filhos e Ensino Médio incompleto*, que conhecemos na biblioteca municipal, registrado no diário de campo:

Há dois dias ela estava aqui ao meu lado, veio ler. E numa tentativa de estabelecer contato, simplesmente com a intenção de conversar, descobrir que a minha pesquisa está mais perto do que eu imagino. Ela compartilha comigo que vem trazer seu filho para a escola e que durante o tempo que ele está em aula ela fica aqui “pela rua” esperando a hora de pegá-lo para ir para casa, no povoado Serra da Mãe Inácia, usando o ônibus escolar. Ela está esperando seu segundo filho. (Diário de campo, 2023).

O encontro com essa mulher foi além da biblioteca. Após nossas conversas matinais sobre trabalho doméstico ou não, ela nos convidou para visitarmos sua casa e assim fizemos. Nesse ponto da pesquisa começamos a entender que há um abismo entre o que as mulheres idealizam e expressam nas suas falas e a realidade vivenciada e observada em campo, tais aspectos serão abordados na seção 5 “A mulher nos territórios rurais: entre o ideal e o real”.

A *Mulher 2, 26 anos, casada, 2 filhos e Ensino Médio incompleto* proporcionou a pesquisa no povoado chamado Serra da Mãe Inácia. Nossa primeira visita à comunidade aconteceu no dia 19/10/2023. O deslocamento até a comunidade aconteceu pelo carro que transporta os moradores diariamente, Figura 12. Na volta, por volta das 18 horas, voltamos para a sede do município no ônibus que transporta os estudantes do turno noturno.

Figura 12 - Carro que transporta os moradores para o povoado Serra da Mãe Inácia



Foto: Patrícia Quirino Rocha, 2023.
Fonte: Trabalho de Campo, 2023.

Fonte: Enquanto esperávamos o horário de partida para o povoado, foi importante observar o comportamento daqueles sujeitos, além disso, buscamos participar das conversas entre as moradoras quando pertinente. Em um desses momentos escutamos a história de vida de uma delas; sobre esse momento registramos as seguintes impressões no diário de campo:

Já no carro ouvi o relato da Maria, das violências múltiplas sofridas, de momentos muito ruins que ela passou com o primeiro marido. Eu gravei a história. O que não ficou na gravação posso te dizer, ela não carregava consigo pesar, ela falava olhando nos meus olhos, compartilhando comigo os horrores que viveu e como conseguiu sair dessa situação. (Diário de campo, 2023).

Fundamentada nos conceitos e princípios da antropologia, Souza (2013) desenvolve o que a mesma nomeia de geoetnografia, um caminho de pesquisa etnográfica dentro da ciência geográfica. Ela afirma que “Este contato deve sempre ser cuidadoso e sutil, como forma de respeito e valorização do lugar e das pessoas envolvidas na pesquisa.” (Souza, 2013, p.15). Dessa forma, o respeito e a valorização dos sujeitos são princípios norteadores da pesquisa.

Cada mulher tem sua história, suas marcas e lutas. Com as pesquisas de campo entendemos que a pesquisa não é feita somente do momento formal da entrevista, está além das formalidades, pois se faz em todos os momentos se estamos abertos a ouvir, então os sujeitos da pesquisa, as pessoas, compartilham quem são, com suas dores e alegrias.

A chegada ao povoado Serra da Mãe Inácia despertou curiosidade dos moradores, era possível ouvir os comentários e ver as movimentações em busca de entender quem era aquela pessoa diferente e o que ela queria. Do nosso lado também houve curiosidades e olhares analíticos e em busca de capturar aquelas gentes e aquele lugar; esse encontro de “estranhezas” fez recuarmos do objetivo de fotografar o povoado e, por isso, posteriormente solicitamos que uma das mulheres participantes da pesquisa, com quem estreitamos melhor os vínculos, fizesse esses registros do povoado observados na Figura 13 a seguir:

Figura 13 - Povoado Serra da Mãe Inácia



Praça do povoado

Tanque d'água na entrada do povoado

Rua residencial

Foto: Amanda Oliveira, 2024.
Fonte: Trabalho de Campo: 2024.

Sobre as fotografias há “Uma distinção fundamental a ser considerada em primeiro lugar é a natureza endógena ou exógena da imagem, também denominada êmica (endógena) ou ética (exógena).” (Guran, 1983, p.65). As fotos êmicas são feitas por quem é “de dentro”, pelas pessoas que compõem o universo que buscamos entender, e as fotos éticas são as feitas “pelos de fora”, nesse caso pelo pesquisador, os de fora são aqueles que não vivenciam a realidade tal como os “de dentro”.

Portanto, quando a moradora registra os locais do povoado que para ela “são as partes mais bonitas”, ela está dividindo sua percepção do povoado. Os locais escolhidos foram a praçinha onde os filhos dela brincam, o tanque d’água representando a beleza natural e uma das poucas ruas que tem calçamento, diferente da rua dela, que é de barro.

Na nossa primeira visita à Serra da Mãe Inácia, fomos recebidos na casa da *Mulher 2*, 26 anos, casada, 2 filhos e *Ensino Médio incompleto*, aquela que encontramos na biblioteca municipal, e, por meio dela, conhecemos a família do marido da *Mulher 5* (58 anos, casada, 5 filhos, *analfabeta*) e sua filha, *Mulher 6* (35 anos, casada, 3 filhos, *Ensino Fundamental Incompleto*). Essa rede de indicações de mulheres exemplifica como na prática a metodologia de compor a amostra, bola de neve (Gil, 2008), funciona.

O encontro com a família das Mulheres 5 e 6 mostrou como o patriarcado é uma cultura baseada no poder e na dominação de um gênero sobre o outro, pois mesmo após a explicação de que a entrevista era direcionada às mulheres, o marido continuou respondendo as perguntas que eram direcionadas a elas e conduzindo o diálogo através de suas histórias e opiniões pessoais.

No momento que antecedeu sua partida, o tema da conversa era o trabalho doméstico, e após o mesmo deixar o ambiente, foi possível voltar para o roteiro de entrevista e ouvir pela perspectiva delas suas opiniões sobre o tema. Durante a presença do marido, a Mulher 5 pouco falou, mas na sua ausência ela conseguiu expressar os seus pensamentos, o mesmo ocorreu com a filha que estava presente.

Pensando sobre a dominação masculina Bourdieu (1999) reflete:

A família é o lugar por excelência onde se impõem de forma duradoura as estruturas de poder que legitimam a dominação masculina, transmitindo, sob a forma de hábitos e práticas, a aceitação das hierarquias de gênero que, por sua naturalização, permanecem invisíveis e inquestionáveis. (Bourdieu, 1999, p.86).

Para o autor, a família reforça normas de gênero e outras hierarquias internas (como autoridade dos pais sobre os filhos). Bourdieu destaca que, muitas vezes, as estruturas familiares reforçam expectativas sociais que mantêm as mulheres em posições subordinadas e os homens em posições de autoridade, perpetuando assim formas de dominação simbólica dentro da própria família. Isso porque ela não apenas transmite bens materiais, mas também valores simbólicos, disposições culturais e normas que contribuem para manter as relações de dominação e as desigualdades sociais ao longo das gerações.

O que notamos foi que as mulheres daquela família estão habituadas a não expressar suas opiniões, seja porque não são levadas em consideração, seja por medo de julgamento. A presença do pai e marido naquela sala simbolizava a condição subalterna das mulheres da família e evidenciava que, além da divisão do trabalho, há também uma divisão de papéis, onde forças desiguais de poder coexistem.

O encontro com a mulher 5 é o retrato das relações desiguais entre gêneros, unidos pelo matrimônio, contudo hierarquizados dentro da família, na qual o homem é o detentor dos recursos financeiros e até mesmo do direito à fala. Houve momentos em que o marido afirma que tudo o que tem foi construído com o trabalho dele e ninguém ajudou em nada, inclusive sua esposa. Ele afirma: “Eu que construí isso tudo aqui, quase sem ajuda dela, aí eu vou sair de dentro de casa?! Eu ajudei ela na casa que ela não ajudou a botar nem um bolinho de barro.” (Marido da Colaboradora 5).

O trabalho doméstico, essencial para a manutenção da casa, raramente é reconhecido. Para o marido, “ajudar” significa prover financeiramente ou trabalhar diretamente na

construção. Como a esposa não realizou nenhuma dessas tarefas, ele atribui a construção da casa exclusivamente a si mesmo. A Figura 14 a seguir retrata o casal.

Figura 14 - Mulher 5 com seu marido ao lado e segurando seu neto



Foto: Patrícia Quirino Rocha, 2023.

Fonte: Trabalho de Campo, 2023.

Durante o processo de pesquisa, esse não foi um episódio isolado no qual o marido fez interferência na entrevista, em geral quando essa interferência não acontecia durante a entrevista, acontecia no início ou no fim com questionamentos sobre o porquê e para quê das perguntas. Ao findar a entrevista na casa da Mulher 5, combinamos com sua filha, Mulher 6, que na próxima visita ao povoado iríamos à sua residência para entrevistá-la, seguindo com a metodologia bola de neve para seleção de sujeito da amostra (Gil, 2008).

Na visita à Mulher 6, conseguimos conduzir a entrevista de forma mais orgânica, o roteiro funcionou melhor, pois ao contrário da mãe dela, mulher 5, ela está ativa nos trabalhos agrícolas e não agrícolas, além do doméstico. Nessa visita, demos preferência a vivenciarmos aquele momento no ritmo do cotidiano dos locais, sem tentar acelerar os processos ou interferir. Nesse campo em 08/04/2024, passamos a tarde conversando no quintal da casa da mulher 6, como relatamos no diário de Campo:

Então nos sentamos no quintal: eu, a colaboradora, seu filho de 2 anos e sua cunhada, também com seus dois filhos. Depois se juntou a nós o marido dela, os maridos sempre estão por perto quando estão em casa, dando palpite e de olho em tudo que é falado, antes me incomodava, agora não, aproveito o momento para observar o comportamento do casal e analisar os conflitos de gênero, ou simplesmente como convivem, muitas vezes o discurso não converge com o comportamento e são nesses momentos que a realidade é revelada. (Diário de Campo, 2024).

Um fator que nos chamou atenção foi o consumo de álcool na comunidade, um fenômeno generalizado na Serra da Mãe Inácia que começa na adolescência e se estende por toda a vida, principalmente dos homens. No campo dia 4/12/2023, os maridos das três mulheres, colaboradoras 2, 5 e 6, estavam alcoolizados, nenhuma das esposas parecia satisfeita com a prática, contudo a oposição delas não parecia surtir efeito.

Ao comentar sobre essa situação com a Mulher 2, ela relata que os jovens da localidade não trabalham, não gostam de estudar e que a maior parte do tempo eles estão jogando bola ou bebendo sentados nas calçadas dos bares, algo que é visto com naturalidade pelos moradores, é o que comenta a mulher 2; sua visão diferente do restante da comunidade justifica-se por ela ser de outro lugar e estar ali por decisão do marido de morar perto da família.

A Mulher 4, 47 anos, solteira, 11 filhos, analfabeta também é moradora da comunidade. Ela vive em um casa simples onde passa 3 dias da semana realizando atividades domésticas como limpeza, lavagem das roupas e o preparo da comida para os filhos e o restante da semana vai para um povoado vizinho, onde fica na casa do namorado.

Ela é uma mulher que demonstra tristeza em seu semblante e a sua fala é ausente de expectativas, sonhos ou planos futuros. Foi um encontro que nos fez refletir que apesar da força braçal e da capacidade de resistir às adversidades, o meio onde essas mulheres vivem limita suas possibilidades e dita o ritmo da vida.

As gerações mais novas de mulheres têm acesso a ferramentas, como a educação e os benefícios do governo, que são capazes de atenuar esses efeitos do meio e capacitar as mulheres para romper com o ciclo de pobreza e opressão que vivem. Embora vivamos em um tempo marcado pelo avanço tecnológico e por novas oportunidades, muitos jovens, como a *Mulher 7, de 23 anos, solteira, 1 filho, Ensino Médio incompleto*, ainda enfrentam dificuldades para concluir os estudos. Essa realidade contrasta com a percepção de que a geração atual teria mais facilidades, mostrando que os desafios persistem e as histórias se repetem.

Contudo, os jovens têm dificuldade em seguir com os estudos, como é o caso da *Mulher 7, 23 anos, solteira, 1 filho, Ensino Médio incompleto*, a mais jovem que entrevistamos. Apesar de fazer parte de uma geração com “mais facilidades”, como as

mulheres mais velhas denominam, seguem caminhos parecidos com os da geração passada e por isso as histórias se repetem.

No caminho de pesquisa também tivemos a oportunidade de participar de diagnóstico Participativo do povoado Baixas, promovido pela ARCAS (Associação Regional de Convivência Apropriada ao Semiárido). Quando chegamos à comunidade, fomos recebidos por Zé Luis e Leide. Enquanto os técnicos organizavam o espaço, acompanhei Leide, que estava preparando o almoço. Juntas, escolhemos o feijão, cortamos cebolas e conversamos sobre a vida. Sobre a postura de pesquisador, foi registrado no diário de campo:

De forma estratégica, me aproximava das mulheres, buscando me integrar ao grupo: falava de maneira simples, estava sempre disponível para ajudar no que fosse necessário, me comunicava com todos e participava das atividades, auxiliando as senhoras que não sabiam ler ou escrever, anotando nos cartazes. Procurei estar atenta ao que acontecia ao meu redor, sendo participativa e sensível ao ambiente. Sinto que estou começando a compreender melhor o que significa estar afetado, encontrando um caminho de pesquisa. (Diário De Campo, 2023).

Algo que chamou atenção foi a participação das mulheres, que eram maioria, nos dois dias de atividades. Houve momentos em que os conflitos de gênero se tornaram evidentes, como quando uma senhora teve que sair antes do almoço para preparar uma refeição do marido em casa, quando o técnico pediu especificamente às mulheres presentes que ajudassem outra mulher, que estava cozinhando desde cedo, a finalizar a organização do almoço. Também, no segundo dia, uma situação revelada ocorreu quando uma mulher, ao ser questionada sobre quais eram, para ela, as prioridades de problemas a serem resolvidos, foi instruída pelo marido a repetir o que ele havia dito.

Outra percepção relevante foi a mudança no comportamento das mulheres no segundo dia: elas se mostraram menos participativas e falaram menos em comparação ao dia anterior. Esse comportamento coincidiu com o fato de que, no segundo dia, havia uma maior presença de homens, algo que não ocorreu no primeiro dia. Abaixo registros da nossa participação no diagnóstico da comunidade (Figura 15).

Figura 15 - Participação no diagnóstico participativo no povoado das Baixas, 2023



Foto: Patrícia Quirino Rocha, 2023.

Fonte: Trabalho de Campo, 2023.

Com o vínculo estabelecido nesta comunidade, fomos convidados para participar da 7ª edição da “agrobaixas” (Figura 16), definida por eles como “Feira de agricultura familiar da associação comunitária dos pequenos produtores rurais da fazenda Baixas”, evento que acontece uma vez por ano e está em sua 7ª realização, nele é possível encontrar a exposição e venda dos produtos locais: hortaliças, artesanatos, caprinos, bovinos, mel e as barracas de comida e bebidas.

Figura 16 - Cartaz do evento agrobaixas



Fonte: Onde encontrou a imagem?, 2023.

Ao chegarmos à localidade, as mulheres nos recepcionaram com alegria, nos abraçaram e expressaram que sentiram nossa falta no dia anterior, primeiro dia da feira. Nos momentos seguintes, buscamos ser “de dentro” e vivenciar o momento, observando o máximo possível. Das barracas que compunham a feira a que mais nos chamou atenção foi a de Mari; sobre essa barraca registramos no diário de campo:

A barraca da Mari foi a que mais gostei, tinha caldo de cana, cocada, água de coco e uma cesta linda recheada de produtos orgânicos da roça dela, que riqueza! Também estavam as filhas dela, as quais dona Mari fez questão de me apresentar. (Diário De Campo, 2023).

Sobre a feira, o comentário das mulheres foi que “esse ano foi fraco”, contudo era notório o sentimento de alegria delas por estarem realizando aquele evento na comunidade,

pois foi uma oportunidade de receber pessoas de outros lugares para mostrar e vender os produtos delas. Fez parte da programação da feira um almoço, cujo prato principal era o carneiro no buraco, carneiro com legumes cozido à lenha no subsolo. Abaixo na Figura 17 registro do evento.

Figura 17 - Mosaico de fotos da Agrobaixas



Fonte: Abin Stanly, 2023.

Durante nosso retorno, tivemos a oportunidade de conhecer uma família local. Ao visitarmos sua residência, presenciamos um momento cotidiano de grande significado: as mulheres da família estavam envolvidas na produção de tapioca. Ao questioná-las sobre o destino daquele alimento, fomos informadas de que a produção era destinada ao consumo próprio. Essa prática demonstra a valorização da tradição e a busca pela autossuficiência alimentar.

Pela perspectiva quantitativista, esse campo não foi produtivo, pois não coletamos dados palpáveis. Diante disso, registramos no diário: “Se eu coletei dados para pesquisa? não, nadinha. Mas me sinto muito mais perto das mulheres, consigo ver elas mais de perto e ser acolhida como uma de dentro.” (Diário De Campo, 2023). Fui afetada!

Jeanne Favret-Saada (2005) relata que os moradores da comunidade onde ela conduziu sua pesquisa sobre práticas de feitiçaria começaram a agir com mais naturalidade e sem complicações quando perceberam que ela estava, de fato, participando ativamente dos rituais, observemos o seu relato:

Pois então, eles falaram disso comigo somente quando pensaram que eu tinha sido “pega” pela feitiçaria, quer dizer, quando reações que escapavam ao meu controle lhes mostraram que estava afetada pelos efeitos reais – freqüentemente devastadores – de tais falas e de tais atos rituais.(Siqueira; Favret-Saada, 2005, p.157).

Percebemos que, à medida que convivemos com os sujeitos, mais os moradores agem com naturalidade. Ser afetado, fazer parte e tentar captar a vida das pessoas como ela é ajudou a minimizar as performances que os sujeitos adotam ao serem questionados e observados.

Como mencionado no início da seção, outro momento no qual tivemos a oportunidade de nos encontrar com mulheres foi na III FEIRA TERRITORIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR, na ocasião conhecemos mulheres de diferentes municípios do território de identidade Semiárido Nordeste II. A Figura 18 registra a área de alimentação da feira, oferecendo ao leitor uma noção da quantidade de participantes que o evento atrai.

Figura 18 - Entrada da Feira Territorial da Agricultura Familiar em Cícero Dantas/BA



Foto: Abin Stanly, 2023.

Fonte: Trabalho de Campo, 2023.

Na feira a presença das mulheres estava representada nos diferentes setores de comercialização: alimentícios, artesanato, agricultura, apicultura, avicultura etc. Além da forte presença das mulheres como visitantes e consumidoras, observado nos mosaicos das Figuras 19 e 20 a seguir:

Figuras 19 - Presença das mulheres na feira comercializando seus produtos



Foto: Abin Stanly, 2023.

Fonte: Trabalho de Campo, 2023.

Observamos nas imagens a diversidade dos produtos comercializados pelas mulheres. Na imagem 1 os produtos são peneiras e abanadores feitos com palha de coqueiro e maracujá do mato (*Passiflora cincinnata*); 2- Dona Nilzete do povoado Juá em Cícero Dantas/BA é artesã, ou louceira como ela mesma se denomina, faz potes de barro desde a infância; 3- Dona Eremita do Banzaê/BA, artesã indígena que faz acessórios femininos e objetos de decoração.

4- Momento em que abordamos a comerciante para perguntar sobre o seu trabalho, ela faz e vende doces, bolos, sequilhos, olho de coco, sucos e caldos. Também pegamos o número de celular para comunicação posterior ao dia da feira.

Figura 20 - Presença das mulheres na feira comercializando seus produtos



Foto: Abin Stanly, 2023.

Fonte: Trabalho de Campo, 2023.

5- De vermelho está a Edilma e à sua direita Adenizia, ambas de Heliópolis e integrante do grupo “Mulheres e saberes africanos” que se denominam “empreendedoras, um grupo de mulheres costureiras e guerreiras”, essas mulheres também estão organizadas junto à associação “as valérias”, do povoado que fazem parte. Os produtos comercializados são panos de prato, acessórios de cabelo, roupas íntimas, tapetes, toalhas, beiju seco, goma de tapioca, farinha de mandioca e broas. Na Imagem 3, a seguir, é possível observar com mais detalhes os produtos expostos na banca.

Figura 21 - Produtos feito e comercializados pelas mulheres da comunidade Valéria em Heliópolis/BA



Foto: Abin Stanly, 2023.

Fonte: Trabalho de Campo, 2023.

Na imagem 3, a foto número 6 expõe que além dos produtores agrícolas havia na localidade representantes de lojas de produtos e máquinas e implementos agrícolas. Na imagem estamos conversando com a representante para entender a função das máquinas e a atuação dessas lojas na região; Na foto 7 é a barraca de Marta, artesã de Antas/BA, que faz bonecas, panos de prato e acessórios para a cozinha em geral; e na foto 8 mostra-se Fabiana, indígena do povo Kiriri (Banzaê/BA), sentada ao lado dos produtos feitos por sua comunidade: biscoitos de tapioca, chips de banana da terra e argila.

A feira possibilitou o encontro rico em diversidade de pessoas, lugares, culturas e saberes. Foi de suma importância para a pesquisa estar em contato com aquelas mulheres, naquele lugar, pois esse encontro ampliou-se as perspectivas e nos possibilitou compreender que as mulheres sertanejas estão organizadas e trabalhando na produção de produtos e consequentemente, estão inseridas na esfera produtiva.

A partir dos encontros com as mulheres sertanejas, sujeitas da pesquisa, sistematizamos nos quadros a seguir, elementos que ajudam a criar um retrato das condições de vida e das características sociais e econômicas delas, permitindo uma análise mais detalhada e uma compreensão melhor de suas necessidades e de seus desafios. Nesse sentido, os elementos considerados para a construção do perfil das mulheres foram: idade, estado civil, quantidade de filhos, ocupação, renda e escolaridade, representados na Figura 22 a seguir:

Figura 22 - Quadro do Perfil das Mulheres colaboradoras

QUADRO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES	%
--	---

Elaboração: Patrícia Quirino Rocha.
Fonte: Pesquisa de campo 2023/2024.

A criação do perfil socioeconômico é uma ferramenta poderosa para entender a realidade social e econômica de diferentes grupos e populações. Ela é essencial para a formulação de estratégias eficazes em várias áreas, desde políticas públicas até o desenvolvimento de produtos e serviços no setor privado. Em relação à presente pesquisa o perfil será essencial para compreender quem são as mulheres, identificar os principais

desafios enfrentados por elas e suas limitações, o que é fundamental para entender os obstáculos que impactam suas vidas e seu trabalho.

Assim, pelos contatos com as mulheres e com os dados coletados nos momentos vivenciados, podemos seguir para o cerne da nossa pesquisa: as mulheres sertanejas rurais estão caminhando para sua emancipação social? Tal questionamento será debatido na próxima seção, à luz das análises de campo com base nas reflexões teóricas norteadoras da pesquisa, sobretudo a produção territorial nos ambientes domésticos rurais.

O QUE AS MULHERES TÊM A DIZER? ENTRE O REAL E O IDEAL



Fonte: BORGES, As gêmeas no sertão. Xilogravura no papel, acervo digital.

4. O QUE AS MULHERES TÊM A DIZER? ENTRE O REAL E O IDEAL

O título da seção carrega a ânsia de desvendar o intangente, as intencionalidades e a razão de ser e estar das mulheres. Entre o real e o ideal é, em certo ponto, um jogo dialético entre o discurso e a prática, a fala e as atitudes das mulheres e dos agentes do seu cotidiano. Como já mencionado, nosso caminho investigativo é baseado na análise do conteúdo (Bardin, 1977).

A xilogravura “Gêmeas do sertão”, que abre a seção, é, em nossa interpretação, a representação do encontro da mulher com ela mesma. O momento de autodescobrimento marcado por essa dualidade que as falas das entrevistadas mostram: a ânsia do ideal e a dor da realidade.

Assim, iniciaremos nossa reflexão pelo tópico “A vivência da mulher nas entrelinhas do discurso”, analisando as disparidades entre o que foi verbalizado nas entrevistas e conversas e a realidade presenciada. Por fim, o tópico “A luta é coletiva! perspectivas e organização das mulheres” tece reflexões sobre as perspectivas de futuro para a luta das mulheres sertanejas, como elas se articulam em frente ao patriarcado, e mostra como as mulheres têm calcado o caminho da emancipação.

O objetivo dessa seção é, pela análise do material coletado e a partir das reflexões teóricas aqui tecidas, averiguar se a pluriatividade é um mecanismo de resistência ao patriarcado e de ruptura da condição de subordinação da mulher. Para isso, alguns questionamentos foram norteadores, dentre eles estão: a diversificação de atividades econômicas ajuda na redução da dependência financeira em relação aos homens? Como a pluriatividade contribui para redefinir papéis de gênero e fortalecer a luta das mulheres rurais? E qual a importância da troca de experiências e do apoio mútuo para o fortalecimento das mulheres em espaços rurais.

4.1 A vivência da mulher nas entrelinhas das conversas

As ideias feministas de resistência ao patriarcado chegaram ao campo, encontrando mulheres que, embora inseridas em contextos patriarcais, apresentaram diferentes níveis de conscientização. Por isso, durante alguns momentos das entrevistas, buscavam atenuar a opressão que vivem no cotidiano, principalmente as mulheres mais novas e com maior escolaridade.

Para analisar as “entrelinhas” das conversas recorreremos à análise de enunciação, um conceito que pode ser utilizado dentro da análise de conteúdo, pois examina os aspectos para entender não apenas o que está sendo dito, mas como e por que está sendo dito, e como isso pode ser recebido e interpretado pelos destinatários. Nossa intenção é capturar as nuances e contradições das falas e, dessa forma, produzir um entendimento das vivências das mulheres rurais.

Além da análise do que foi enunciado, houve momentos de silêncio que também é uma forma de linguagem corporal. Durante as entrevistas, notaram-se frequentes interrupções caracterizadas por silêncios e lacunas na fala. As mulheres colaboradoras demonstraram dificuldade em articular verbalmente suas reflexões, emoções e experiências.

A análise das modalidades enunciativas possibilita a compreensão das intenções subjacentes à produção discursiva, tais como persuasão, informação ou entretenimento. No contexto das narrativas de mulheres rurais, observa-se uma tendência a atenuar ou minimizar os relatos de exploração, violência, desigualdades e disputas de poder que permeiam suas vivências familiares. Essa estratégia discursiva pode ser interpretada como uma forma de autoproteção, ressignificação da realidade ou mesmo internalização de normas sociais que naturalizam tais experiências.

De fato, observamos uma distinção na forma como as mulheres respondem a questionamentos delicados. As mulheres mais velhas, frequentemente menos familiarizadas com os discursos feministas contemporâneos, tendem a se retrair e silenciar, possivelmente devido à internalização de normas sociais que historicamente as colocaram em posição de subordinação e à vergonha associada à exposição de suas experiências. Por outro lado, as mulheres mais jovens se expressam com maior liberdade, contestando ativamente qualquer insinuação de inferioridade ou dominação masculina e muitas vezes justificando as situações vivenciadas.

Esse aspecto do enunciado é nomeado por Bardin (1977) como “Responsabilidade Enunciativa” e refere-se à maneira como quem fala se posiciona em relação à verdade ou à validade do que está sendo dito. Uma das maneiras de fazer essa análise é observando as declarações de opinião versus declarações de fato, ou seja a opinião são expressões de crenças, sentimentos, julgamentos e pontos de vista subjetivos, e não podem ser comprovadas objetivamente como verdadeiras ou falsas, pois refletem a opinião do indivíduo. Por outro

lado, o fato são declarações que podem ter sua veracidade verificada por meio de evidências, dados, observações ou pesquisas.

Nesse contexto, a responsabilidade enunciativa diz respeito à forma como o enunciador (as mulheres colaboradoras) se colocaram diante do seu próprio dizer, ou seja, como elas assumem a autoria e a validação do seu discurso. Não se trata apenas de quem fala, mas de como elas se relacionam com o que foi dito, demarcando o grau de comprometimento com a veracidade ou a validade da informação. Assim buscamos confrontar o que foi dito nas entrevistas com a realidade presenciada no cotidiano que compartilhamos com elas.

Separamos as análises em tópicos temáticos, partindo das questões que envolvem o trabalho doméstico, depois a observação das relações de poder entre os gêneros, se as mulheres têm reconhecimento de sua emancipação ou se há discurso que reforça uma dependência dos homens e, por fim, os marcos de resistência ao patriarcado. Quais falas correspondem com a realidade? Quais ficam no campo das ideias, do imaginário? E quais são idealizadas?

As tarefas domésticas continuam sendo majoritariamente realizadas pelas mulheres, independentemente da faixa etária. É inegável que as gerações se relacionam com os papéis de gênero, impostos pela sociedade, de forma diferente; as mulheres mais jovens frequentemente descrevem uma divisão com participação masculina, enquanto as mais velhas tendem a naturalizar a desigualdade e aceitar a divisão de papéis de gênero.

Essa discrepância entre as percepções e as práticas demonstra a complexidade das mudanças nas dinâmicas de gênero e a persistência de desigualdades enraizadas na sociedade. Separamos diálogos em que o que foi dito não condizia com a realidade. O ponto de partida da nossa análise é pela percepção que as mulheres têm sobre o cerne da nossa investigação, o trabalho doméstico.

Talvez nossa entrevista mais emblemática tenha sido com a colaboradora 5. A presença de seu marido, filha e nora transformou a conversa em um microcosmo das relações familiares. O marido, frequentemente, interrompia a esposa, enquanto a filha se posicionava de forma crítica, denunciando as desigualdades presenciadas ao longo de sua vida. Essa dinâmica evidenciou os padrões de poder e comunicação dentro do grupo familiar.

A maioria das entrevistas foram realizadas em um ambiente mais reservado, sem a presença dos maridos, a fim de garantir a liberdade de expressão das participantes. Mas

naquele dia, vimos que seria impossível ter essa privacidade, pois o marido estava entusiasmado em nos receber e saber o que queríamos na localidade. Desta forma, conduzimos a conversa seguindo o roteiro de entrevista, mas acrescentando perguntas de acordo com a necessidade.

Em determinado momento, enquanto ele falava o quanto trabalhou pesado durante toda sua vida, perguntamos sobre o trabalho doméstico, se ele faz alguma tarefa, a resposta foi enfática: “Detesto, detesto. Pra beira do fogo eu só vou, se uns cabra tiver uma cerveja e disser: vá ali assar uma carne, eu vou na hora. Agora de outro jeito?! Or. Quando ela sai, vou no biombo, pego uns pão, vou lá no mané baixinho e pego um churrasco, volto e me deito.” (Marido da colaboradora 5).

Em seguida a esposa confirma tal comportamento: “Esse aí só bota sujeira, agora limpar?! Or. Ele não bota uma panela no fogo nem pra esquentar pra comer, ele espera eu chegar.” (Colaboradora 5). Ao mesmo tempo em que o marido descreve a mudança na rotina quando a esposa não está em casa, o que nos chamou atenção foi que em nenhum momento ele lamenta a ausência dela, pelo contrário, quando questionamos se esse trabalho é “chato” ele rebate: “Pra mim é, pra ela não, para ela é só um emprego e pra beira do fogo e barrer.” (Marido da Colaboradora 5).

As falas do marido evidenciam um entendimento enraizado sobre os papéis de gênero, nos quais o homem é o provedor do lar e a mulher é responsável por todas as tarefas domésticas. Como resposta ao marido, a mulher expressou: “Acostuma, eu não ligo não. Não gosto de nada mal ajeitado.” (Colaboradora 5), visão que também está ancorada na divisão sexual do trabalho.

A Colaboradora 5, com seus 58 anos, representa uma geração em que os papéis de gênero eram mais rigidamente definidos. A idade dela nos permite contextualizar as falas e os comportamentos do casal dentro de um contexto cultural e histórico específico, marcado por uma desigualdade de gênero mais acentuada. Inclusive, no momento da entrevista a filha dela e nora estavam presentes e o posicionamento delas em relação ao tema era diferente, pois enquanto a Colaboradora apresentava uma visão tradicional sobre a divisão do trabalho doméstico, as mulheres mais jovens defendiam a igualdade entre os gêneros.

As contradições dos enunciados começaram a aparecer quando, em dado momento da visita, o marido ausentou-se. A partir desse momento, ela começou a expressar opiniões

diferentes das que tinha feito até então. Neste momento, sua postura também se alterou: o tom e o volume da voz e sua expressão corporal.

A Colaboradora mencionou uma mudança significativa em sua dinâmica doméstica, evidenciada pela interrupção do hábito de servir comida ao marido. Ela conta que: “É mais antigamente. Mas de um tempo para cá, eu parei. Eu já faço, boto em cima do fogão. Você pegue e bote, ou quer que eu lhe dê na boca?! Ai, vai, pega o prato e bota, não espera por mim mais não.” (Colaboradora 5).

Alguns elementos do enunciado chamam a atenção: primeiro, a Colaboradora passou a dar respostas mais longas e detalhadas; segundo, a postura passiva de aceitar o papel social mudou. Agora, ela expressa: “Você pegue e bote, ou quer que eu lhe dê na boca?!”. O que justifica essa mudança de comportamento na ausência do marido? A experiência traumática da violência doméstica, relatada a seguir, explica a postura submissa inicialmente adotada pela Colaboradora.

Muitas vezes a mãe dele corria de lá pra cá, pra apartar a briga. Oxe, um dia ela chegou e ele tava agarrado nos meus cabelos e eu pelejando pra ele soltar meus cabelos e ele agarrado. Agora não, não sei como foi, mas parece que mataram a natureza dele. (Colaboradora 5).

Nesse momento da conversa seu timbre de voz tornou-se mais grave, e seu olhar vagava pelo chão da sala, relembrando aqueles momentos de sofrimento. A mudança em sua postura, de alguém aparentemente passivo, para uma revelação dolorosa, nos permitiu compreender que a timidez inicial era, na verdade, uma resposta à opressão que vivenciava sob a presença do marido.

A descrição das violências vividas vem seguida da descrição da mudança do comportamento do companheiro: “Agora não, não sei como foi, mas parece que mataram a natureza dele.” A mudança na atitude do marido é explicada pela nora, que revela que, na última vez em que presenciaram uma situação semelhante, o filho do casal interveio na briga e ameaçou agredir o pai caso aquilo se repetisse. Dessa forma, a intervenção do filho marcou simbolicamente a “morte da natureza” do pai.

Outro aspecto interessante a ser analisado é a reação da filha do casal, que estava presente. Ao ouvir os relatos da mãe, ela comenta: “Mas isso é coisa do povo de antigamente, porque os filhos aprendem com os pais, às vezes é coisa do pai dele [falando sobre o avô], depois que mudou os tempos foi que mudou também.” Nesse comentário, a filha atribui a

violência do pai à forma como ele foi educado pelo avô, promovendo uma transferência de responsabilidade. Ao mesmo tempo, ela sugere que tais práticas ficaram no passado, relativizando as ações do pai. Esse posicionamento revela um esforço para minimizar a responsabilidade paterna e dissociar a imagem de homem violento da história familiar.

Para além da família da Colaboradora 5 essa situação é generalizada, como é possível compreender na fala da Colaboradora 2:

Assim, na parte rural tem mulheres que sabem mais que os homens, mas elas não têm essa liberdade de falar, vai falar pro meu sogro que ele tá errado. ele nunca tá errado, minha sogra fala alguma coisa ali e ele fica retrucando...ele sempre diminui ela do que... eu acho que ela deveria ser bem valorizada porque elas são juntinho com eles.” (Colaboradora 2).

A filha do casal que estava presente também faz parte da nossa amostra de sujeitos da pesquisa e, ao contrário da mãe, ela, desde o primeiro momento, compartilhou suas experiências e opiniões sobre o tema espontaneamente. Uma fala que marcou a entrevista foi sobre as expectativas dela sobre o matrimônio, ela expressa: “Eu me criei sempre vendo isso com ela. [A violência doméstica e a sobrecarga da mãe]. E eu dizia assim: a partir que eu tiver um marido, eu não vou dar moleza pra ele não.” (Colaboradora 6).

É evidente que as experiências vividas pelos pais deixam marcas profundas na vida dos filhos, influenciando diversos aspectos de sua trajetória. As brigas, injustiças e violências presenciadas impulsionaram-a a buscar uma vida conjugal diferente da vivida por sua mãe. No entanto, mesmo consciente dessas influências, ela expressa arrependimento por algumas decisões tomadas na juventude:

É porque, sei lá, é como se a pessoa não tivesse juízo quando é novinha né? Mete logo a cara, engravida, aí vai parir e perde a chance de trabalhar, ser **independente** né? Quando a pessoa pari, filha, fica sem serviço, aí pra esperar só pelo serviço do marido pra botar tudo em casa. Agora não, pq o **governo** tá dando esse dinheiro, mas antigamente quando não tinha? [...] por isso a pessoa tem que pensar bem. Hoje em dia estão pensando mais. Se voltasse o tempo assim, acho que eu tinha estudado mais, trabalhado mais, às vezes a gente nem quer ser mãe, mas acontece, como foi meu primeiro. (Colaboradora 6).

O relato da Mulher aborda diversos aspectos que nos ajudam a compreender o que significa ser mulher e os desafios que elas enfrentam. Sua fala inicia destacando a relação direta entre maturidade e gravidez precoce — uma experiência comum entre todas as Colaboradoras: “às vezes a gente nem quer ser mãe, mas acontece, como foi meu primeiro.” Uma das principais consequências da maternidade é a limitação imposta à inserção da mulher

no mercado de trabalho, o que, por sua vez, impacta sua independência financeira e reforça a dependência em relação ao homem.

É inegável a diferença entre as gerações de mulheres. As de “antigamente”, embora enfrentassem situações semelhantes, não contavam com a renda proveniente de programas assistenciais do governo, um fator que, para as mulheres Colaboradoras, faz toda a diferença.

Ao refletir sobre suas ações do passado, ela expressa: “eu teria estudado mais, trabalhado mais”, evidenciando um contexto social no qual a baixa escolarização e a falta de acesso ao mercado de trabalho pode limitar as perspectivas de futuro. Essa relação entre escolaridade e gravidez na adolescência é evidenciada nos estudos como o de Maria da Conceição Chagas de Almeida (2008).

A transmissão da cultura e a perpetuação do patriarcado também foi identificada nas conversas quando questionamos sobre a participação dos filhos no trabalho doméstico. A Colaboradora 6 segue seu relato lamentando o modo como criou os filhos:

Só que aí, minha filha, já não soube criar meus filhos bem, já criei preguiçoso. O pai não ensina fazer nada, só deixa os meninos dormir e também no celular e na televisão. Vão até uma hora da manhã, duas horas, jogando joguinho e coisa de futebol. Se o mais novo me ver assim ruim ele faz, mas o mais velho? Or! Até a comida eu tenho que dar na mão. Tenho vez que me reto e digo não vou dá, mas aí fico com dó e boto a comida. Fui eu que botei no costume. (Colaboradora 6).

A fala inicia com uma denúncia sobre a ausência do pai na criação dos filhos: “O pai não ensina a fazer nada, só deixa os meninos dormir e ficar no celular e na televisão.” Nesse trecho, ela critica a postura passiva do pai, que se restringe a oferecer cuidados básicos, sem se envolver ativamente em práticas educativas ou no cuidado direto com as crianças.

Essa percepção é reforçada por outra fala da entrevistada, durante a discussão sobre as responsabilidades das mulheres no cuidado com os filhos: “É sua, você é a mãe, você que teve. A maioria fala isso. Eu me criei sempre ouvindo isso.” (Entrevistada 6). Essa declaração evidencia como a atribuição das tarefas de cuidado é culturalmente direcionada às mulheres, perpetuando a ideia de que a maternidade é uma responsabilidade exclusiva delas.

A questão da ausência parental vai além do pai está ou não fisicamente presente, diz respeito também à sua ausência emocional, afetiva e participativa na vida dos filhos. O patriarcado ao atribuir às mulheres os cuidados cotidianos com os filhos, sobrecarrega as mulheres e deixa os pais passivos dessa responsabilidade. Essa divisão de trabalho desigual

sobrecarrega as mulheres, limitando suas oportunidades e contribuindo para a desigualdade de gênero.

Outra afirmação que chamou nossa atenção foi: “Até a comida eu tenho que dar na mão.” Essa frase, recorrente em mais de uma entrevista, foi utilizada pelas mulheres para ilustrar situações de desigualdade e exploração vividas no ambiente doméstico. A entrevistada 7 também expôs essa dinâmica ao relatar: “Mainha botava desse aí [referindo-se ao irmão], agora eu tirei o costume dele, uns dois anos atrás. Agora, se você não coloca o meu, o dele você não coloca. Aí pronto, até hoje.” Esses relatos evidenciam a perpetuação de comportamentos que reforçam a dependência e a sobrecarga feminina nas tarefas cotidianas.

Nessa segunda situação, é a filha quem intervém para que a mãe deixe de servir comida ao irmão. No entanto, apesar dessa tentativa de mudança, a prática persiste na família, reforçando a divisão de tarefas baseada em gênero. A entrevistada exemplifica essa desigualdade ao relatar: “Minha menina, com 5 anos, já coloca a comida dela. Esse aí, o caçula de 10 anos, até hoje não bota.”

Observamos que as mulheres tendem a naturalizar os papéis de gênero e, mesmo reconhecendo a desigualdade que enfrentam, encontram dificuldades para romper com os padrões estabelecidos. Essa resistência à mudança fica evidente em declarações como: “Tem vez que me reto e digo que não vou dar, mas aí fico com dó e boto a comida. Fui eu que botei no costume.” Esse relato revela como a internalização dessas normas culturais reforça a manutenção das dinâmicas desiguais no ambiente familiar.

Paradoxalmente, as mulheres têm consciência da desigualdade que vivem, desde as mais velhas até as mais novas. Confirmou-se esse entendimento quando a entrevistada 6 declarou:

O marido não sabe da valor a uma mulher, né? Eles não entendem o que é uma mulher, qualquer coisinha é: trabalho seu, você não faz nada, é sua obrigação. [...] Desda se um homem ficar no lugar de uma mulher, um dia ou dois, eu acho que não aguenta, desiste. Tem muitos homens que não entendem o que é uma mulher. (Entrevistada 6).

Ao afirmar que os homens “não entendem o que é uma mulher” e “se ficar no lugar da mulher não aguenta”, ela expõe a falta de empatia e a desvalorização do trabalho doméstico realizado pelas mulheres. Assim, fica evidente que as mulheres rurais permanecem “presas” aos moldes do patriarcado, onde a simples consciência da desigualdade vivida, embora essencial, não é suficiente por si só para romper com essa estrutura opressora.

Avançando para a análise das divergências nos enunciados da mulher 6, entre o que é real e o que foi idealizado, escolhemos o seguinte relato como ponto de partida:

Eu dizia assim: quando eu arrumar um marido **eu não vou dá moleza pra ele** não. Não vou fazer tudo o que ele quer não. Após eu tenho o meu e ele não é assim não. **Eu só faço o que eu quero**, o que eu não quero ele não me obriga. Final de semana eu não pego a roupa dele pra lavar porque eu tô cuidando do menino, eu tô fazendo outras coisas dentro de casa. Ele lava a louça, ele varre o terreiro. (Entrevistada 6).

Quando ela afirma que “eu não vou dá moleza pra ele” e que fará apenas o que deseja, a entrevistada expressa uma forma de pensar que desafia todo o ensinamento que recebeu sobre o que é ser uma boa esposa e seu papel enquanto mulher, no qual é frequentemente associada a uma posição submissa com dedicação exclusiva aos cuidados domésticos.

Além disso, a entrevistada idealiza uma relação igualitária, na qual ambos os cônjuges contribuem para as tarefas domésticas. No entanto, a frase “final de semana eu não pego a roupa dele para lavar porque eu tô cuidando do menino” indica que a divisão de tarefas não é totalmente justa, pois é a sobrecarga com o trabalho doméstico que a motiva a desafiar os papéis de gênero na sua família.

Realizamos a entrevista com a mulher 6 em dois locais: na residência de sua mãe e, posteriormente, em sua própria casa, aproveitamos esse momento descontraído para fazer um registro fotográfico (Figura 23).

Figura 23 - Nossa recepção no quintal das mulheres



Foto: Miguel Oliveira, 2023.
Fonte: Trabalho de Campo: 2023.

Na fotografia estão presentes duas de nossas entrevistadas, acompanhadas de seu filho e uma amiga da família, quem fez o registro foi o filho mais velho de uma delas. Durante a tarde, conversamos sobre as tarefas domésticas, mas também abordamos os desafios cotidianos, os sonhos e as realizações que almejam, tal abertura foi possível graças à postura

de deixar-se “ser afetado” que adotamos desde o início da pesquisa, o que nos permitiu identificar-nos com cada mulher encontrada em nossa trajetória.

Ao revisitar os registros de campo daquela época, encontramos um relato exemplar de nossa intencionalidade enquanto pesquisadora:

Amanhã estou indo a campo para ser afetada pelo movimento, pela vida. Não para tomar nota e interrogar pessoas, mas para ver sorrisos, olhares, movimentos, dançar. Para ver as mulheres venderem, conversarem, brincar, sorrir... (Diário de campo, 06/10/2023).

Além das perguntas estruturadas, as observações da dinâmica familiar e as conversas informais permitiram identificar incongruências entre os relatos da entrevistada e as evidências encontradas no campo. A combinação dessas metodologias permitiu uma compreensão mais profunda de sua experiência, revelando nuances e contradições que não emergiriam nas entrevistas.

Dois meses depois voltamos à localidade e, na oportunidade, visitamos a entrevistada 6. Esse encontro foi devidamente registrado em nosso diário de campo da seguinte forma:

Então nos sentamos no quintal, depois se juntou a nós o marido dela, os maridos sempre estão por perto quando estão em casa, dando palpite e de olho em tudo que é falado, antes até me incomodava, agora tento observar o comportamento do casal e analisar os conflitos de gênero, como convivem, pois muitas vezes o discurso não converge com o comportamento. (Diário de Campo, 2023).

O contraste de tom da entrevistada 6 em seu ambiente doméstico foi notável. A mulher que antes defendia sua independência com a frase “Eu só faço o que eu quero” apresentou um discurso mais submisso ao descrever sua dinâmica com o marido: “Ele faz uma comida se eu não tiver, mas só se eu não tiver”. Na primeira entrevista, a entrevistada relatou que o marido era participativo nas tarefas domésticas. No entanto, em sua segunda entrevista, revelou que a participação dele está condicionada à sua ausência. O único aspecto que permaneceu inalterado em seus relatos foi a expectativa quanto à participação dos filhos nas tarefas domésticas.

Além do trabalho doméstico, a entrevistada trabalha comercializando roupas em sua própria casa. Sobre a destinação dos recursos obtidos com essa atividade, ela explica: “pagar as contas, comprar comida, fralda, o leite do menino. A do marido [renda do trabalho dele] é quando falta pra completar.” (Entrevistada 6).

Compreendemos que ela desempenha tanto o trabalho produtivo quanto o reprodutivo em sua família, mas a condição de “provedora do lar” não garante sua emancipação enquanto mulher. Isso porque ela continua inserida em uma estrutura social patriarcal que a subjuga e inferioriza. Dessa forma, percebemos que a emancipação das mulheres rurais não se restringe à sua participação no trabalho produtivo, pois como já nos alertou Álvares (2014, p.8): “Não se deve, entretanto acreditar que a simples justaposição do direito de voto a um ofício constitua uma perfeita libertação: **hoje o trabalho não é a liberdade.**” (Grifo nosso)

Embora a entrevistada seja responsável pela maior parte das responsabilidades familiares, ela não recebe o devido reconhecimento do marido, como ela mesma relata:

Eu sou acostumada a tá cansada em casa, aí ele diz “cansada de quê se você só vive dentro de casa?” mas eu acho que tem dia que eu tô cansada 10 mil vezes mais que ele, porque o trabalho dele é sossegado, chegou vai tomar banho, às vezes sai, vai pras calçadas conversar e eu não. (Entrevistada 6).

A fala da entrevistada reflete a desigualdade de gênero presente nas relações conjugais, onde as mulheres são responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico e de cuidado, enquanto os homens tendem a ter mais tempo livre e menos responsabilidades dentro de casa. Além dessa entrevista, foi possível constatar essa desvalorização do trabalho doméstico em todas as demais, seja por meio de palavras seja de atitudes.

A figura central para que a metodologia “bola de neve” fosse bem sucedida foi a entrevistada 2, pois ao nos conceder acesso à sua casa, desempenhou um papel fundamental na nossa pesquisa nos introduzindo a outras mulheres de sua convivência. Sua confiança e acolhida nos permitiram não apenas conhecer a localidade, mas também nos inserir na comunidade, o que foi crucial para aprofundarmos nossa investigação. Nesse momento, é sobre essa personagem da pesquisa que iremos refletir.

Nosso primeiro contato com a entrevistada 2 ocorreu na biblioteca municipal, em um momento crucial de nossa pesquisa. Tínhamos acabado de realizar a entrevista teste e estávamos delineando os próximos passos. Sua aparição possibilitou nossa aproximação com o universo da pesquisa: os ambientes domésticos rurais.

Desde as primeiras conversas, sua forma de expressão se destacou das demais mulheres da localidade. Vinda de São Paulo, trouxe consigo uma vivência urbana que contrastava com a realidade rural da comunidade, o que explica algumas divergências de

opinião, principalmente em relação à família do marido. O choque cultural experimentado pela entrevistada gerou situações como está descrita no diário de campo:

Em alguns momentos da entrevista o sangue esquentava, principalmente quando mencionava o conflito com o sogro por não aceitar o machismo dele, ela também mostrou indignação ao compartilhar a situação de desigualdade que a sogra vive no casamento. Deixando bem claro que com ela o sistema é diferente. (Diário de Campo, 2023).

As entrevistas com a *mulher 2* revelaram uma dinâmica familiar que vai além da tradicional divisão de trabalho doméstico. A questão da propriedade e do gerenciamento da renda emergiram como tema central, quando ela afirma que: “Lá em casa os dois correm atrás disso.[sustento da família]. Quando um tá mais apertado e o outro tá mais aliviado, aí ajuda, assim vai os dois. Lá em casa é assim, a casa é minha e de meu esposo, o carro é meu e do meu esposo.”

Sua declaração sobre a propriedade conjunta de bens como a casa e o carro reforça a ideia de parceria e corresponsabilidade do casal. No entanto, os relatos de campo revelam uma complexidade maior, com momentos em que a entrevistada expressa desconforto em sua própria residência, devido à proximidade e interferência da família do marido. Além disso, episódios como a necessidade de utilizar o carro do casal e a recusa do marido em atendê-la indicam que, na prática, a divisão de responsabilidades é limitada e sua emancipação é frágil.

Essa contradição entre a percepção da entrevistada sobre sua relação e a realidade vivenciada por ela destaca a importância de analisar as relações de gênero de forma multifacetada, considerando tanto as representações discursivas quanto as práticas cotidianas. Ao mesmo tempo que confirma que nossa escolha metodológica de deixar “ser afetado” foi assertiva, pois foi nos momentos de conversa informal e descontração que pudemos apreender esses detalhes.

Curiosamente, enquanto a entrevistada 2 não reconhece as assimetrias em seu próprio casamento, ela identifica com precisão as dinâmicas de poder na relação de seus sogros, exemplificando: “E meu sogro não, o que é dele é dele, da minha sogra é da minha sogra. Mas, ele manda nas coisas da minha sogra”. Essa discrepância entre a percepção da entrevistada sobre sua própria realidade e sua análise da realidade dos outros evidencia a complexidade das relações de gênero e poder, evidenciando a dificuldade que muitas mulheres têm em identificar as desigualdades em suas próprias vidas.

Ao observar as contradições entre o real e o ideal da entrevistada 2, identificamos divergência também sobre a divisão do trabalho doméstico. Vejamos como ela analisa a participação do marido: “Eu vejo que muitas não têm ajuda. Eu pelo menos quando não consigo lavar a louça meu marido lava, mas tem mulheres que não, o marido não serve a comida pra quem dirá fazer a comida.” e em outro momento acrescenta: “Ele me ajuda bastante”.

Por outro lado a entrevistada relata um cotidiano onde ela realiza, praticamente, todas as atividades domésticas:

Tomo meu banho, dou café pro pequeno, arrumo a mochilinha dele, arrumo a cama, abro a casa, deixo a casa abertinha, as janelas abertas e venho pra cá. Aí trago ele pra escola, sempre dou alguma coisa pra ele comer e deixo na escola. E fico aqui até 11:45. Aí quando eu chego em casa é que começa a rotina. Aí é puxado. Esquento a comida que eu já deixo pronto de noite, dou almoço ao pequeno. Começo a fazer as coisas dentro de casa. Todo mundo almoça junto, essa é uma prática nossa, os três almoçam juntos sentados na mesa. Tem vezes que eu chego e ele [o marido] já tá em casa e ele esquento o almoço. Então eu já chego, troco o neném e a gente almoça. Tem vezes que ele não tá, aí eu esquento. Eu almoço vou lavar a louça, fazer as coisas, limpo a casa, sempre tem alguma coisinha pra fazer dentro de casa, que eu nunca vi! Aí depois ponho o pequeno pra tomar banho, ponho pra fazer os dever da escola e depois a gente janta. Eu faço a janta e o almoço geralmente de noite, é que não dá tempo vim pra rua chegar lá e fazer comida. A gente janta, toma banho todo mundo, assiste uma novelinha ou um filme e depois todo mundo cama, a rotina é coladinha porque se não... eu acordo 5:30, a gente deita das 9:30 para 10 horas. (Entrevistada 2).

De fato, quando comparado com os outros maridos, há uma maior participação nas atividades domésticas, contudo, essa participação ainda é limitada e condicionada à disponibilidade da esposa, como ela mesma afirma: “A gente sempre dividiu essa parte quando eu tava trabalhando fora.”

Durante nossa imersão no universo da pesquisa, observamos uma dinâmica recorrente nos casais estudados: enquanto as mulheres se encontravam sobrecarregadas com as tarefas domésticas, os homens, ao retornarem do trabalho, frequentemente se dedicavam a atividades de lazer com amigos. Em outras palavras, o tempo de descanso dos homens era obtido em decorrência da sobrecarga das mulheres com o trabalho doméstico e de cuidado.

Embora, como já analisamos, a visão da entrevistada 2 diverja entre o real e o idealizado, ela demonstra consciência da desvalorização que sofre ao afirmar: “Quando você faz, ele ver que fez, não fala nada. Aí quando você não faz ele meio que critica, é sempre assim. Não é valorizado meu trabalho doméstico, nem um pouquinho.”

Essa afirmativa foi feita na primeira entrevista, antes de visitarmos a família dela. Nesse momento, começamos a perceber que os enunciados divergiam entre si. Sobre essa percepção, anotamos no diário de campo:

Achei engraçado quando perguntei se o trabalho doméstico que ela faz é valorizado e ela respondeu “não”, rindo da pergunta de tão ridícula que lhe pareceu. Para mim a resposta seria “mais ou menos” ou “às vezes”, pois ela tinha dito que em casa é tudo dividido, que o marido faz as coisas juntos, isso me fez pensar que ele valorizaria por saber o quão trabalhoso é. (Diário de Campo, 2023).

Outra fala da entrevistada 2 nos fornece indícios sobre o empoderamento da mulher rural, quando ela afirma que: “O dinheiro dele é pra gastar com as coisas dele e o da minha sogra é pra manter as coisas da casa.” O que observamos nas pesquisas de campo e entrevistas é que à medida em que as mulheres contribuem mais para a renda familiar, menor é a participação dos homens, e o dinheiro que poderia ser investido na família começa a ser destinado a despesas pessoais, principalmente com lazer.

Tradicionalmente, as mulheres rurais desempenharam um papel fundamental tanto nas atividades reprodutivas quanto nas produtivas. Contudo, seus trabalhos eram historicamente subvalorizados em relação aos dos homens. Nossa pesquisa evidenciou que, embora as mulheres estejam assumindo cada vez mais o papel de provedoras financeiras de suas famílias, essa nova dinâmica não garante sua emancipação, uma vez que muitas continuam sujeitas à autoridade do marido.

A pesquisa demonstra que, apesar dos avanços na participação econômica das mulheres rurais, persiste uma profunda desigualdade de gênero nas relações familiares, com a manutenção de estruturas patriarcais. Vejamos esse exemplo em que essa dinâmica fica explícita:

O dinheiro do governo, realmente é pra comida, lá em casa é assim. A gente não paga aluguel então, paga água e luz e é dividido entre a minha sogra e nós, junto assim no meio do terreno as casas, né? Mas aí, meu dinheiro é pra isso, o dele é pra outras coisas.

Além do rendimento proveniente do trabalho não agrícola, integra a renda das mulheres os benefícios de assistência social do Governo Federal que em sua maior parte também é destinado para a manutenção da família, como no exemplo acima, uma vez que a renda da entrevistada é usada para todas as despesas fixas da família: alimentação e pagamento das contas de água e energia elétrica. Essa realidade foi constatada em todas as entrevistas em que as mulheres eram casadas.

No caso da família da entrevistada 2, a renda do marido é destinada à aquisição de insumos agrícolas, enquanto seus rendimentos pessoais são utilizados para suas despesas individuais ou para suprir eventuais necessidades familiares.

Diante do comprometimento de sua renda com as despesas fixas do lar, a entrevistada 2 encontra-se em uma situação de dependência financeira em relação ao marido, o que a leva a experimentar um sentimento de impotência. O que contrasta com a forma em que foi criada pelos seus pais, motivada a trabalhar e a ter sua própria renda, como ela relata: “Eu ia e ajudava ela a fazer a faxina, lógico que eu fazia as coisas leves: tirava o pó, varria a casa. E aquilo me induzia no dinheiro né, a mim comprar minhas coisas, aí de lá pra cá, nunca parei.”

A entrevistada sempre valorizou a independência financeira. Durante sua permanência em São Paulo, manteve-se ativa no mercado de trabalho. No entanto, a pandemia de COVID-19 desencadeou uma mudança significativa em sua vida, resultando no desemprego tanto seu quanto do cônjuge. Diante desse cenário, o casal viu-se obrigado a migrar para o interior, onde reside atualmente junto à família do marido.

A mudança para uma nova localidade, associada à interrupção de sua vida profissional, acarretou um significativo impacto em seu bem-estar emocional; ela afirma que: “o psicológico deu uma pesada”. A entrevistada, que antes desfrutava de autonomia para realizar suas atividades e compras, agora encontra-se em um contexto de restrição, confinada ao ambiente rural e com sua renda limitada às necessidades da família.

O desejo de voltar a se dedicar a um trabalho remunerado continuou a acompanhá-la, recentemente a entrevistada entrou em contato para compartilhar que tinha ganhado um kit de bijuterias para revender. Na mensagem ela disse: “Amiga, nunca chorei tanto, estava há dias falando o quanto sinto falta de trabalhar e ter meu dinheiro, comprar as coisas sem ter medo. E assim do nada essa notícia!”. A aquisição do kit de bijuterias representa mais do que apenas um novo negócio; simboliza uma retomada do controle sobre sua vida e a possibilidade de realizar seus desejos.

O desejo de “comprar sem medo” chama-nos a atenção, pois a entrevistada demonstra grande autoconfiança em suas falas. Embora não exerça atividade profissional remunerada no momento, a renda do Bolsa Família, teoricamente, garantiria sua segurança financeira. Contudo, este contexto evidenciou que o benefício não é suficiente para suprir suas necessidades ou proporcionar a tranquilidade desejada para realizar gastos.

O auxílio, embora seja importante, muitas vezes não cobre todas as necessidades de uma família. A entrevistada nesse momento se refere a desejos de compra que vão além da subsistência básica, como adquirir bens duráveis, fazer pequenas reformas na casa, ou simplesmente ter a liberdade de escolher o que comprar sem se preocupar com o orçamento limitado. Trabalhar, nesse contexto, representa uma busca por emancipação e liberdade financeira, o que a faz declarar: “vou agarrar com todas as minhas forças essa oportunidade” (Entrevistada 2).

Na entrevista também aparece o tema educação, diferentemente da forma que foi abordada pela outra entrevistada, ao se lamentar em não ter se dedicado aos estudos enquanto era mais jovem. O assunto surge quando questionamos sobre as dificuldades que as mulheres da comunidade enfrentam. Observemos a resposta:

O estudo que lá nenhuma tem. Elas têm muita dificuldade também de vir pra rua, elas não sabem nem sacar dinheiro, tanto nova quanto velha, porque a tia do meu esposo ela tem a neta de 16 anos e eu tive que vim tirar o dinheiro porque a neta não soube tirar o dinheiro e acabou bloqueando o cartão. Também porque eu vejo que a geração de hoje em dia eles não estão muito focados no estudo, não é que nem a gente de antigamente.

A emancipação das mulheres também está relacionada ao nível de escolaridade que possuem, pois implica sua capacidade de resolver assuntos burocráticos, fazer compras sozinhas e se locomover com segurança. Apesar das iniciativas governamentais como a interiorização das escolas, a oferta de transporte e merenda escolar, e o auxílio “pé-de-meia”, mesmo todas essas iniciativas que facilitam o acesso e permanência na escola não são suficientes para motivar os jovens a enxergarem na educação uma ferramenta para a transformação de suas vidas e, no caso das mulheres, para sua emancipação. Assim, compreendemos que a emancipação feminina deveria iniciar-se na infância, sendo construída por meio de ações ao longo da vida.

A mulher mais jovem que entrevistamos tem 23 anos, o relato dela expressa a mentalidade da juventude do povoado mencionada pela entrevistada 2:

Se eu tivesse condições, eu abria uma loja para trabalhar pra mim. Porque trabalhar pros outros, ficar só levando reclamação todo dia. Tem muita gente aí na rua que trabalha porque precisa mesmo, é muito desaforo. Você trabalha e não ganha quase nada. Eu trabalhava de segunda a sábado e só recebia 600 reais. Trabalhei 4 meses, peguei e falei “isso não é pra mim nada” melhor eu tá em casa sossegada com minha filha, o pai dela dá a pensão. (Entrevistada 7).

Entender o comportamento da juventude é primordial para compreender os caminhos da emancipação feminina. Sabemos que o comportamento humano é mutável e as comparações entre as mulheres de antigamente e as atuais comprovam esse fato. Enquanto as mulheres mais velhas, a entrevistada de 58 anos e a entrevistada de 47 anos, não foram alfabetizadas, pois na infância delas não havia as “facilidades de hoje em dia” e precisavam trabalhar com os pais na fazenda para ajudar nas despesas de casa, as mulheres mais jovens têm dificuldade em avançar nos estudos, principalmente pela falta de interesse, ao mesmo tempo em que fazem parte de uma geração que não trabalha em atividades agrícolas ou não agrícolas, são os “nem-nem” da zona rural.

Retornando à análise da fala da entrevistada 7, identificamos também a dependência de auxílio governamental. Contudo, ao contrário das demais entrevistadas, sua experiência com trabalhos mal remunerados a fez preferir estar em casa a se submeter a esse tipo de exploração. Além desse fato, a jovem estuda no turno noturno, buscando concluir o ensino médio.

Outra situação que colaborou para a confirmação dessa mudança de comportamento nos jovens da localidade foi a relatada pela entrevistada 6. Segundo ela, seus filhos adolescentes, de 16 e 14 anos, demonstram desinteresse pelos estudos, não participam das tarefas domésticas e dedicam a maior parte do tempo a atividades como assistir televisão, utilizar o celular e dormir. Conforme relato da entrevistada: “vão até uma hora da manhã, duas horas, jogando joguinho e coisa de futebol”.

Embora a valorização do trabalho e dos estudos não seja uma característica marcante da nova geração, a iniciação sexual precoce e a maternidade precoce continuam sendo um ponto comum entre as gerações de mulheres rurais, independentemente do contexto social. Todas as mulheres da amostra, com idades entre 23 e 58 anos, engravidaram durante a adolescência ou no início da vida adulta, até os 20 anos. A gravidez trouxe consigo as responsabilidades de criar os filhos e, na maioria dos casos, de ser uma esposa, uma vez que, especialmente em áreas rurais, o casamento costuma acompanhar a maternidade.

A associação entre maternidade e matrimônio, historicamente, simbolizou a consolidação do papel social feminino. Essa junção, marcada pela afetividade materna e pela dependência financeira em relação ao marido, destinava à mulher um papel tradicionalmente submisso e limitado ao ambiente doméstico. A maternidade, nesse contexto, opera como um fator de manutenção do patriarcado.

Esse jogo de comparação entre os discursos das entrevistadas e o cotidiano observado em campo revelou, como analisamos, ambivalências nas falas das mulheres: um descompasso entre o que elas relatam viver e o que elas idealizam. A compreensão dessa ambivalência é fundamental para entender as experiências das mulheres e para promover relações mais justas e equitativas. Ao mesmo tempo, a pesquisa mostrou a complexidade da autopercepção, pois as mulheres, em geral, têm mais facilidade em identificar as situações de desigualdade que acontecem na vida de outras mulheres do que em suas próprias vidas.

As contradições entre o ideal e o real apareceram nos momentos de descontração, sentados no quintal das casas, comendo pipoca, “jogando conversa fora”. Nas entrevistas pouco foi revelado, pois havia o cuidado com o que estava sendo revelado. Até que ponto um pesquisador pode se envolver no universo da pesquisa e se deixar ser afetado?

4. 2 A luta é coletiva! perspectivas e organização das mulheres

Enquanto na seção anterior nos dedicamos a narrativas individuais, passaremos agora a uma análise da coletividade. Nesta seção, pretendemos aprofundar a discussão sobre a organização feminina nos territórios rurais e sua influência na configuração desses espaços, analisando os movimentos sociais e as redes de apoio que as mulheres rurais estão construindo.

Durante a trajetória de pesquisa, um dos momentos em que sentimos que as mulheres estavam organizadas ativamente foi na III Feira Territorial da Agricultura Familiar em Cícero Dantas/BA. Ao chegarmos ao local, constatamos a presença marcante das mulheres em todos os espaços: nas barracas, vendendo ou comprando, proferindo ou ouvindo palestras, nas apresentações culturais, na organização do evento. Aquele momento foi a materialização de como a união das mulheres pode construir um ambiente funcional e igualitário para todos. Na Figura 24 a seguir, é possível identificar a presença das mulheres na feira.

Figura 24 - Presença das mulheres na III Feira Territorial da Agricultura Familiar



Fotos: Bahiater/SDR, 2023.

Fontes: Governo do Estado da Bahia, 2023; Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária (Asbraer), 2023.

A feira é resultado de um conjunto de projetos e iniciativas que visam valorizar os produtos e os produtores da agricultura familiar. A ARCAS, em particular, desempenha um papel crucial, oferecendo suporte técnico aos municípios e promovendo eventos como este, que fomentam a troca de experiências e o fortalecimento da agricultura familiar na região.

A associação também promove atividades que visam promover a emancipação das mulheres, como é o caso do projeto Ater Mulher. Com o apoio do Governo da Bahia, através da BAHIATER (Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural), o ATER Mulher é uma iniciativa executada pela Associação Regional de Convivência Apropriada ao Semiárido, com o objetivo de fortalecer as mulheres rurais no território do Semiárido Nordeste II. O município de Euclides da Cunha, apesar de fazer parte do território, não integrou o universo da amostra que compôs o projeto.

Apesar da associação não ter nenhum projeto exclusivamente voltado para as mulheres do município de Euclides da Cunha, através das intervenções nas comunidades, a associação tem levado informação e mobilizado as mulheres, como por exemplo na feira citada, que contou com a participação de mais de 40 mulheres de localidades diferentes de Euclides da Cunha, seja na venda de produtos ou na apreciação do evento.

No percurso para a feira, tivemos a oportunidade de conversar com duas mulheres que se dirigiam à feira para comercializar seus produtos. Uma delas era Carminha (Figura 25), produtora de ovos beneficiados na Associação Comunitária do Pedregulho, em Euclides da Cunha. Essa associação é resultado das ações do Programa ATER Mais Gestão, que contou com o apoio técnico da ARCAS durante sua implantação.

Figura 25 - Carminha comercializando os ovos de galinha caipira.



Foto: Abin Stanly, 2023.

Fonte: Trabalho de Campo, 2023.

Carminha compareceu ao evento acompanhada de seu cônjuge, porém este não se envolveu diretamente na comercialização dos ovos, o que evidencia que o trabalho na cooperativa é responsabilidade dela. Além desse trabalho, ela exerce um cargo na prefeitura, o que somando com o trabalho doméstico resulta em uma tripla jornada de trabalho. Essa diversificação de atividades econômicas, pluriatividade, ajuda na redução da dependência financeira em relação aos homens.

Outro momento marcante em nosso trabalho de campo foi a observação da organização das mulheres na comunidade Fazenda Baixas. A associação local demonstra um forte poder de mobilização, muitas vezes interferindo na rotina das mulheres, que deixam suas

tarefas domésticas para participar ativamente das reuniões. Como resultado, as mulheres têm conquistado maior representatividade e poder de decisão nas demandas da comunidade.

As mulheres da comunidade estão envolvidas em diversas atividades produtivas, como o cultivo de hortas e frutíferas, viabilizado pelo sistema de irrigação, a produção de mel e a participação na Associação do Mel local. Os produtos obtidos nessas atividades são comercializados na feira local, gerando renda e fortalecendo a economia da comunidade.

Em contraste com a realidade da Fazenda Baixas, a comunidade da Serra da Mãe Inácia não possui uma associação de moradores e não conta com a presença da ARCAS. As entrevistas sobre perspectivas futuras revelaram uma desmobilização entre os moradores, incluindo as mulheres.

A produção agrícola do povoado gira em torno do feijão (*Phaseolus vulgaris*), do milho (*Zea mays*) e da macaxeira (*Manihot esculenta*), bem como a criação de caprinos, bovinos e suínos apresenta um caráter sazonal, contudo a ausência de sistemas de irrigação torna a produção vulnerável às variações climáticas e há dependência das chuvas.

Nesse cenário de escassez, as mulheres encontraram no licurizeiro (*Syagrus coronata*), planta nativa da região encontrada em abundância na natureza, meio de produzir renda. A extração do fruto do licurizeiro representa um importante potencial econômico para as mulheres da comunidade. Embora seja uma prática tradicional, é feita sem o apoio de uma cooperativa ou associação, o que limita o alcance dessa atividade.

Atualmente as mulheres coletam os frutos, fazem o beneficiamento e vendem na feira local, mas sem uma organização efetiva para potencializar a prática. A organização das mulheres em torno da produção e comercialização do licuri e de produtos derivados poderia fortalecer sua independência financeira e social, como é o caso das mulheres da Cooperativa Regional de Agricultores/as Familiares e Extrativistas da Economia Popular e Solidária (COOPERSABOR⁵), que beneficia o licuri e outras frutas da caatinga para comercializar em todo país através da marca Monte Sabores.

Em paralelo com a realidade investigada, podemos observar a mobilização e organização das mulheres no território de identidade Nordeste II através da pesquisa de Menezes (2023), na qual a autora investiga a presença das lideranças femininas. Apesar da

⁵ Para conhecer melhor a cooperativa acessar o site: <https://www.aresol.org/coopersabor>

mobilização das mulheres ser imprescindível para a emancipação social delas, a autora pontua que:

A verdadeira emancipação exigiria não apenas representatividade, mas também uma abordagem estruturante que questionasse e reformulasse as normas, as práticas e os valores profundamente enraizados que perpetuaram a desigualdade de gênero e reforçaram as relações de poder vigentes. (Menezes, p.118, 2023)

A emancipação feminina é um processo complexo e multifacetado, marcado historicamente pela dependência financeira em relação aos homens. A expectativa de que a mulher fosse sustentada primeiro pelo pai e depois pelo marido, embora não seja uma realidade para todas, moldou por muito tempo as relações de gênero e as oportunidades disponíveis para as mulheres. No entanto, essa dinâmica tem se transformado ao longo dos anos, com a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a luta por direitos iguais.

Além da dependência econômica, outros elementos comprometem a emancipação feminina. A estrutura patriarcal, ao designar papéis de gênero específicos desde a infância, condiciona as mulheres a valorizar mais o papel de esposa e mãe do que sua realização pessoal e profissional. Essa internalização limita as aspirações e as oportunidades das mulheres, pois em prol da família as mulheres tendem a priorizar os cuidados com o lar.

A estrutura patriarcal, ao moldar os papéis de gênero desde a infância, cria uma dinâmica que dificulta a emancipação feminina, pois a internalização de papéis tradicionais, como os de esposa e mãe, reforça a subordinação das mulheres e exige um processo de transformação social profunda para ser superado. Dessa forma, o primeiro passo para a emancipação feminina é tomar consciência da estrutura moldante da sociedade e, a partir disso, desafiar os papéis tradicionais e construir novas realidades.

Nesse sentido, as mobilizações sociais femininas são cruciais para a reformulação da sociedade, pois são nesses espaços que as mulheres compartilham vivências pessoais e profissionais, conhecimentos e assim expandem suas perspectivas e fortalecem a luta pela emancipação. Como também aponta Martins nas considerações do seu estudo: “Assim sendo, as mulheres subvertem o espaço público ao tomarem consciência da valorização do seu trabalho na roça, a chamada ‘ajuda’.” (Martins, p.121, 2019)

A urgência da emancipação das mulheres não é um tema novo, haja vista que desde os anos 70 Simone de Beauvoir sinaliza essa necessidade, bem como compreende que é uma luta das mulheres contra a sociedade: “A burguesia conservadora continua a ver na emancipação da mulher um perigo que lhe ameaça a moral e os interesses. Certos homens temem a concorrência feminina.” (Beauvoir, p.18, 1970)

A afirmação de Beauvoir revela a persistência de uma visão tradicional e patriarcal que vê a mulher como inferior e submissa ao homem. A resistência à emancipação feminina evidencia a disputa por poder que permeia as relações de gênero. Essa dinâmica, embora tenha evoluído ao longo das décadas, ainda se manifesta em diversas esferas da sociedade contemporânea, como no mercado de trabalho, na política e, com maior intensidade, no ambiente doméstico.

É fundamental destacar que a emancipação feminina não é apenas um processo de conquista de direitos, mas também uma transformação interna. Emancipar-se perpassa por toda uma engrenagem mental que culpabiliza as mulheres que buscam por essa libertação. Essa culpabilização, muitas vezes velada, impede que muitas mulheres se sintam à vontade para romper com os padrões estabelecidos e buscar sua emancipação.

Na maioria dos casos investigados, foi o trabalho não agrícola que possibilitou às mulheres acessarem espaços públicos. A mulher 1, por exemplo, através do seu trabalho no mercado, comprou uma moto e, por isso, sempre que deseja, consegue se deslocar para a sede municipal. Como ela mesma afirmou: “Tem dias que quero ir na rua, coloco os meninos na garupa e me mando” (Entrevistada 1).

Então, apesar de as mulheres aumentarem sua jornada de trabalho quando se tornam pluriativas, é fora do ambiente doméstico que elas entram em contato com outras realidades e começam a compreender as desigualdades que vivenciam. Sobretudo porque vêm do meio rural, onde as desigualdades de gênero são naturalizadas, nas palavras delas “se acostuma”. Assim, notamos uma relação entre pluriatividade e sororidade, visto que a troca de experiências e o apoio mútuo fortalecem as mulheres em espaços rurais. Essa dinâmica, primeiramente, quebra barreiras físicas e, posteriormente, mentais.

O que ficou evidente na pesquisa foi que as mulheres que de alguma forma estão inseridas em cooperativas, associações ou outros tipos de organização possuem mais ferramentas para se emancipar, pois são mais conscientes de seus direitos e das desigualdades

que vivenciam. Enquanto as mulheres menos envolvidas com esses movimentos sociais demonstram maior desinformação e, conseqüentemente, estão mais desmobilizadas individualmente. Essas realidades evidenciam a importância da mobilização coletiva das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



VINAYLAL, Anujath Sindhu, 2017. “My Mother and the Mothers in the Neighborhood. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Educacao-Comportamento/noticia/2020/10/menino-faz-desenho-para-homenagear-trabalho-nao-remunerado-exercido-pelas-mulheres-e-ganha-reconhecimento-do-governo.html>. Acesso em: 23/01/2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Anujath, artista indiano que aos 11 anos pintou o quadro acima, retrata a rotina da sua mãe e das mulheres da vizinhança. Na pintura é possível observar as mulheres em diferentes momentos do dia: limpando, cozinhando, cuidando dos filhos, fazendo compras e cuidando dos animais, cotidiano comum a diversas mulheres ao redor do mundo. Todas essas atividades também fazem parte da vida das mulheres do sertão baiano.

Ao representar a rotina das mulheres de forma tão genuína, a obra nos faz refletir sobre o papel da mulher na sociedade e a desigualdade de gênero. A obra de Anujath, apesar de ser produzida em um contexto específico, na Índia, representa as vivências de milhões de mulheres ao redor do mundo.

A divisão sexual do trabalho, com as mulheres assumindo a maior parte das responsabilidades domésticas e de cuidado, é um padrão cultural presente em muitas sociedades. O trabalho doméstico e de cuidados é intencionalmente invisibilizado pelo patriarcado e pelo capitalismo, motrizes da atual estrutura sociocultural. Dessa forma, quando afirmamos que a luta é coletiva, precisamos pensar para além do contexto em que as mulheres sertanejas estão inseridas.

A perspectiva de gênero se mostrou fundamental para compreender a experiência das mulheres rurais neste estudo, uma vez que o contexto rural é tradicionalmente dominado por homens, como mostramos através dos dados e análises na seção 2. Este estudo contribui para o campo dos estudos de gênero ao demonstrar a relevância da perspectiva de gênero para compreender a produção das mulheres rurais, que estão na periferia dos movimentos feministas.

A partir de normas, instituições e discursos, foi visto teoricamente e na prática que o trabalho produtivo e o casamento atuam para a manutenção das relações existentes entre patriarcado e capitalismo, buscando fazer com que o trabalho da mulher no âmbito doméstico seja mantido, em prol da economia do sistema e do controle das mulheres.

O trabalho doméstico, como analisado ao longo da tese, é essencial para a reprodução da força de trabalho e é, frequentemente, invisibilizado e desvalorizado em termos econômicos. Ao assumirem a maior parte das responsabilidades domésticas, as mulheres

garantem a reprodução da força de trabalho, permitindo que os homens se dediquem integralmente ao trabalho remunerado.

O casamento, nesse contexto, reforça as desigualdades de gênero, consolidando a posição de poder dos homens e a subordinação das mulheres. A divisão de tarefas domésticas e a expectativa de que as mulheres se dediquem aos cuidados familiares perpetuam essas desigualdades. O patriarcado e o capitalismo se retroalimentam e se reforçam mutuamente. O patriarcado fornece a estrutura social que legitima a dominação masculina e a subordinação feminina, enquanto o capitalismo se beneficia da força de trabalho barata e não remunerada das mulheres.

Dito isso, retornamos ao objetivo central de nossa tese: analisar as relações de gênero interseccionais nos territórios doméstico-rurais, com ênfase nas mulheres pluriativas. A revisão bibliográfica e os trabalhos de campo evidenciaram a profunda imersão desses territórios na estrutura patriarcal-capitalista, submetendo as mulheres a uma complexa rede de relações de poder que reproduz papéis tradicionais de gênero.

Nesse contexto, as mulheres pluriativas, que também se dedicam a trabalhos não agrícolas, possuem uma consciência maior da opressão que vivem, pois ao participarem da vida pública entram em contato com outras realidades e conhecimento, ampliando sua própria perspectiva de vida e, assim, criam e fortalecem redes de apoio e resistência.

Ao mesmo tempo em que ter um trabalho remunerado as torna mais conscientes das desigualdades que sofrem, as mulheres pluriativas enfrentam o desafio de conciliar o trabalho doméstico com o trabalho remunerado, resultando na dupla jornada de trabalho e na sua exaustão mental e física.

A pesquisa permitiu identificar diferentes relações de poder entre gêneros nas dinâmicas domésticas rurais, desde a subserviência de servir a comida à figura masculina: pai, marido, filho e irmão, até os momentos de tomada de consciência e abandono de tal prática. Observamos também uma gradual mudança nas percepções entre gerações de mulheres. Enquanto as mais velhas tendem a internalizar papéis de gênero mais tradicionais, as mais jovens demonstram uma maior consciência sobre as desigualdades, mesmo tendo vivenciado experiências semelhantes.

Também foi possível analisar as territorialidades produzidas no cotidiano das mulheres sertanejas, com ênfase na diferença entre a mobilização das mulheres nas duas principais comunidades visitadas. Na Serra da Mãe Inácia, não há uma mobilização das mulheres em grupos de apoio ou trabalho, o que se reflete na forma como elas territorializam o espaço:

estão mais presas aos papéis tradicionais de gênero, possuem menores expectativas de futuro e investem menos em sua qualificação.

Por outro lado, as mulheres da Fazenda Baixas demonstram maior articulação e continuidade em suas atividades não agrícolas, exercendo profissões como feirante, apicultora e cozinheira. Diferentemente das mulheres da Serra da Mãe Inácia, que desempenham trabalhos mais esporádicos, as mulheres das Baixas participam ativamente da comunidade, participando de reuniões da associação de moradores e envolvendo-se em eventos locais e intermunicipais. Essas realidades evidenciam a importância da participação das mulheres também na esfera política e pública em seus territórios de convivência.

Identificamos que as mulheres pluriativas estão inseridas em diversas áreas do setor produtivo, o que nos leva a concluir que a conscientização sobre as desigualdades de gênero está mais relacionada à sua participação na vida pública e à aquisição de emancipação do que ao tipo específico de trabalho realizado.

A independência financeira, que lhes confere maior poder de decisão sobre seus próprios recursos, a busca por capacitação intelectual, que amplia seus horizontes e as tornam conscientes, e a liberdade de locomoção, que as conecta a outras mulheres e a novas oportunidades, são fatores cruciais nesse processo. Ao se libertarem do enclausuramento doméstico, tão comum nas áreas rurais, essas mulheres passam a questionar os papéis de gênero tradicionais e a construir novas narrativas para suas vidas.

As reflexões apresentadas sobre o território, o gênero e o poder nos permitem estabelecer conexões importantes com as análises realizadas sobre as mulheres pluriativas. Ao considerarmos o território como um espaço de produção e reprodução das relações de poder, podemos compreender as territorialidades dessas mulheres.

A pesquisa evidenciou como as mulheres da Fazenda Baixas e da Serra da Mãe Inácia territorializam o território de maneiras distintas. A maior mobilização e participação em atividades comunitárias das mulheres da Fazenda Baixas demonstram uma relação mais ativa e transformadora com o território, em comparação com as mulheres da Serra da Mãe Inácia, mais restritas ao âmbito doméstico-rural. As mulheres amplificam seus territórios ao passo em que diversificam suas vivências.

A casa, como espaço central do doméstico, revela as assimetrias de poder nas relações de gênero. Embora as mulheres sejam as principais responsáveis pela organização e gestão do lar, a decisão final sobre questões importantes recai sobre os homens. Essa dinâmica se reflete na forma como as mulheres territorializam o espaço doméstico, muitas vezes adaptando-se às necessidades e aos desejos masculinos.

O território é o meio pelo qual as ações desiguais de poder acontecem. O que a pesquisa revelou foi que à medida em que as mulheres possuem independência financeira elas se tornam mais ativas nas decisões importantes que envolvem a gestão da casa, equiparando as forças de poder e criando novas territorialidades no âmbito doméstico-rural.

O processo de construção das relações de gênero no meio rural, marcado por relações de poder, é complexo e paradoxal. Ao mesmo tempo em que subjuga e limita as mulheres, ele também abre possibilidades para a construção de novas identidades e formas de resistência. A análise das territorialidades permite compreender como as mulheres constroem seus espaços de vida e como esses espaços são marcados pelas relações de poder.

A consciência da desigualdade é o primeiro passo crucial para a mudança, mas não é suficiente para transformar estruturas profundamente arraigadas como o patriarcado. É preciso que essa consciência se traduza em ações concretas e coletivas para desafiar e transformar essas estruturas.

Além disso, é necessário ter em mente que a experiência da desigualdade de gênero se intersecta com outras formas de opressão, como o racismo, a classe social e a orientação sexual, como discutimos na seção 1 e 2. Essa interseccionalidade torna a luta das mulheres ainda mais complexa e desafiadora.

Diante do exposto, fica o questionamento: a emancipação das mulheres é utópica? Por fim, o que podemos afirmar é que a emancipação feminina encontra-se comprometida enquanto persistirem as estruturas patriarcais e a organização familiar tradicional. Ainda que o discurso popularize a ideia de independência feminina, a realidade demonstra uma forte dependência econômica das mulheres, cujos rendimentos são, em grande parte, direcionados para as despesas familiares, com pouca margem para gastos pessoais.

Deleuze (2005) afirma que toda forma social é um composto de relações de forças. A sociedade atual é uma forma, e as relações de forças que competem nela são múltiplas, desde a escala micro à macro. Dentre elas, as relações de forças que analisamos ao longo da tese contemplam ambas as esferas de vivência, o que demonstra a complexidade do tema abordado. A força das mulheres é sobretudo de carácter resiliente.

Assim, caminhamos para nossa reflexão final, tomando para nós o questionamento de Simone de Beauvoir (1970, p. 23):

Como pode realizar-se um ser humano dentro da condição feminina? Que caminhos lhe são abertos? Quais conduzem a um beco sem saída? Como encontrar a independência no seio da dependência? Que circunstâncias restringem a liberdade da mulher, e quais pode ela superar? p.23

Essas reflexões nos lembram que a condição feminina não é um destino biológico, mas sim uma construção social e cultural. Ao longo da história, as mulheres foram submetidas a papéis secundários e subalternos, sendo privadas de seus direitos e de sua liberdade. No entanto, a luta das mulheres por sua emancipação tem sido constante.

Ao longo da tese, exploramos diversas questões relacionadas à condição feminina, como a divisão sexual do trabalho, a violência de gênero, a desigualdade salarial, a dupla jornada de trabalho, entre outros. Todas essas questões revelam como a sociedade patriarcal e capitalista impõe obstáculos à plena realização das mulheres.

No entanto, também vimos que as mulheres têm se organizado e lutado por seus direitos, conquistando importantes avanços ao longo do tempo. E, assim, podemos confirmar nossa tese de que as mulheres rurais encontram na pluriatividade mecanismo para romper com a estrutura patriarcal da unidade familiar e, dessa forma, protagonizar suas histórias.

REFERÊNCIAS

- AGARWAL, BINA. **A Field of One's Own: Gender and Land Rights in South Asia**. Cambridge, UK/ New Delhi: Cambridge University Press, 1994.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Mulheres rurais-a descoberta e conquista da cidadania pela valorização dos quintais. **Revista GeoNordeste**, n. 2, p. 138-161, 2016.
- ALMEIDA, Maria, Geralda de. Etnogeografia do Brasil sertanejo. In: SERPA, Angelo (org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online] Salvador: Edufs, 2008, p. 313-336.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. A propósito do trato do invisível e do intangível e do discurso na geografia cultural. **Revista da ANPEGE**, V. 9, N. 11, P. 41-50, 2013.
- ALMEIDA, Maria da Conceição Chagas de. **Gravidez na adolescência e escolaridade: um estudo em três capitais brasileiras**. 2008. (Doutorado em saúde pública com área de Concentração Epidemiologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2008.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Beauvoir, o patriarcado e os mitos nas relações de poder entre homens e mulheres. **Revista do NUFEN**, v. 6, n. 1, p. 6-14, 2014.
- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. HAESBAERT, Rogério. (org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- ÁVILA, M. B. Notas sobre o trabalho doméstico. In: LIMA, M. E. B. et al. (Orgs.). **Transformando a relação trabalho e cidadania**. São Paulo, CUT Brasil, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: I Fatos e Mitos**. São Paulo: Difusão Européia do livro. 4 ed. 1970.
- BONNEMAISON, Jöel. Voyage autour du territoire. **L'espace géographique**, Paris, v. 10, n. 4, p. 249-262, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **Gênero e poder local**. Editora Humanitas, 2008.
- BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Mulheres e reforma agrária no Brasil. **Mulheres na reforma agrária: A experiência recente no Brasil**. Brasília, MDA, p. 19-37, 2008.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil - o caso de Cruz Alta/RS**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 167-187, 2009.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e poder no espaço sindical. **Estudos feministas**, p. 29-51, 1995.

COLLIGNON, Béatrice. “De las virtudes de los espacios domésticos para la geografía humana”. In: LINDÓN, Alicia; HIERNAUX, Daniel. (Org.) **Los Giros de la Geografía Humana**: Desafíos y horizontes. México: Anthopos, 2010. p. 201-215.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 16, núm. 2, 2003, pp. 221-236 Universidade do Minho, Braga, Portugal.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 37-47, 1995.

DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. The Power of Women and the Subversion of the Community. **Class: The Anthology**, p. 79-86, 2017.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **Empowering women: Land and property rights in Latin America**. University of Pittsburgh Pre, 2001.

DEERE, Carmen Diana. **The feminization of agriculture? Economic restructuring in rural Latin America**. UNRISD Occasional Paper, 2005.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Clube de Autores, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, S. A. Ed. 9, 1984.

FAVRET-SAADA, Jeanne. 1990. “Être Affecté”. In: **Gradhiva**: Revue d’Histoire et d’Archives de l’Anthropologie, 8. pp. 3-9.

FAO. **Gender and access to land**. Rome: FAO, 2002.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: Mary Del Priore. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario** / Silvia Federici - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Tinta Limón, 2018. 128 p.

FÉLIX, Jeane. Entrevistas on-line ou algumas pistas de como utilizar bate-papos virtuais em pesquisas na educação e na saúde. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy

Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós- críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p.235-154.

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. **Análise da desigualdade de rendimentos entre as áreas urbanas e rurais no nordeste do Brasil** – Salvador : Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2021.

FINO, Carlos Nogueira. A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas (escolares) locais. In Christine Escallier e Nelson Veríssimo (Org.) **Educação e Cultura**. Funchal: DCE – Universidade da Madeira, p. 43-53, 2008.

FONSECA, Claudia. "Ser mulher, mãe e pobre". In: Mary Del Priore. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7ed. São Paulo: Contexto, 2004, v. , p. 510-553.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FROELICH, Patrícia Rejane; ZANINI, Maria Catarina C. Fazendo etnografia na feira: uma etnografia entre mulheres camponesas em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. In: ZANINI, Maria Catarina C. (Org.). **Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis**. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 185-219.

FREIRE, Denise Guichard; SABOIA, João. Determinantes para a condição nem-nem dos jovens brasileiros: uma análise desagregada de inativos e desocupados. **Economia e Sociedade**, v. 30, p. 811-844, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GURAN, Milton. Documentação fotográfica a pesquisa científica notas e reflexões. In: **XII Prêmio Funarte de Empresas**. Rio de Janeiro, FUNARTE, 2012.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, SÔNIA. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 167-206, 2001.

HAESBAERT Rogério; LIMONAD Ester. O território em tempos de globalização. **etc..., espaço, tempo e crítica**. Nº 2(4), VOL. 1, 15 de agosto de 2007, p. 39-52.

HEIMBACH, Nilva. Estratégias de uma pesquisa sobre culturas indígenas: o uso do WhatsApp como recurso para produção de dados. **SCIAS-Educação, Comunicação e Tecnologia**, v. 2, n. 1, p. 83-98, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 595-609.

HOBBSBAWN, E. **Mundos do Trabalho** – Novos estudos sobre história operária. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro, 2019.

IBGE. **Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica. 2ª ed. Rio de Janeiro. n.38. 2021.

IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Coordenação de Geografia: Rio de Janeiro, 2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais** : uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais: Rio de Janeiro, 2023.

IBGE. Mulheres rurais: Censo agropecuário 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/10180/1645386/Mulheres+Rurais+-+Censo+Agro+2017/fc59f4c6-c94d-6b78-887d-5a64b1a70a7d>>. Acesso em: 20 de Jul. 2024.

IPEA. **Trabalho para o mercado e trabalho para a casa**: persistentes desigualdades de gênero. Comunicados IPEA, n. 149, Brasília: IPEA, 2012.

KUHN, Elisa de Oliveira. Apareceu a margarida? História e representações sociais de mulheres camponesas no MS: um estudo sobre gênero e trabalho (1986 a 1994). **Fazendo Gênero 9** - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010.

LOBO, Janaina Campos. Uma outra pandemia no Brasil: as vítimas da violência doméstica no isolamento social e a “incomunicabilidade da dor”. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 20-26, 2020.

MARCASSA, Luciana. A origem da família, da propriedade privada e do Estado – Friedrich Engels – Resenha. **Revista de Educação** (Itatiba), v. 9, p. 85-90, 2006.

MARX, Karl. **O capital**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARTINS, Mariana Jária et al. Os modos de (re) existir e de se organizar: Do “Grupo de Mulheres” às “Mulheres Organizadas Buscando Independência”. 2019. **Dissertação** (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2019.

MELLO, Hildete Pereira de. Mulheres, reestruturação produtiva e pobreza. In: **Seminário Internacional Políticas y Programas de Superación de la Pobreza desde la Perspectiva de la Gobernabilidad Democrática y el Género**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL. Quito, Ecuador, 26 e 27 de agosto de 2004.

MENDOZA, Breny; DOS SANTOS, Aléxia Milena Gusso. Colonialidade de gênero e poder: da pós-colonialidade à decolonialidade. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 259-289, 2021.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Mulheres queijeiras: ajuda ou trabalho essencial na reprodução social da família. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

MENEZES, Jordana Rabelo de. Lideranças femininas no território de identidade semiárido Nordeste II: Bahia. 2023. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2023.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

MCLUHAN, M. **Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem**. Cultrix: São Paulo, 2016.

PESSOA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa nas “trilhas da investigação”: apontamentos sobre experiências acadêmicas vividas em Geografia Agrária.

In: MARAFON, Glaucio José. CHELOTTI, Marcelo Cervo. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Temas em geografia rural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019, p. 225-254.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo; RAMIRES, Júlio César de Lima (Orgs.). **Pesquisa qualitativa: aplicações em Geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e camponeses. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Terra e Paz, ed. 4, 2006.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PEREIRA, Bergman Paula. De escravas a empregadas domésticas – A dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição. In: **XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**: 50 anos, São Paulo, 2011.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline. **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: IPEA; OIT, 2021. 236 p.

REZENDE, Bibiana Conceição. De escravas a vagabundas: as trabalhadoras domésticas e o não-trabalho na transição do século XIX para o século XX. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 237-249, 2019.

RODRIGUES, Patrícia Junqueira. Veja quem são as 10 pessoas mais ricas do mundo em 2022. **Forbes**, 2022. Disponível em <<https://forbes.com.br/forbes-money/2022/04/bilionarios-2022-veja-quem-sao-as-10-pessoas-mais-ricas-do-mundo/>>. Acesso em 27/04/2022.

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher: Lei 11.340/06 análise crítica e sistêmica**. Livraria do Advogado Editora, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROCHA, Patrícia Quirino. Mulheres que “botam banca” na feira de Euclides da Cunha/BA. 2020. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Não há revolução sem teoria. In: **Gênero Patriarcado e Violência**. O conceito de gênero. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.101- 149.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. São Paulo: Avenir Editora, 1986.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 437-443, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, nº 31, vol 1, 2009, p 3-16.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org) **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008a. p. 17-35.

SPANEVELLO, Rosani Marisa et al. Mulheres rurais e atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar. **Desenvolvimento em questão**, v. 17, n. 48, p. 250-265, 2019.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. et al. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). **Polis**, Santiago, n. 44, p. 1-19, 2016. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/polis/11963> >. Acesso em: 18 de out. 2024.

SIQUEIRA, Paula; FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos De Campo (São Paulo-1991)**, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

SILVA, Joseli, Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167/1647> >. Acesso em: 08/07/2019.

SILVA, Geice Queila de Lima. Jornada no plural, gênero no feminino: considerações sobre a relação entre trabalho doméstico e valor. 2013. 104 f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL, 2013.

SOUZA, Sônia. M. Gomes; PERES, Vannúzia Leal Andrade; Famílias de camadas populares: um lugar legítimo para a educação/formação dos filhos. **O social em questão**, nº 7, 2002, 63-74 p.

SOUZA, Angela Fagna de. Geoetnografia: caminhos metodológicos para se pensar a pesquisa qualitativa na geografia. **Encontro de Geógrafos da América Latina**. Geoetnografia: caminhos metodológicos para se pensar a pesquisa qualitativa, v. 14, 2013.

SUERTEGARAY, D.M.A. “Pesquisa de Campo em Geografia”. **Geografia**, Niterói: UFF, v. 4, n. 7, 2002. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13423>.

SILVA, Sylvania Veleda da. “Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações”. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, n. 262, [s.p.], 15 nov. 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, Vol.6, Nº 2, jul/dez 1990.

SCHNEIDER, Sergio. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**, MDA, Brasília, agosto, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 167-187, 2009.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem. 1996. Disponível em: < <http://www.obeco-online.org/rst1.htm> > Acesso em: 24/11/2023.

SPANEVELLO, Rosani, Marisa. et al. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). **Polis** online, n. 44, p. 1-19, 2016. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/polis/11963> >. Acesso em: 15 out. 2024.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Meu nome é “ajuda”. A vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Revista Contexto & Educação**, v. 19, n. 71-72, p. 45-64, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no Sertão. *Revista de Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1, 2001, p.103-130.

VARGAS, Maria Augusta Mundim Vargas; SANTOS, Daniele Luciano (Orgs.). **Tempos e espaços da pesquisa qualitativa**. Aracaju: Criação, 2018.

VENÂNCIO, Marcelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

VILLAGRÁN, Paula Soto. Los giros de las geografías de género: re-pensando las diferencias. In: LINDÓN, Alicia; HIERNAUX, Daniel. (Org.). **Los Giros de la Geografía Humana**: Desafíos y horizontes. México: Anthopos, 2010. p. 217-240.

http://www.portalsdr.ba.gov.br/intranetsdr/model_territorio/Arquivos_pdf/Perfil_Semiarido%20NE%20II.pdf [referencia do semiarido nordeste II]

https://www.ilo.org/re-Search/DomesticWorkers/map2_en.html

https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/2024/pnadc_202401_trimestre_caderno.pdf

<https://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/noticias/2023-10-10/feira-territorial-da-agricultura-familiar-em-cicero-dantas-mobilizou-os>

<https://www.asbraer.org.br/noticia.html?id=3247&img=3080>

APÊNDICE

**APÊNDICE 1 - MODELO DE ENTREVISTA SIMPLIFICADO PARA LIGAÇÃO POR
WHATSAPP**

ENTREVISTA SIMPLIFICADA		
Nome:		
Localidade:		Escolaridade:
Idade:	Cor/raça:	Estado civil:

TRABALHO E RENDA	1. Há quanto tempo você trabalha com a venda? Antes disso você já teve outro tipo de trabalho fora de casa? 2. Além de comercializar produtos, quais outros trabalhos você faz? 3. Você produz os produtos que vende?[entender a relação com o produto] 4. Em quais outros locais você vende? [relação com o espaço] 5. Você faz parte de algum sindicato ou associação? Qual? [Entender a articulação com outras mulheres] 6. A comercialização dos produtos é sua única fonte de renda? 7. Em que você gasta o dinheiro do seu trabalho? 8. Qual a importância do seu trabalho pra você?
-----------------------------	--

QUESTÕES DE GÊNERO	9. Como é pra você trabalhar fora de casa? Você teve ou tem alguma dificuldade para exercer sua profissão? 10. Conte sobre sua rotina de trabalho. O que você geralmente faz em um dia? Se possível mensurar em horas. 11. Como é feita a divisão do trabalho doméstico?
-------------------------------	--

APÊNDICE 2 - MODELO DE ENTREVISTA COMPLETA

ENTREVISTA PARA AS MULHERES

ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE

1. Quais tipos de trabalho desenvolve atualmente?
2. Em que momento da sua vida você começou a trabalhar em atividades não agrícolas?
3. Quais fatores influenciaram na busca por esse tipo de trabalho?
4. Houve algum tipo de resistência por parte da sua família para que você não trabalhasse fora da propriedade? Quais e porquê?
5. Você tem carteira assinada? Já teve outro trabalho? Qual e por quanto tempo?
6. Quais outros trabalhos você já desenvolveu?
7. Como a pandemia do COVID-19 impactou as relações de trabalho?
8. Quais outras atividades você gostaria de desenvolver? [perspectivas]
9. Qual sua renda?
 - a. Ele é maior que a renda no trabalho agrícola? SIM (x) NÃO ()
 - b. Em que você usa o rendimento? 1,2,
1 - Despesas pessoais; 2- Despesas domésticas 3- Despesas na propriedade.
10. A renda da família é compartilhada ou cada um administra o próprio dinheiro?

RELAÇÕES DE PODER ENTRE OS GÊNEROS

1. Você enfrentou dificuldades para trabalhar fora da propriedade rural?
2. Você considera que seu trabalho fora da propriedade é valorizado por sua família?
3. Como é feita a divisão do trabalho doméstico?
4. Você deixou de fazer alguma atividade doméstica depois que começou a trabalhar fora de casa?
5. Quando você não pode cuidar da casa, quem faz isso?
6. Como é feita a divisão do trabalho agrícola?
7. Como é feita a decisão do que deve ser comprado? [insumos rurais, mantimentos para a família, lazer, bens de consumo...]
8. Quem faz as compras de insumos e mantimentos?
9. Quem decide sobre a produção agrícola e comercialização?
10. Conte sobre sua rotina de trabalho [momento para entender a dinâmica de trabalho da mulher] O que você geralmente faz em um dia? Se possível mensurar em horas.
11. O que você faz no seu tempo livre?
12. O que você gostaria de fazer no seu tempo livre?

RECONHECIMENTO E VISIBILIDADE DO TRABALHO

1. **Quem é responsável pelo sustento da família?***
2. **Já vivenciou preconceito, discriminação ou exclusão por ser mulher?**
3. **Como você vê a participação das mulheres no trabalho na propriedade rural?**
4. **Seu trabalho dentro da propriedade (doméstico e agrícola) é valorizado? Como?**
5. **Qual dos seus trabalhos é mais valorizado?**
6. **Qual a importância do seu trabalho na propriedade rural?**
7. **Quais dificuldades as mulheres que vivem nos territórios rurais enfrentam/vivenciam?**
8. **Para você há igualdade entre mulheres e homens no meio rural? O que precisa melhorar?**

SALÁRIO PARA TRABALHO DOMÉSTICO

1. **Em que mudaria sua vida se você recebesse salário pelo trabalho doméstico?**
2. **Se fosse para receber salário por seu trabalho doméstico, qual seria um valor justo**

APÊNDICE 3 - MODELO FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DOS DADOS DA ENTREVISTA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: MULHERES RURAIS PLURIATIVAS E A BUSCA POR emancipação

Pesquisador Responsável: PATRÍCIA QUIRINO ROCHA

Local onde será realizada a pesquisa:

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) desta pesquisa porque se encaixa no universo de sujeitos da pesquisa: mulher e residente na área rural e que tanto trabalham em atividades agrícolas como não agrícolas. Sua contribuição é muito importante, mas não deve participar contra a sua vontade.

Esta pesquisa será realizada porque é necessário entender as vivências das mulheres rurais e as transformações que estas estão fazendo nos territórios de vivências através dos seus trabalhos. O objetivo dessa pesquisa é analisar como a pluriatividade influencia nas relações de gênero estabelecidas nos territórios domésticos rural. Os participantes da pesquisa são mulheres que moram na zona rural, os maridos dessas mulheres e lideranças locais.

Antes de decidir, é importante que entenda todos os procedimentos, os possíveis benefícios, riscos e desconfortos envolvidos nesta pesquisa. A qualquer momento, antes, durante e depois da pesquisa, você poderá solicitar mais esclarecimentos, recusar-se ou desistir de participar sem ser prejudicado, penalizado ou responsabilizado de nenhuma forma.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável PATRÍCIA QUIRINO ROCHA, pelo celular (79) 999655716 ou pelo email: patricia.rocha.geo@gmail.com

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe. “O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (Resolução CNS nº 466/2012, VII. 2).

Caso você tenha dúvidas sobre a aprovação do estudo, seus direitos ou se estiver insatisfeito com este estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista s/nº Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br .Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato– Segunda a Sexta-feira das 07:00 as 12:00h. Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais (seu nome jamais será divulgado) e utilizadas apenas para esta pesquisa. Somente nós, o pesquisador responsável e/ou equipe de pesquisa, teremos conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Caso você concorde e aceite participar desta pesquisa, deverá rubricar todas as páginas deste termo e assinar a última página, nas duas vias. Eu, o pesquisador responsável, farei a mesma coisa, ou seja, rubricar todas as páginas e assinarei a última página. Uma das vias ficará com você para consultar sempre que necessário.

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa

O QUE VOCÊ PRECISA SABER:

- **DE QUE FORMA VOCÊ VAI PARTICIPAR DESTA PESQUISA:**

Respondendo ao questionário e entrevista cujas perguntas são sobre os trabalhos desenvolvidos por você em casa e fora da sua casa/ propriedade rural. A visita dura entre 40 minutos e 1 hora e meia, dependendo da disponibilidade e do desenvolvimento da entrevista e será realizada em vista única.

- **RISCOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** O entrevistado pode se sentir cansado pela quantidade de perguntas, ou até mesmo desconfortável em respondê-las por serem referentes a vivência familiar, ou seja, de âmbito privado/pessoal.
- **BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** Benefícios indiretos, pois através da pesquisa vamos entender mais o universo feminino rural, as dificuldades e avanços das mulheres nessas localidades, com esse entendimento buscamos avançar na discussão de igualdade.
- **PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE:** Todas as informações pessoais dos participantes serão resguardadas, as informações compartilhadas, os áudios gravados e registros fotográficos serão usados exclusivamente para fins acadêmicos.
- **ACESSO A RESULTADOS DA PESQUISA:** Os resultados da pesquisa serão divulgados na apresentação pública da tese, bem como através de artigos publicados em periódicos ou livros.
- **CUSTOS ENVOLVIDOS PELA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA:** Você não terá custos para participar desta pesquisa;
- **DANOS E INDENIZAÇÕES:** Se lhe ocorrer qualquer problema ou dano pessoal durante a pesquisa, lhe será garantido o direito à assistência médica imediata, integral e gratuita, às custas do pesquisador responsável, com possibilidade de indenização caso o dano for decorrente da pesquisa (através de vias judiciais Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954).

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo em participar desse estudo como voluntário(a). Fui informado(a) e esclarecido(a) sobre o objetivo desta pesquisa, li, ou foram lidos para mim, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios da minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas. Sei que posso me recusar a participar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Autorizo o uso dos meus dados de pesquisa sem que a minha identidade seja divulgada. Recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: _____

Assinatura: _____

local e data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada, esclarecida e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a participação neste estudo. Entreguei uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim ao participante e declaro que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador Responsável: PATRÍCIA QUIRINO ROCHA

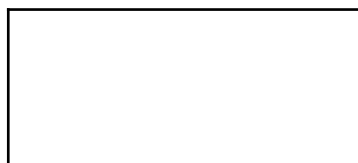
Assinatura: _____

Local/data: _____

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha quando aplicável: _____

Assinatura: _____

Local/data: _____



Assinatura Datiloscópica (quando não alfabetizada)

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa

APÊNDICE 4 - MODELO DE QUESTIONÁRIO DA COMPOSIÇÃO FAMILIAR

QUESTIONÁRIO GERAL
<i>COMPOSIÇÃO FAMILIAR</i>

Localidade:

Nome	Parentesco com o responsável	Idade	Estado civil	Escolaridade	Trabalho agrícola	Trabalho não agrícola	Cor/raça
	<i>Entrevista da</i>						

COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR:

() Benefício do governo () Bicos feito pelo marido () trabalho do Marido
 () Doações (x) Ajuda de parentes () trabalho da Mulher

<i>ESTRUTURA FUNDIÁRIA</i>	
A terra que trabalha é:	A terra que mora é:
HERANÇA	
1. Você herdou terras/propriedade da sua família? 2. Você considera sua a terra que mora? 3. Quando você casou sua família deu algum dote? Presente?	

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

1. **O que é plantado no período de um ano?**
2. **Em quais atividades você costuma trabalhar?**
3. **Possui criação? SIM, SÓ PARA CONSUMO DA FAMÍLIA() SIM, PARA VENDA E CONSUMO() NÃO()**
4. **Quais animais são criados na propriedade?**
5. **Qual período do ano que se dedica ao trabalho agrícola?**
6. **Quais dessas atividades é feita pela família para venda:**

☐ Coleta de mel	☐ Ordenha de leite
☐ Fabricação de doces, biscoitos, compotas	☐ Fabricação de queijo
	☐ Coleta de ovos
7. **De qual forma o excedente é comercializado?**

☐ Venda direta para consumidores
☐ Para cooperativas
☐ Para agroindústria
☐ Para o município
☐ Para o intermediário - atravessador
☐ Não vende